

REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 91^o
Volume LXV
Abril, maio, junho
2013



ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Histórico

A Academia Mineira de Letras foi fundada em Juiz de Fora, no dia 25 de dezembro de 1909, por um grupo de intelectuais no qual pontificavam escritores, jornalistas, profissionais liberais, homens públicos e conceituados militantes da cátedra e dos tribunais.

O grupo fundador da Academia Mineira de Letras, de imediato incorporando o adjetivo *Mineira*, dava a dimensão ambiciosa dos seus altos objetivos: o culto, a defesa e a sustentação da pureza da língua e a produção intelectual na sua plenitude e variedade.

Inicialmente, os doze idealizadores, entre os quais se projetavam Machado Sobrinho, Belmiro Braga, Dilermando Cruz, Amanajós de Araújo, elegeram mais dezoito intelectuais, representativos do que de melhor existia entre a elite cultural de Minas Gerais. Desse grupo faziam parte Nelson de Senna, Alphonsus de Guimaraens e Carlos Góes, além de outras influentes personalidades.

Em 1915, acordaram os membros da Academia Mineira de Letras a transferência da sede para a Capital do Estado, em gesto de desprendimento e de visão, descortinando maior dimensão e *status* a ela.

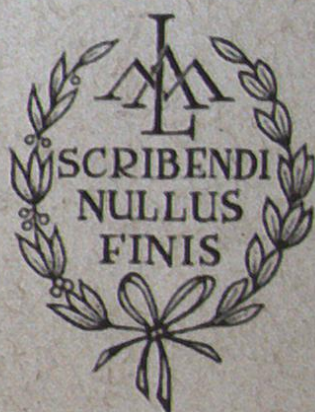
Em 1943, com o apoio do Prefeito Otacílio Negrão de Lima, a Academia recebeu sua sede própria, instalada no sexto andar do edifício da rua dos Carijós, 150, onde permaneceria até 1987. Nesta data o presidente Vivaldi Moreira, após 12 anos de perseverante articulação junto aos poderes públicos, conseguiu o comodato do Palacete Borges da Costa, posteriormente transformado em doação, lei aprovada na Assembléia Legislativa de Minas Gerais da atual sede própria da Academia Mineira de Letras.

Ainda na gestão de Vivaldi Moreira, foram executadas a restauração do Palacete e a construção do Auditório ao lado, conforme projeto do arquiteto Gustavo Penna.

O contraste do clássico, verdadeiro relicário, e do moderno, arrojado e funcional – Palacete e Auditório – deu à Academia o realce e a beleza externa que o seu rico conteúdo interno, homens e livros, abriga.

A Casa é integrada por 40 membros, a exemplo da Academia Brasileira e da Academia Francesa, eleitos por um colégio eleitoral *inter pares* em processo aberto a todo cidadão brasileiro com qualificações para postular o acesso ao sodalício.

Assim caminha a Academia, no suceder das gerações e na voragem dos tempos, cumprindo o lema que acalenta sua existência: *Scribendi nullus finis*.



**Revista da
Academia
Mineira
de Letras**

ANO 91º – Volume LXV – Abril, maio, junho de 2013

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Orlando Vaz	1º Secretário: Fábio Doyle
1º Vice-presidente: Francelino Pereira	2ª Secretária: Elizabeth Rennó
2º Vice-presidente: Vaga	1º Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário honorário: Oíliam José	2º Tesoureiro: José Henrique Santos
Secretário geral: Aloísio Garcia	3º Tesoureiro: Bonifácio Andrada

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Orlando Vaz
Conselho Editorial: Aluísio Pimenta, Antenor Pimenta e Eduardo Almeida Reis.
Editor Geral: José Bento Teixeira de Salles
Revisão: Pedro Sérgio Lozar
Digitação: Marília Moura Guilherme
Capa: Liu Lopes
Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.
Impressão: Gráfica e Editora O Lutador

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 91º
Academia Mineira de Letras / v. LXV
Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2013
Abril, maio e junho de 2013

Fundada em 1922

1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras.,

ÍNDICE

Apresentação.....	7
Divulgação científica e literatura infantil	
<i>Ângelo Machado</i>	9
Lição de harmonia entre o Direito e as Letras	
<i>Orlando Vaz</i>	25
Tecendo a fina teia da vida	
<i>Olavo Romano</i>	31
Dois perfis	
<i>Affonso Arinos de Mello Franco</i>	43
Peregrinações amazônicas	
<i>Carmen Schneider Guimarães</i>	51
Exercício da Caridade	
<i>Dom Walmor Oliveira de Azevedo</i>	61
Lupe Cotrim e a beleza frágil	
<i>Fábio Lucas</i>	65
Personalidades Latinoamericanas - I	
<i>Aloísio Garcia</i>	75
Tiradentes na Ordem do Carmo	
<i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	79
O legado do Papa Bento XVI	
<i>Côn. José Geraldo Vidigal</i>	83

O Senhor parecia dormir
Fábio Proença Doyle..... 87

Perfil acadêmico

O acadêmico e o retrato de Rui
Pedro Rogério Couto Moreira 91

A brasileira que foi rainha de Portugal
Ricardo Malheiros Fiúza..... 99

Funções da arte colonial
Fernando Correia Dias 105

O primeiro dia ninguém esquece
Fábio Proença Doyle..... 111

Victor Nunes Leal, adorador da lógica
José Maria Couto Moreira 119

De média para mídia faltam os meios
Paschoal Motta 123

Noturno no edifício Maletta
Ricardo Teixeira de Salles..... 137

Rio São Francisco – Fatos e palavras que o definem
Zanoni Neves..... 145

Cinema

Encontros com Paulo Emílio
Paulo Augusto Gomes..... 151

Teatro

Um marco das artes cênicas

Jota Dangelo 159

Música

A Filarmônica e a música do século XX

Paulo Sérgio Malheiros dos Santos 167

Artes plásticas

Do ouro ao café em sugestivo painel artístico

Carlos Perktold 185

Síndrome da dúvida compressiva

Cunha de Leiradella 189

Deus estudado em novo livro

Pinheiro Júnior 195

Notas sobre Drummond e o elefante Geraldão

Gabriel Kwak 201

A figura multifacetada de João Franzen de Lima

Antônio Pedro de Lima Pellegrino 205

De uma árvore

Yeda Prates Bernis 210

Remedeio

Gérson Cunha 213

Encerra

Petrônio Souza Gonçalves 215

Os sinos são testemunhas

Ozório Couto..... 217

Edições Mineiras..... 219

Apresentação

De acordo com os critérios estabelecidos, este número da *Revista da Academia Mineira de Letras* publica, não apenas as colaborações dos acadêmicos, como também de escritores esparsos.

Do primeiro grupo, são divulgados o discurso de posse do acadêmico Ângelo Machado e a saudação do escritor Olavo Romano, além de textos dos acadêmicos Orlando Vaz, Carmen Schneider Guimarães, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Fábio Lucas, Aloísio Garcia, Fábio P. Doyle, Pedro Rogério, Guto Moreira, Ricardo Malheiros Fiúza, Yeda Prates Bernis, Angelo Oswaldo de Araújo Santos e Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho.

A *Revista* acolhe também originais de escritores cujos trabalhos vão se somar aos nossos propósitos de ampliar a área de colaboradores, inclusive a universitária, seja com a presença de mestres ilustres, como também de alunos capacitados.

A *Revista* demonstra, assim, que é acessível a todos os seguimentos da inteligência mineira, sem deixar de ser veículo de uma tradição que alicerçou a sólida estrutura do pensamento e da cultura de nosso estado.

NOTA

Em vista de ter sido prorrogada a data de vigência do acordo ortográfico para 1º de janeiro de 2016, manteremos nas edições da *Revista* até 2015 a ortografia original das colaborações, apresentando, portanto, as publicações ambos os sistemas.

Divulgação científica e literatura infantil*

*Ângelo Machado***

Senhor presidente Orlando de Oliveira Vaz, senhora secretária de Educação, professora Ana Lúcia de Almeida Gazola, neste ato representando o governador Antonio Anastasia, senhores acadêmicos, minhas senhoras, meus senhores.

Nas cerimônias de iniciação das sociedades tribais são exigidos dos iniciados duros sofrimentos. Entre esses, cita o antropólogo Herbert Baldus (1899-1970) a flagelação, o jejum e a escoriação cutânea com dente de peixe. Do mesmo modo, na cerimônia de iniciação das Academias exige-se do iniciado proferir e ouvir enormes e enfadonhos discursos. Com satisfação, cumpro agora o ritual de praxe.

Ao receber telefonema de nosso presidente Orlando Vaz, informando que eu havia sido eleito para ocupar a cadeira 26 desta Academia, fui tomado de grande satisfação. Para qualquer escritor, entrar para a Academia Mineira de Letras é uma enorme honraria pelo alto nível de seus acadêmicos, na atualidade e no passado, e pela elevada tradição de cultura que tem esta casa. Apesar disso, quando há cerca de seis anos meu grande amigo acadêmico Olavo Romano me

* Discurso de posse do acadêmico Ângelo Machado, proferido na sessão solene realizada no dia 8 de março de 2013.

** Professor, cientista, escritor. Ocupa a cadeira nº 26 da Academia Mineira de Letras.

perguntou se gostaria de concorrer a uma vaga neste Sodalício, relutei um pouco. Estava sem coragem de concorrer a uma vaga geralmente disputada por excelentes candidatos. Foi então que aconteceu o inesperado: eu era grande amigo do Bartolomeu Campos de Queirós, com quem me encontrava quase todos os sábados em uma mesa da calçada em frente à livraria Quixote. Mas naquele sábado de janeiro tive uma surpresa: a cadeira estava vazia. Logo entrei e fiquei sabendo: Oh, meu Deus! Ele não virá nunca mais.

Uma grande perda, para seus amigos e para a cultura mineira. Foi nesse clima que encontrei Olavo Romano e disse: – Agora faço questão de concorrer à cadeira 26, que era a do Bartolomeu.

Com o apoio do Olavo, entrei na campanha e ganhei. Minha vitória é uma homenagem a ele, meu amigo Bartô.

E, ainda para homenageá-lo, narro o resultado de uma disputa literária que tive com ele. Em uma recepção na editora Lê, de Belo Horizonte, fiquei sabendo que ele fora alfabetizado com *O livro de Lili* e que gostava muito da história.

– Uai, Bartô, eu também fui alfabetizado com *O livro de Lili* e me lembro de algumas lições. – Eu também – disse ele. E assim começou a disputa para ver quem conhecia mais *O livro de Lili*.

Eu começo – disse eu.

Primeira lição.

Lili

Olhem para mim.

Eu me chamo Lili.

Eu comi muito doce.

Vocês gostam de doce?

Eu gosto tanto de doce!

Ele continuou.

Segunda lição.

O piano de Lili

Lili toca piano.
Susete ouve Lili tocar.
Susete é a cachorrinha.
Toca, Lili! Toca.
Dó – ré – mi.

Eu continuei.

Terceira lição.

As meias de Lili

As meias de Lili...

Esqueci! Esqueci! Aí ele entrou:

As meias de Lili
Eu vou calçar as minhas meias.
As minhas meias são azuis.
Que pena! A minha meia tão bonita está furada.
Eu não sei coser.
Como há de ser?

Ele ganhou, e quero guardar na lembrança a sua fisionomia alegre de vencedor da competição sobre o Livro de Lili.

Ao decidir me candidatar, levei em conta também o fato de que é bom para a Academia ter entre seus membros pelo menos um escritor de literatura infantil. Esta, durante muito tempo, foi considerada uma

literatura menor, haja vista que só recentemente uma escritora de literatura infantil, Ana Maria Machado, entrou para a Academia Brasileira de Letras. Minha visão da literatura infantil é diferente, pois acho que, em alguns aspectos, ela é mais importante que a literatura para adultos. Certa vez expressei essa posição ao escritor Roberto Drummond. Ele estranhou um pouco, e eu expliquei: – Nós somos os formadores dos futuros leitores. Se a criança não aprender a gostar de livros conosco, nunca chegará a ler os livros de vocês. Se um adulto começa a ler um livro chato, ele o descarta e pega outro. Se a criança lê um livro chato, descarta e pode não pegar outro nunca mais.

De fato, desenvolver na criança o prazer da leitura, para formar novos leitores, deve ser o principal objetivo do escritor infanto-juvenil. Sobre a importância do livro, cito as palavras de dois gigantes dessa área: Monteiro Lobato e Ziraldo. Lobato afirma que “um país se faz com homens e livros”, e Ziraldo, sempre original em seus comentários, diz que “ler é mais importante que estudar”.

A propósito dos escritores de literatura infantil e juvenil, apresentei, em uma palestra feita em 2008 na Feira Internacional do Livro, em Miami, um estudo comparativo do número de escritores infanto-juvenis nos vários estados brasileiros, desde 1808, com base no *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*, de Nelly Novaes Coelho. São os seguintes os dados referentes aos cinco primeiros: 1º – São Paulo (211), 2º – Minas Gerais (114), 3º – Rio de Janeiro (110), 4º – Rio Grande do Sul (38) e 5º – Bahia (17). Assim, podemos nos orgulhar de nossa posição (segundo lugar) em número de escritores de literatura infanto-juvenil no país. Nesse estudo, obtive também os nomes dos 114 escritores mineiros na literatura infantil e juvenil, mas não cabe aqui anunciá-los.

Por isso, escolhi uma escritora por meio da qual homenageio os demais autores mineiros. Trata-se da pioneira da literatura infantil em Minas Gerais, minha prezada amiga Alaíde Lisboa de Oliveira, de saudosa memória. De sua produção literária, destaco *A bonequinha preta* e *O bonequinho doce*, livros que, estou certo, resistirão ao tempo e imortalizarão sua autora. Aliás, no próximo mês teremos a comemoração dos 75 anos da publicação de *A bonequinha preta*.

É tradição desta casa que o novo acadêmico discorra sobre o patrono e os escritores que o precederam na mesma cadeira. Isso me leva ao ano de 1799, data de nascimento do patrono da cadeira 26, Evaristo da Veiga, jornalista e poeta ligado às cortes de D. João VI e D. Pedro I, autor de numerosos poemas, sonetos e hinos, um entusiasta da independência do Brasil. O fundador da cadeira 26 foi José Eduardo da Fonseca, poeta e escritor, natural de Juiz de Fora. Seu sucessor foi Mário Casasanta, professor catedrático da Faculdade de Direito e reitor da UFMG. Notabilizou-se por seu trabalho em prol da educação em Minas Gerais. A ele seguiu-se Henriqueta Lisboa, consagrada pela crítica como “das vozes mais puras da poesia brasileira”. Henriqueta foi a primeira mulher a entrar para esta Academia. Publicou dezenas de livros de poesia e foi muito bem-sucedida na difícil tarefa de fazer poemas que agradem às crianças. Seu livro de poesias mais conhecido é *Menino poeta*, que lhe valeu o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras. Henriqueta foi sucedida por Lacyr Annunziata Schettino, escritora premiada nacionalmente com *O espelho da morta*, autora das obras infantis *Festa no jardim* e *As sete meninas*. A seguir, o Padre João Batista Megale, doutor em teologia pela Universidade Angelicum de Roma, com vários livros publicados sobre temas religiosos.

Finalmente chego ao meu antecessor, Bartolomeu Campos de Queirós. A biografia de Bartolomeu consta de um excelente livro, intitulado *O poeta de Aquário – Vida e obra de Bartolomeu Campos de Queirós*, lançado recentemente pela escritora Aparecida Simões. Assim, vou me limitar a narrar alguns fatos de sua vida, relevantes para a compreensão de sua obra. O saudoso acadêmico não teve infância feliz. Isso fica claro em um texto de sua autoria intitulado ‘Das saudades que eu não tenho’, publicado no livro *O mito da criança feliz*. No texto ele afirma: “Minha infância foi o lugar do desalento, meu pai não passeou comigo montado em seus ombros, nem minha mãe cantou cantigas de ninar para me trazer o sono”. Em outro texto narra que, por muito pouco, o pai lhe batia, tentando fazê-lo chorar, mas ele não chorava, pois lhe haviam ensinado que homem não chora. Em muitos de seus livros aparece sua infância ao mesmo tempo como ela foi e como poderia ter sido. Na literatura, dizia

ele, só posso reinventar a infância, não revivê-la. E o conflito entre o que foi e o que poderia ter sido aparece em muitos de seus livros e os torna mais bonitos. Sua mãe deu-lhe um violino e queria que ele fosse músico. Seu pai brigava com a mãe porque queria que ele fosse caminhoneiro e um dia quebrou o violino. Para sorte da literatura brasileira, ele não foi nem músico nem caminhoneiro. Consigo até imaginar o caminhoneiro Bartolomeu distribuindo textos poéticos pelas estradas do Brasil, com a capa de *O livro de Lili* colada no para-brisa do caminhão, porque Lili foi seu primeiro e grande amor.

Bartolomeu publicou 49 livros de literatura infantil e juvenil, incluindo-se três póstumos: *A filha da preguiça*, *O elefante* e *O fio da palavra*. Desde os primeiros livros sua literatura foi considerada como prosa poética, o que o faz único na literatura infantil brasileira. Para ele, a única mensagem válida para a literatura infantil é o belo e, para conseguir, levou a arte da palavra a seu extremo. E o belo em seus textos está na fantasia, no simbolismo, na metáfora, na palavra exata no lugar exato, pois ele foi acima de tudo um artesão da palavra, obcecado pela beleza dos textos. A qualidade dos livros de Bartolomeu está expressa nos numerosos prêmios que recebeu, a saber: dois Jabutis, cinco certificados de 'altamente recomendável' da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, Prêmio Orígenes Lessa, dois prêmios em bienais do livro e dois prêmios da prefeitura de Belo Horizonte. *Indez* é seu livro mais premiado, incluindo dois prêmios no Brasil e dois no exterior, tendo entrado na lista dos cem melhores livros do mundo para jovens.

Seus livros têm sido objeto de vários estudos pela Academia, em teses e dissertações de pós-graduação. Já conhecia alguns livros do Bartolomeu, mas a maioria deles eu os li na praia durante minhas últimas férias. E foi na praia que descobri que os livros de Bartolomeu interagem com o mar. A leitura fica mais bonita com a proximidade do mar, e o próprio mar fica mais bonito com a leitura. O que mais gostei de ler na praia foi *O olho de vidro de meu avô*. Estava absorto, lendo, quando se aproximou um amigo, desses que chegam furtivamente para falar camarão. Ele achou estranhíssimo o Ângelo Machado, em vez de entrar no mar, ficar lendo sobre o olho de vidro do avô do Bartolomeu. É que ele não sabia que,

com o olho direito, o avô apreciava a paisagem e, com o esquerdo, adivinhava a paisagem. Um olho era de verdade, o outro de mentira, mas mesmo assim ele enxergava as pessoas com a alma. Muito bom o texto! Meu amigo de pouca cultura não conhecia Bartolomeu Campos de Queirós e muito menos sabia que seu avô, mesmo com olho de vidro, escrevia nas paredes frases de que o menino gostava e que foram sua primeira fonte de leitura.

Não cabe a mim, nem haveria tempo de fazer análise literária dos livros do Bartolomeu. Ouso, entretanto, fazer um comentário sobre o último deles, publicado postumamente. Refiro-me a *O fio da palavra*, que é obra de arte. E me permito ler um verso da página final do livro que foi, provavelmente, a última coisa que ele escreveu:

“A vida é um fio
Mais fino que a linha da aranha
Tem uma ponta no nascimento e a outra: eu não sei.”

No dia 16 de janeiro de 2012 Bartolomeu encontrou a outra ponta do fio.

A partir de uma proposta do presidente Murilo Badaró, tornou-se usual os novos acadêmicos, em seus discursos, abordarem um tema central com mais profundidade, e pretendo falar sobre divulgação de ciência através da literatura infantil. Minha condição de escritor e cientista coloca-me em situação privilegiada para abordar esse tema. Antes, entretanto, cabe discorrer um pouco sobre a divulgação científica de modo geral. Ela tem como objetivo divulgar ciência para o grande público, o que lhe permitirá entender o mundo em que vive, cada vez mais dependente de ciência e tecnologia.

O processo de divulgação da ciência envolve três atores. De um lado, está o cientista, seja diretamente ou por meio de seus trabalhos; na outra extremidade está o grande público. Por definição, o cientista detém o conhecimento e o grande público, não. No meio está o terceiro ator, o divulgador de ciência ou decodificador, cuja função é transformar a linguagem do cientista em informação acessível ao grande público. O

divulgador ou decodificador pode ser o próprio cientista, um jornalista ou um escritor. Seu trabalho costuma ser difícil, pois quando um cientista escreve para seus pares a linguagem é complicada, hermética e sem conteúdo emocional, sobretudo nas áreas de ciências exatas e biológicas. Na descrição de uma espécie nova de libélula, a linguagem é extremamente hermética. Outra diferença é que o texto de um trabalho científico, especialmente quando enviado a revistas de alto nível, como *Science* ou *Nature*, deve ser sintético, pois o espaço nelas é disputadíssimo. Assim, se, por um absurdo, o famoso poema de Drummond 'No meio do caminho'

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

fosse enviado a uma dessas revistas, o editor só publicaria o primeiro verso, pois os outros são repetições. Mas, do ponto de vista literário, a beleza está exatamente na repetição.

Entretanto, vamos tratar apenas da divulgação de ciência feita por escritor através da literatura infantil. Nessa modalidade, tenho publicado a maioria de meus livros, enfocando principalmente a Zoologia e a Ecologia. Inicialmente, tive problemas. Em 1988 meu primeiro livro, *O menino e o rio*, foi devolvido por uma grande editora brasileira. Alegaram não ser boa literatura porque ensinava coisas científicas, nem ser boa de ecologia porque os bichos falavam, esquecendo que desde as fábulas de Esopo, no século VI a.C., na literatura os bichos falam. O André Carvalho, então na editora Lê, soube de meu manuscrito e o publicou. Até hoje, decorridos 25 anos, o livro continua fazendo sucesso na editora Lê (21 reimpressões) e no teatro com adaptação minha.

Mas as dificuldades não foram só essas. Eliana Yunes, importante crítica de literatura infantil, publicou matéria em um jornal do Mato Grosso sobre dois lançamentos então recentes: *O menino e o rio* e o livro de Marina Colasanti, *A mão na massa*. Este, segundo ela, era

excelente literatura; aquele nem sequer era literatura porque ensinava ciências. A autora referia-se a mim como conceituado cientista e comentava que ciência e literatura eram coisas diferentes que não deviam se misturar.

Naquela época, em conversa cordial com a conceituada especialista em literatura infantil Marisa Lajolo, percebi que esse era também seu pensamento e que na literatura infantil caberia apenas ficção; não a realidade. Contra-arguntei com exemplos de situações, especialmente na área biológica, nas quais a realidade é mais interessante que a ficção. Por exemplo, uma espécie de abelha que tenta copular com uma flor e assim, lambuzada de pólen, leva-o para outra flor. Parece ficção, mas é realidade e, como tal, não poderia ser usada em texto literário. Felizmente, esse ponto de vista vem sendo contestado em novas abordagens sobre o assunto, como a de Sanchez Mora, que em seu livro de 2003 defende a viabilidade da divulgação de ciência como literatura e dá vários exemplos em que isso foi feito com sucesso.

Também João Zaneti, em sua tese de 1990, tem a mesma posição. Segundo ele, a divulgação de ciência pode ser feita por duas categorias de autores: cientistas com veia de escritor, que parece ser o meu caso, ou por escritores com veia de cientista, como é o caso de Lucia Machado de Almeida e de Monteiro Lobato.

Embora a posição radical sobre distinção entre ciência e literatura tenha sido superada, o assunto continua a ser discutido na Academia, em publicações, teses de doutorado e dissertações de mestrado, especialmente no que se refere à literatura infantil. Em sua tese de doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, em 2007, intitulada "Divulgação de ciências como literatura e o ensino de ciências", Gisnaldo Pinto, um defensor da literatura infantil como divulgação científica, faz uma extensa análise de quatro livros infantis, um dos quais o meu *O dilema do bicho-pau*. A qualidade literária desse livro é inquestionável, pois recebeu certificado de 'altamente recomendável' pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Em sua tese, o autor mostra como permite a divulgação para crianças de informações sobre a biologia do bicho-pau e de um conceito biológico importante, o mimetismo.

Também Arlete Higashi, em sua dissertação de mestrado em Letras pela USP, em 2010, intitulada “Ciência e Literatura em textos infantis de Ângelo Machado”, analisa oito de meus livros, todos considerados como obras de divulgação científica através da literatura. Muito adequadamente, distingue duas categorias: livros em que há supremacia do literário sobre o científico (*A viagem de Tamar*, *O ovo azul*, *O dilema do bicho-pau*) e aqueles em que há supremacia do científico sobre o literário (coleção *Gente tem bicho também*).

Considerando-se como correta a idéia de que divulgação científica é compatível com boa literatura infantil, faltava comprovar se a informação científica em um texto literário era absorvida pelo jovem leitor. Isso foi demonstrado na dissertação de mestrado de Gilmará Lopes, defendida em 2008 no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG. O livro analisado, *O tesouro do quilombo*, de minha autoria, narrando uma aventura que se passa no cerrado, foi lido por um grupo de adolescentes. Também nesse caso a condição de boa literatura infantil não pode ser questionada, uma vez que a obra também recebeu o certificado de ‘altamente recomendável’ para jovens da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Após a leitura, os jovens foram entrevistados e demonstraram ter absorvido novos conhecimentos sobre animais e plantas do cerrado, além do conceito de natureza e a importância de sua preservação.

Com base no exposto, creio ter ficado demonstrado que a divulgação de ciência pode ser feita com qualidade literária. Entretanto, isso não é fácil, especialmente quando o principal objetivo do autor não é desenvolver na criança o prazer e o hábito da leitura, mas conscientizá-la sobre a importância de uma causa como, por exemplo, a ecológica. Após a Conferência Rio-92, sobre meio ambiente, muitos ambientalistas se viram na obrigação de escrever livros ‘ecológicos’ para crianças. O defeito mais comum é a mensagem muito explícita. Em um desses livros aparecia com destaque a frase: “Ame a natureza!” Na cabeça da criança logo surge o contraditório: “Não amo, se mandou eu não amo”. Como se o amor pudesse ser imposto. Muitos desses textos são desinteressantes e chatos, o que é muito sério, pois podem fazer a

criança detestar o livro e seu conteúdo, a Zoologia e a Ecologia. Tentei evitar que isso acontecesse em meus livros e acho que consegui, pois sempre foram bem acolhidos pelas crianças e hoje também pela crítica literária especializada. Em seu *Dicionário de literatura infantil no Brasil*, Nelly Novaes Coelho faz o seguinte comentário sobre minha obra literária: “Suas histórias resultam de uma hábil fusão de ciência, ficção, poesia e bom humor”.

Minha análise sobre divulgação de ciência na literatura infantil diz respeito ao final da década de 1980, mais precisamente em 1988, quando tive problemas com a crítica literária, e meu primeiro livro, *O menino e o rio*, recusado por uma grande editora, foi lançado pouco depois pela Lê. Entretanto, muito antes disso, dois autores já faziam divulgação científica na literatura infantil e são pioneiros nessa área. Refiro-me a Monteiro Lobato, na década de 1930, e a Lúcia Machado de Almeida, na década de 1940. A divulgação de ciência de Lobato foi feita nas duas categorias definidas por Higashi (2010), ou seja, livros em que há supremacia do científico sobre o literário, como *Serões de Dona Benta* e *História das invenções*, e livros em que há supremacia do literário sobre o científico, como *Reinações de Narizinho*, *O sítio do Pica-Pau Amarelo* e *Caçadas de Pedrinho*, este último meu livro preferido na infância. O pensamento de Lobato sobre divulgação científica para crianças está expresso no seguinte diálogo entre Pedrinho e Dona Benta no livro *Serões de Dona Benta*:

– Sinto uma comichão no cérebro – disse Pedrinho. – Quero saber coisas: Quero saber tudo quanto há no mundo...

– Muito fácil, meu filho – respondeu Dona Benta. – A ciência está nos livros. Basta que os leia.

– Não é assim, vovó – protestou o menino – Em geral os livros de ciências falam como se o leitor já soubesse a matéria de que tratam, de maneira que a gente lê e fica na mesma. Tentei ler uma Biologia que a senhora tem na estante, mas desanimei. A ciência de que gosto é a falada, a contada pela senhora, clarinha como água de pote, com explicações de tudo quanto a gente não sabe, pensa que sabe ou sabe mal e mal.

É fácil ver, nesse caso, que Dona Benta é a decodificadora da linguagem e faz a ciência ficar “clarinha como água de pote”.

Outra pioneira da divulgação de ciência através da literatura foi Lúcia Machado de Almeida. Em seus livros infantis há supremacia do literário sobre o científico, mas esse último aspecto é muito bem cuidado e feito após consulta da bibliografia sobre o assunto. Seu primeiro livro nessa linha foi *O mistério do Polo*, seguido de *Na região dos peixes fosforescentes* e consolidado na obra *Estórias do fundo do mar*, publicada em 1980. Não cabe aqui analisar a vasta obra de Lúcia para crianças e jovens, na qual se destacam *O escaravelho do diabo*, *O caso da borboleta Atíria* e a série de *Xisto*. Suas histórias envolvem quase sempre aventura e mistério, nas quais a inteligência demonstrada pelos mais fracos (a piabinha e a borboleta Atíria) supera a força.

Termino aqui o tema central de meu discurso, como se tornou tradição nesta casa. Frequentemente me perguntam o que motivou o cientista Ângelo Machado a se tornar escritor. Houve influência familiar, de meu tio Aníbal Machado, de minha tia Lúcia Machado de Almeida, de meu pai, que escreveu o premiado *Menino feliz*. Mas há outra razão. O cientista e o escritor devem ter criatividade. Mas a criatividade do cientista é limitada por aquilo que ele acha ser verdade. Já o escritor não tem essa limitação. Eu queria criar o absurdo. Por exemplo, em *O velho da montanha*, o personagem central tem uma barba de dois quilômetros. É uma barba ecológica, com orquídeas, ninhos de passarinhos, que fica verde quando chove... Para o cientista Ângelo Machado, um velho como esse é impossível. Mas, para o escritor, como o velho é dele, põe nele uma barba do tamanho que quiser – e ninguém tem nada com isso. Meu compromisso é com as crianças. Se elas gostaram e o velho ficou bom, ótimo; se pedirem, aumento o tamanho da barba.

Outra pergunta que ouço frequentemente é por que escolhi a literatura infantil. No início já me referi à importância que dou ao escritor de literatura infantil para a formação de leitores. Outro fato é que eu gosto de crianças e se, por absurdo do destino, tivesse que exercer a profissão médica, teria sido pediatra. Uma das qualidades que admiro na criança é a autenticidade. Um adulto dificilmente terá coragem de dizer a um autor

que leu seu livro e não gostou. Às vezes até nem leu e diz que gostou. Com a criança é diferente. Uma vez, a propósito de *O menino e o rio*, um garoto comentou:

– Adorei seu livro, mas as figuras são uma porcaria.

Gostei de ouvir isso, pois, como ele achava que eu tinha feito as figuras também e criticou, quando elogiou o texto é porque realmente gostou do livro. Então perguntei:

– Por que você não gostou das figuras?

– Não são coloridas.

Outro menino ao lado comentou:

– Ô, seu burro. É pra gente mesmo colorir. Olhe! Já colori o meu todo.

Já me perguntaram também se minha condição de cientista ajudou ou prejudicou minha carreira literária. No início, prejudicou, como ficou demonstrado a propósito das críticas feitas a *O menino e o rio*. Há também um preconceito contra os cientistas, geralmente considerados pessoas que só escrevem coisas complicadas e chatas. Isso de fato acontece com alguns, mas a generalização não é correta, e inicialmente esse preconceito me prejudicou.

Com excesso de autocrítica, que é uma qualidade do cientista, durante algum tempo duvidei se seria realmente um escritor, até que, para meu espanto, ganhei o prêmio Jabuti com *O velho da montanha*. Aí tive um pensamento bem mineiro: Uai, devo ser escritor mesmo, pois até já ganhei prêmio! Por outro lado minha condição de cientista, em especial de zoólogo, me disponibiliza um grande número de informações científicas que uso em meus livros e que são pouco acessíveis a escritores não zoólogos. Por exemplo, um colega zoólogo mostrou que o lobo-guará se alimenta mais de frutas do que de carne. Isso motivou meu livro *Chapeuzinho Vermelho e o Lobo-Guará*, no qual, no momento mais importante, quando o lobo vai devorar a menina, ele vê uma melancia sobre a mesa e pergunta:

– Chapeuzinho Vermelho, para que esta melancia tão grande?

– É para você comer. E o lobo, ao invés de comer a menina e a vovozinha, come a melancia e avacalha toda a história.

Mas a ciência, em especial o estudo das libélulas, ao menos indiretamente, ajudou minha carreira literária. Fiz grandes viagens à Amazônia à procura de libélulas e conheci sete tribos de índios. Essas viagens deram subsídios para alguns de meus livros, em especial *O velho da montanha*, no qual a história se passa na aldeia tirió, ao norte do Pará, onde estive durante um mês. Já me perguntaram também por que estudar libélulas e não outro bicho. Essa pergunta é fácil de responder. É porque a libélula é o ser vivo mais bonito do mundo, depois da mulher, é claro, não vamos exagerar. Aliás, por coincidência, hoje é o dia internacional da mulher e, ao proclamar aqui a supremacia estética das mulheres sobre as libélulas, presto minha homenagem a elas neste dia, que é o dia delas.

Aos 78 anos, tenho toda uma vida para trás. No que resta para frente, e eu espero que seja muito, pretendo priorizar a literatura e o teatro. Por isso, entrar para esta Academia, que é a casa de Vivaldi Moreira, ao lado de grandes expoentes da cultura mineira, é especialmente importante e honroso para mim.

Se consegui chegar até aqui pelo meu trabalho literário, devo ao estímulo e apoio que tive de várias pessoas, às quais sou grato, destacando-se na literatura infantil minha tia Lúcia Machado de Almeida e meus amigos escritores Ronaldo Simões Coelho e Ronald Claver. Um agradecimento especial a meu amigo acadêmico Olavo Romano, por ter lançado minha candidatura e contribuído decisivamente para a minha vitória. Na dramaturgia, muito devo ao teatrólogo Jota Dângelo, com quem, no meu tempo de estudante, trabalhei na montagem dos espetáculos humorísticos teatrais denominados *Show medicina*, o que me levou a escrever textos, trabalhar como ator e participar da direção de espetáculos.

Finalmente, a lembrança carinhosa para aquela que foi minha parceira em muitos trabalhos científicos e me ajudou na literatura com alguns elogios, mas também com críticas ferrenhas. Refiro-me a minha esposa Conceição, que infelizmente não está mais entre nós. De nossa parceria resultaram Lúcia, Flávia, Paulo Augusto e Eduardo, que me deram os principais leitores de meus livros: Letícia, Mariana, Leonardo, Luiz Felipe, Lucas e Ana Clara. Para terminar, transcrevo um diálogo que tive

com meu filho Eduardo quando ele tinha seis anos e que sintetiza a essência de meu *curriculum vitae*.

Ele chegou em casa muito entusiasmado e disse:

– Pai, a professora pediu pra fazer uma pesquisa sobre a profissão dos pais. Qual é a sua profissão?

– Eu sou professor universitário.

– Mas, pai, eu pensei que você era médico.

– A rigor, eu não sou médico porque não exerço a profissão e nunca tratei de doente.

– Mas você estudou medicina?

– Estudei.

– Se você estudou e não é médico, então você tomou bomba!

– Não tomei bomba!

– Tomou sim, e eu achava que só filho tomava bomba. Mas, pai, eu vejo você mexendo só com bicho, então você é veterinário.

– Não sou veterinário, eu sou zoólogo.

– Mas você não é escritor?

– Sou também.

– Ô, pai, aquele lugar que você entrou como é que chama?

– Academia.

– Isso mesmo! A mamãe falou que lá só tem cientista. Então você é cientista também?

– Sou.

– Ô, pai, quer saber de uma coisa, você é uma confusão, viu! Vou fazer a pesquisa com a mamãe.

Senhor presidente Orlando Vaz, colegas acadêmicos, é essa confusão que adentra hoje na Academia Mineira de Letras.



Lição de harmonia entre o Direito e as Letras*

*Orlando Vaz***

Nunca imaginei um dia receber a incumbência de falar, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde me formei, em nome da Academia Mineira de Letras, que presido.

Não sei ao certo se mais me comove permanecer nesta tribuna, dissertando sobre as atividades acadêmicas, ou buscar as lembranças do debate forense, seja nos Tribunais de Minas, seja nos Tribunais Superiores da República. Há sempre uma diferença linear de direções, horizontais ou verticalizadas, pendentes de responsabilidades muitas.

No pretório do Direito, buscam-se a interpretação da lei, o conhecimento da doutrina e a pesquisa acurada da jurisprudência.

Nos bancos acadêmicos, investigam-se as Escolas literárias de estilos vários, reúnem-se e analisam-se peças representativas do classicismo, do barroco, do arcadismo, do romantismo, do naturalismo, do realismo, do parnasianismo; do simbolismo, do modernismo e outros tantos, que fascinam os admiradores da prosa, do verso, da poesia, e fazem sonhar as pessoas, viver em outras épocas, viajar e vivenciar eventos em companhia dos grandes autores, pelos aspectos doutrinários e pelas citações de grandes mestres.

* Discurso pronunciado na sessão solene comemorativa dos 120 anos da Faculdade de Direito da UFMG.

** Orlando Vaz é advogado, secretário geral do Centro Jurídico Brasileiro e ex-presidente da Academia Mineira de Letras.

Não faz muito tempo, falando a convite da Sociedade Italiana, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, despendi algum tempo, tentando desincumbir-me da tarefa de cotejar a literatura brasileira com a literatura italiana. Mesmo assim, em síntese que procurava oferecer sobre aspectos importantes ou indispensáveis do tema, obriguei-me a resumir a leitura das 34 laudas redigidas. Há de ser sempre conveniente que assim seja: o palestrante se obriga a elaborar um determinado texto a ser publicado e a resumir sua leitura que esteja acima do limite da paciência de uma assembleia.

Não pretende o orador, em nome de uma Academia que está completando 103 anos de existência, narrar fatos dessa instituição, descrever períodos e fazer comparações históricas com a Faculdade de Direito, fundada em fevereiro de 1892, lá se vão 120 anos, como assinalaram, em ensaio notável, as professoras Elza Maria Miranda Afonso e Misabel de Abreu Machado Derzi.¹

Também a Academia Mineira de Letras teve e tem seus historiadores, bastando citar apenas dois de seus membros ilustres, o saudoso Presidente Perpétuo Vivaldi Moreira e o atual Secretário, também Perpétuo, Oiliam José. Ambos promoveram estudos adequados, ensaios e pesquisas que ombreiam com aqueles dos juristas e dos historiadores mais cuidadosos e eminentes.

Ao orador que lhes dirige a palavra não caberia discorrer sobre as dificuldades tantas que fazem parte da história dessas entidades.

A atual Faculdade de Direito da UFMG, especificamente, mostrou a sua inconformidade com intervenções consideradas indevidas, quando professores da postura de independência de um Francisco Brant bateram-se pelas prerrogativas de uma autonomia administrativa, econômica e didática outorgadas à Universidade Livre de Direito de Minas Gerais, como registram as autoras já citadas.²

¹ DERZI, Misabel de Abreu Machado; AFONSO, Elza Maria Miranda. *Dados para uma história da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. (Coordenadoras). 2 volumes. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais, 1976 (I vol.) e 1977 (II vol.). I vol., p. 11.

² Op. cit., vol. II, p. 14.

Minha palavra há de ser, naturalmente, mais sintetizada que aquela outra, a do colega de Turma de 1963 desta Faculdade, integrante do Supremo Tribunal Federal e seu presidente, de 1999 a 2001, conferencista Carlos Mário da Silva Velloso. Bem sei da significação desta homenagem que a ilustre Diretora desta Escola, a Professora Amanda Flávio de Oliveira, quis prestar a uma Casa de idade contemporânea, diga-se assim, reunindo acadêmicos que pertenceram também à Faculdade de Direito.

Esta Escola, em Minas Gerais, além de ter formado nomes de notável projeção nacional, no campo do Direito, contribuiu para o surgimento de inúmeros cultores da literatura, abrigados também na Academia Mineira de Letras.

As academias de letras, de modo geral e pelo modelo da francesa e da mineira, são constituídas por 40 cadeiras, cada uma delas com a denominação de um patrono, que se homenageia; um fundador, que se escolhe para ocupá-la; e os demais sucessores, que são eleitos conforme regras estatutárias estabelecidas.

Pelas informações contidas nas *Efemérides da Academia Mineira de Letras* (JOSÉ, Oiliam)³ 54 membros eleitos para integrar a Casa de Alphonsus de Guimaraens também se formaram pela Faculdade de Direito da atual Universidade Federal de Minas Gerais:

Cyro dos Anjos, Oscar Corrêa, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Christiano Martins da Silva, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Salomão de Vasconcellos, João Bosco Murta Lages, Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, João Alphonsus de Guimaraens, Djalma Andrade, Francisco Ildeu da Fonseca Brandão, João Etienne Arreguy Filho, Fábio Proença Doyle, Carlos Góes, Tancredo de Almeida Neves, João Franzen de Lima, Paulo Tarso Flecha de Lima, Moacyr Assis Andrade, Odair de Oliveira, Hélio Armond Werneck Cortes, José Afrânio Moreira Duarte, Abgar de Castro Araújo Renault, Arthur

³ JOSÉ, Oiliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. 1909/2009. Belo Horizonte: IDM Composição e Arte LTDA., 2009. p. 31-40.

Versiani Velloso, Mário Mendes Campos, Emílio Guimarães Moura, Ariosvaldo de Campos Pires, Oscar Negrão de Lima, Caio Mário da Silva Pereira, Paulo de Araújo Rehfeld, Fábio Lucas Gomes, Raul Machado Horta, João Lúcio Brandão, Cláudio da Silva Brandão, Francelino Pereira dos Santos, Mário Casasanta, Antônio Augusto de Lima Júnior, Guilhermino César da Silva, José Bento Teixeira de Salles, Milton Soares Campos, Pedro Aleixo, Murilo Paulino Badaró, Waldemar Diniz Alves, Mário Franzen de Lima, Almir de Oliveira, José Crux Rodrigues Vieira, Noraldino Lima, Orlando de Oliveira Vaz, Navantino Santos, Orlando Magalhães Carvalho, Carlos Mário da Silva Velloso, Nelson Coelho de Senna, Edgar de Godoy da Mata Machado, Patrus Ananias de Souza.

Nesta hora em que se comemoram os 120 anos de fundação da Faculdade de Direito da UFMG, junta-se a ela, nesta celebração gloriosa, a coirmã um pouco mais jovem, nos seus 103 anos de existência, a Academia Mineira de Letras. Há quem diga que somos, nós os brasileiros, um povo sem memória.

Eventos como o de agora, no entanto, contribuem para relembrar fatos e pessoas que, pelos seus estudos, pela contribuição ao Direito e à Literatura, terão seus nomes sempre lembrados no panteão do saber, onde hão de ficar registrados sua cultura, suas lições de ética, sua abnegação e seu trabalho em prol da construção de um mundo melhor, com mais beleza, mais poesia e mais justiça.

Quando o advogado cultiva a arte de bem escrever, de transmitir com clareza e harmonia suas ideias, seus ideais e sua busca do justo, torna-se mais próxima a conquista das grandes metas almejadas perante o Poder Judiciário. Por isso, todo advogado tem o dever de cultivar o idioma pátrio, e muitos o fazem, transformando suas peças jurídicas em verdadeiras obras de arte, que o magistrado lê com prazer e admiração. É claro que a busca do direito não se resume a apresentar uma bela página sem conteúdo fático. O conhecimento e o correto e adequadô manejo da língua portuguesa, porém, permitem ao advogado melhor fazer-se

compreender, suavizando o trabalho do juiz na compreensão dos fatos, para que possa bem aplicar o direito. Pois se é verdadeiro o preceito latino *da mihi factum dabo tibi ius* (“dá-me o fato e te darei o direito”), quando o interessado consegue expor com clareza os fatos que embasam sua pretensão, o juiz há de dar-lhe, provavelmente, o direito que pleiteia.

É importante, assim, que essa aproximação se faça, entre o Direito e a Literatura, as Belas Letras, e esta simbiose, conforme vimos, tem sido praticada pelo grande número de egressos desta Casa que integram ou integraram a Academia Mineira de Letras. Ganha a Sociedade, ganha o Direito, aproxima-se a Justiça do cidadão e valoriza-se a Língua Portuguesa, “inculta e bela”, na expressão de Olavo Bilac, mas da qual tanto nos orgulhamos.

Por isso, a mensagem de agora caminha no sentido de propor que, cada vez mais, o Direito e a Literatura se entrelacem, permanecendo cada qual com suas características, sua beleza, sua utilidade, de modo a contribuir para que, como dizia Paulo Freire em suas aulas, tivessem elas “muita boniteza e muita alegria”. A Literatura anseia pela perfeição das formas de expressar-se o homem, pela beleza; o Direito, ao se propor a realização da Justiça, será o grande responsável por proporcionar à sociedade a alegria que ela merece.

Eis a harmonia em que nos encontramos nesta hora: de um lado, a lembrança e a homenagem que se prestam aos 120 anos de existência da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e, de outro, a comemoração dos quase 103 anos de vida da Academia Mineira de Letras, fundada em 25 de dezembro de 1909, em Juiz de Fora e transferida para Belo Horizonte em 24 de janeiro de 1915.

Agradeço à Faculdade de Direito da UFMG, também conhecida como Casa de Afonso Pena, e à sua preclara Diretora Amanda Flávio de Oliveira a oportunidade que me concederam, permitindo-me descer desta tribuna e proclamar que ela é tão nobre quanto a que frequentamos, nós, os acadêmicos, na sede da Academia Mineira de Letras, situada na famosa e decantada Rua da Bahia e abrigada no Palacete Borges da Costa.

Referências:

DERZI, Misabel de Abreu Machado; AFONSO, Elza Maria Miranda. *Dados para uma história da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. (Coordenadoras). 2 volumes. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais, 1976.

JOSÉ, Oíliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras – 1909/2009*. Belo Horizonte: IDM Composição e Arte Ltda., 2009.



Tecendo a fina teia da vida*

Olavo Romano**

Ao tomar posse nesta cadeira 26, nosso saudoso Bartolomeu Campos de Queirós afirmou, repetidamente, que trazia as emoções em desalinho.

Saudar Ângelo Machado, recebê-lo nesta centenária Casa de Alphonsus, de Vivaldi e de Murilo é honra e alegria incomparáveis, mas constitui enorme desafio: seu currículo, seco, ocupa 50 páginas de um arquivo PDF. Sintetizado, zipado, como se diria hoje, chega a 10 laudas. Não daria nem para uma leitura rápida. Sem falar nos muitos tons de uma personalidade múltipla e instigante.

Com antecipadas desculpas pelas escolhas que serei compelido a fazer, aviemo-nos, pois.

Começo com Fernando Brant, no inspirado poema *Encontros e despedidas*:

E assim, chegar e partir
São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro
É também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida.

* Discurso de recepção ao acadêmico Ângelo Machado, na sessão solene de 8 de março de 2013.

** Escritor. Presidente da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 37).

Entre saudades e esperanças, reverenciamos a figura de Bartolomeu, vivo em nossos corações, para exemplificar a imortalidade possível nas Academias. Ao mesmo tempo, receber Ângelo Machado é grato privilégio e precioso contentamento.

Como um guia incumbido de mostrar, em meia hora, um bioma exuberante, incomum e variado, começo por dizer que Ângelo Machado é professor universitário aposentado, cientista, ambientalista, escritor e dramaturgo.

Médico sem vocação, foi Professor Titular e atualmente é Professor Emérito da UFMG, onde, durante 28 anos, deu aulas de Neuroanatomia. Aposentado em 1987, voltou por concurso à Universidade, e, por 20 anos, ensinou Entomologia. Querido e competente, foi patrono ou paraninfo de 19 turmas e homenageado por outras 23. Apesar de nunca ter exercido a profissão recebeu o título de Acadêmico Honorário da Academia Mineira de Medicina.

Como cientista, publicou seu primeiro trabalho aos 19 anos, um estudo sobre libélulas. Membro da Academia Brasileira de Ciências, já foi Conselheiro do CNPq, da FINEP da CAPES e vice-presidente da SBPC, além de Pesquisador 1A do CNPq e coordenador em Minas da revista *Ciência Hoje* da SBPC. Até 1985 dedicou-se à pesquisa na área de neurociências, na qual publicou 30 trabalhos, alguns em revistas de grande impacto. Teve a parceria de sua esposa, a neurobióloga Conceição Ribeiro da Silva Machado, na maioria destes trabalhos, que versaram sobre a glândula pineal, Sistema Nervoso Autônomo e lesões do sistema nervoso na doença de Chagas. Como especialista em libélulas e em espécies ameaçadas de extinção, tem 93 trabalhos publicados. Foi autor ou editor de 7 livros entre os quais o *Livro Vermelho das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção*, em 2 volumes e 1.400p. Descreveu 84 espécies novas de libélulas e teve seu nome dado a 31 espécies de animais e um vegetal. Fez 8 grandes viagens para coleta de insetos na Amazônia, tendo visitado 7 tribos indígenas, experiência que se refletiu em sua produção literária, na qual a temática indígena aparece em 5 obras.

Entre os prêmios relevantes na área, destacam-se o Diploma da Ordem Nacional do Mérito Científico na categoria de Grã Cruz, o Prêmio FUNDEP de Pesquisa, e o Prêmio José Reis de Divulgação Científica (CNPq).

Como ambientalista, iniciou suas atividades em 1973, quando filiou-se ao Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais, a primeira ONG ambientalista de nosso estado. Em 1989 integrou o grupo que criou a Fundação Biodiversitas, da qual é hoje diretor presidente. Foi também presidente da ONG Conservação Internacional. Participou da elaboração do programa paralelo da Conferência Rio-92 e foi membro fundador do Conselho de Política Ambiental COPAM, do Estado de Minas Gerais. Quando Presidente da Comissão de Meio Ambiente da SBPC, formulou propostas para a Constituição de 1988, duas das quais foram incorporadas à Carta Magna. Proferiu cerca de 300 palestras sobre Educação Ambiental de Crianças em quase todos e os estados do Brasil.

Recebeu, dentre outros, os prêmios Henry Ford de Conservação do Meio Ambiente; Hugo Werneck de Conservação e Sustentabilidade; Gestão Ambiental; Novaes Ramires de Conservação da Natureza e Prêmio Ambiental Ponto Terra.

Nascido em uma família de admirados escritores como seus tios Aníbal Machado e Lúcia Machado de Almeida, sua prima Maria Clara Machado e o pai Paulo Monteiro Machado, cujo romance *Família feliz* ganhou o prêmio Cidade de Belo Horizonte, surpreendeu os parentes ao optar pelo magistério e a pesquisa científica, chegando à literatura aos 55 anos. Dos 36 livros infanto-juvenis e um de humor para adultos até agora publicados, vários foram adotados pelo PNBE – Plano Nacional Biblioteca da Escola; dois, da Coleção “Que bicho será?”, foram traduzidos para o espanhol e adquiridos pelo governo do México. Sua obra literária esteve exposta na Biblioteca Estadual Prof. Luiz de Bessa antes de percorrer as principais cidades de Minas e ser levada à Feira Internacional do Livro em Miami (2008). *Fugitivos da Esquadra de Cabral* esteve nas listas dos mais vendidos da imprensa nacional, enquanto *O livro do pé* foi incluído no Catálogo de Bolonha de 2013 para livros infantis. A obra literária de Ângelo Machado vem despertando

interesse nos círculos universitários, tendo sido objeto de dissertações de mestrado, tese de doutorado e trabalhos acadêmicos.

Há cerca de 20 anos vem visitando escolas para conversar com estudantes sobre literatura, meio ambiente e ciência, estimando-se que já tenha falado para cerca de 5.000 crianças. Seu livro *O casamento da Ararinha Azul*, adaptado para cinema de animação (40'), está sendo distribuído nas escolas e logo estará disponível nas vídeolocadoras.

Como escritor, Ângelo recebeu os Prêmios "Jabuti", pel' *O velho da montanha*; Adolfo Aisen, por *Chapeuzinho Vermelho e o Lobo Guará*, e "altamente recomendável" (FNLIJ) com *O Tesouro do Quilombo* e *O Dilema do Bicho-Pau*.

Sua experiência em teatro começou na década de 50 quando, com Jota Dângelo, criou o Show Medicina, espetáculo humorístico-teatral de grande sucesso. Para ele, no qual também atuou, escreveu 15 esquetes humorísticos, mais tarde publicados no livro *O humor do Show Medicina*, em parceria com Jota Dângelo. A propósito, um rápido registro histórico: na noite de 25 de agosto de 1961, Ângelo passou um bilhete ao colega Ernesto Lentz Monteiro (hoje presidente da Sobrames-MG), que logo anunciou a bomba: o presidente Jânio Quadros, não resistindo "às críticas feitas ao seu governo pelo Show Medicina", acabara de renunciar.

Até o momento, tem as seguintes peças infantis encenadas: *O menino e o rio*, *O casamento da Ararinha azul*, *Chapeuzinho Vermelho e o Lobo Guará*, *Que bicho será?* (teatro de marionetes), e *O Rei careca*. Duas outras se voltam ao público adulto: *Como sobreviver em festas com bufê escasso* e *A Comédia dos defuntos sem cova*.

O casamento da Ararinha azul levou o Prêmio SESC-SATED de 2003 para melhor texto e melhor espetáculo, enquanto *Como sobreviver em festas com bufê escasso* abocanhava prêmio de maior bilheteria. Protagonizada pelo talentoso, querido e competente ator e humorista Carlos Nunes, aqui presente, esta peça é considerada um dos maiores sucessos de bilheteria da história do teatro em Minas e vem tendo casa cheia há 12 anos.

Em 2011, Machado voltaria a faturar o prêmio de maior bilheteria do teatro infantil de Minas Gerais, desta vez com *O casamento da Ararinha azul*.

Nas versões de 2012, 2013 da Campanha de Popularização do Teatro e da Dança Ângelo Machado consagrou-se definitivamente como autor teatral, com cinco peças encenadas, duas para adultos e três infantis.

A fina teia da vida

Examinando-se em perspectiva a vida de Ângelo Machado, é possível admirar-lhe a rara trajetória, sentir-lhe a paixão pela ciência e pela literatura, seu múltiplo talento e ricas qualidades humanas se exercitando de forma exímia e constante. Podemos, sobretudo, vislumbrar o misterioso entrelaçar-se de fios tecendo ao longo do tempo a teia singular e encantadora, vibrante e harmônica, poderosa e sutil que é a existência do nosso tão querido e admirado imortal.

Toda criança gosta de bicho, raras são as que não tiveram seu animalzinho de estimação. Poucas, porém, puderem desfrutar livremente deste gosto tão natural, geralmente inibido pelos pais.

No caso de Ângelo Machado, a vocação de zoólogo poderia ter naufragado em seu primeiro encontro com um inseto, episódio providencialmente testemunhado por sua mãe. Ao vê-lo levar uma barata à boca, dona Laura apenas evitou, sem susto nem trauma, que o quase bebê ingerisse alimento impróprio para consumo. Mas, tocada pelo precoce interesse do filho pelos bichos, acompanhou-lhe os passos e pesquisas, coletas cada vez mais variadas.

Quando Ângelo tinha oito anos o professor Henrique Marques Lisboa, catedrático da Faculdade de Medicina, levava a meninada do curso de aperfeiçoamento para a Fazenda Velha, hoje Museu Abílio Barreto, até o límpido córrego que por ali passava para colher maria-sapuda, ver sua metamorfose. "Foi ele quem despertou o meu interesse pela ciência", lembra Ângelo com gratidão.

Aos 12 anos, o futuro cientista tinha uma conta na Livraria Oscar Nicolai, aberta pelo pai, Paulo Machado, com liberdade para comprar os livros que quisesse. Impressionou-se, com *A vida dos nossos animais*, de Rodolpho von Ihering e, entusiasmado, começou sua rara biblioteca zoológica, que soma, por exemplo, 50 versões do *Lobo Mau* e dezenas de *Alice no país das maravilhas*.

Aos 15, todo orgulhoso, exhibe à tia Lúcia cinco novas libélulas capturadas na fazenda do pai, em Açucena. Lúcia Machado de Almeida, que encantava os adolescentes com *O Caso da Borboleta Atíria*, *O escaravelho do diabo* e *Estórias do fundo do mar*, dentre outros tantos, manda o sobrinho procurar o professor Newton Santos, diretor do Museu Nacional, que estava dando um curso no Instituto de Educação. O tímido adolescente se assusta com a resposta do professor: “Não vou dar nome de libélula nenhuma, não! Você vai pra casa, estuda, classifica o que conseguir. Volta amanhã, vamos ver o que acertou.”

O futuro zoólogo acertou umas, errou outras, mas aprendeu que podia fazer mais do que imaginava. Lembrando aquele episódio, crucial para a definição de seus rumos, Ângelo assegura: “Se o professor tivesse me atendido, eu ficava naquelas cinco primeiras. Com o estímulo dele, aprendi a classificar libélulas, tomei gosto, nunca mais parei”.

Nos dois anos seguintes, passou um mês de cada período de férias no Museu Nacional. Hospedado na casa do tio Aníbal, admirava-lhe o jeito calmo e cortês, via a casa encher-se para as infalíveis *Domingueiras*, sem reparar no desfile de ases da nossa literatura; nem saber que Aníbal, autor de preciosidades como *Viagem aos seios de Duília*, *A morte do porta-estandarte* e *João Ternura* fora jogador do Atlético: naquela época, Ângelo só tinha olhos para as libélulas. Tampouco ligava para o pessoal do Tablado – jovens promissores que, pelas mãos da prima, viriam a brilhar na telona, na telinha e nos palcos. Os amigos de Maria Clara caçoavam: “Esse seu primo é engraçado. Em vez de se divertir com a gente, curtir a praia, o sol de Ipanema, vive enfurnado no Museu”, encantado com libélulas.

Mais tarde, quando começou a escrever, pensou que talvez houvesse sido inoculado com o perigoso vírus naquelas temporadas cariocas da rua Visconde de Pirajá. Do mesmo modo com o teatro, contaminado sem perceber.

Coroinha em Lourdes, descobre no padre Pereira um estudioso de besouros. Começam fazendo coletas semanais de insetos e, devidamente paramentados, acabam empreendendo 10 viagens à Amazônia. Dos tempos de sacristão, persistente lembrança o acompanha: a misteriosa

litanias das encomendações solenes que irrompe subitamente em seu ouvido:

*Dies irae, dies illa
Solvat saeculum in favilla
Teste David cum Sibylla...*

Terminado o colegial, pensa em Agronomia, por causa de renomado especialista em insetos que lecionava em Viçosa. O curso de História Natural ainda engatinhava. Vai para Medicina, mesmo sabendo que não será médico. Era a melhor aposta.

No magistério, encontra Conceição Ribeiro da Silva Machado, valiosa pepita garimpada em Passagem de Mariana. Junto com a professora, ex-aluna, esposa e sucessora, cria o Laboratório de Neurobiologia do ICB, onde fez relevantes descobertas.

Das férias na fazenda do pai, em Açucena, voltava sempre com novidade. Mas se entristecia de ver a redução da mata e dos bichos: “não mais o canto dos jaós e dos nhambus, cada vez menos libélulas, borboletas e besouros”. O entomologista vai-se tornando ambientalista, jeito de defender aquilo de que gostava e via minguar a cada dia. Filia-se ao Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais, presidido por Hugo Werneck, “um dentista que gostava de passarinhos”. Vê a importância de ensinar crianças e jovens a gostar da natureza, “pois quem gosta, protege”. Zoólogo desde pequeno, aposentou-se como professor de neuroanatomia, fez concurso para dar aulas de zoologia (entomologia) e continuar sua pesquisa sobre libélulas. O passatempo agora é profissão e, como ensinava Confúcio, fazendo o que ama, não precisa mais trabalhar.

No Centro para Conservação da Natureza, a percepção de que o ativismo ecológico pede uma base científica levou à constituição da Fundação Biodiversitas, ONG da qual foi fundador e ainda preside. O foco passa à proteção das espécies ameaçadas de extinção e o amor aos bichos faz do zoólogo especializado em libélulas e em biologia da conservação, um protetor do nosso sofrido planeta. Na companhia do “dentista que gostava de passarinho”, “o homem atraído por bicho”

procura o governador Aureliano Chaves, propondo a criação da Secretaria do Meio Ambiente. José Israel Vargas é encarregado de implantar a Secretaria de Ciência e Tecnologia, incumbida de atuar sobre questões ambientais, pois o ecodesenvolvimento exigia tecnologias apropriadas. Na pioneira Comissão de Política Ambiental, com poder de deliberação, o ambientalista Ângelo Machado era voz potente e respeitada.

Encantado pela ciência, só em 1989, aos 55 anos, publicou seu primeiro livro infantil: *O menino e o rio*. Misturando humor e poesia encarou a temática ecológica. Mas achou “muito chata” a primeira versão, escrita na praia. De volta das férias, gravou a história e gostou do resultado. Uma grande editora recusou os originais, dizendo que literatura e ciência não combinavam. André Carvalho, com olhar de lince, bancou a publicação e convidou o autor, estreante na área, para a Bienal, no Rio. “Vende pouco, mas você precisa se tornar conhecido no meio”, disse. No primeiro dia, o pessoal passava, olhava, seguia adiante. No dia seguinte, havia um aquário com um livro embrulhado num plástico. Todo mundo parava, queria saber o que era aquilo, a conversa rendia, as vendas foram aumentando, o livro acabou virando um sucesso.

Nosso imortal, porém, em sua modéstia, só se sentiu um escritor quando *O velho da montanha* apareceu portando um jabuti.

Mais de 20 anos e muitos livros depois, ele vive no meio da meninada, em animados bate-papos. Foi conversando com seus netos e nas salas de aula que nosso laureado acadêmico aprendeu que o Saci podia, sim, jogar futebol com uma perna só, como demonstraram os estudantes no pátio da escola.

No meio da moçada mais jovem, Ângelo Machado, o sempre lembrado Angelim da Medicina, faz a maior festa. “Esse cara é sinistro”, diz um. “Esse cara é o bicho!”, garante outro, no maior entusiasmo.

Na mais recente Bienal do Livro, em Belo Horizonte, vi nosso confrade rodeado de crianças, fascinadas com o bicho-pau, instigadas por saber se era bicho ou se era pau. Feliz com o sucesso, Ângelo finge ciúmes: “Desconfio que eles gostam mais do bicho-pau do que de mim”.

Embora aborde sempre relevantes questões atuais, Ângelo deixa que o leitor descubra no texto seu próprio caminho. Em dois livros para

adolescentes (*Fugitivos da esquadra de Cabral* e *O tesouro do quilombo*), os preconceitos contra índios e negros não são explicitamente denunciados mas a narrativa mostra a grande amizade que pode existir entre crianças e adolescentes, índios, brancos e negros, bem como entre ricos e pobres, todos compartilhando suas vivências. Habilmente, distribui atos heróicos igualmente a todos eles. Armas poderosas são a ironia e o humor, utilizadas com a suposição de que “quando alguém ri, tende a aceitar as ideias e valores de quem fez rir”.

A bagagem científica do zoólogo, a visão da natureza obtida de maneira direta nas muitas viagens em busca de insetos, tudo é passado às crianças de maneira simples. A dificuldade é “dosar o que deve ser ensinado, pois os conhecimentos existentes sobre a natureza são muito maiores do que uma criança ou um adolescente precisa saber”, observa ele em recente entrevista.

Machado trabalha para desenvolver nas crianças o hábito e o prazer da leitura para que continuem a ler quando adultos. Perceber que as crianças gostam de seus livros é prazer mais que legítimo. Gostoso também, e igualmente legítimo, é o prestígio que vem da boa aceitação de sua obra.

Suas viagens à Amazônia, embora tivessem por objetivo a coleta de espécimes animais, empurraram-no para a antropologia e a etnologia, fornecendo precioso material para seus textos. A narrativa de *O velho da montanha*, por exemplo, se passa na tribo Tirió; a de *Os fugitivos da esquadra de Cabral*, entre os Tupiniquins e Tupinambás. *O Tesouro do quilombo* tem a tribo Araxá, *O tesouro do rei* contempla os Cataguás, enquanto os Tupinas estão presentes n’*O casamento da Ararinha azul*. Embora se julgue apenas “um amante da antropologia indígena no Brasil”, reconhece que suas viagens e o contato com 7 tribos indígenas “contribuíram para enriquecimento de seus livros, em especial *O velho da montanha*, no qual os personagens indígenas são reais, alguns inspirados em índios com os quais conviveu durante o mês que passou na aldeia Tirió, no oeste do Pará. A receita do sucesso, porém, exige amplas pesquisas bibliográficas, temperadas com imaginação, talento e graça, ingredientes que nunca falta no caldeirão mágico deste moderno Panoramix.

O cientista *popstar* e a mídia

A partir de 1991, quando concedeu extensa entrevista ao *Pasquim* sobre problemas ambientais, Ângelo Machado tem estado presente na mídia, principalmente nas áreas de divulgação da Ciência, Meio Ambiente e Literatura Infantil. Desde 1996, quando foi lançada a coleção *Que bicho será?* participou cinco vezes do Programa do Jô. A quinta entrevista, em 2007, junto com o ator Carlos Nunes, está disponível também no *YouTube*.

Vencida timidez inicial, ninguém mais conseguiu segurar nosso múltiplo comunicador. Quando Jô Soares, no primeiro programa, perguntou se ele ainda comia barata, Ângelo lamentou que já não se fizessem baratas como antigamente. Mas aproveitou para contar o caso da dor de ouvido de uma paciente, em um plantão no Pronto Socorro, causada por um raro exemplar do *Acrosticus longimanus*, aliás, um casal, um em cada ouvido. Enviado ao Padre Pereira, antigo colecionador de besouros, o casal foi doado ao Museu Nacional.

Um colega de magistério elogiou sua participação no programa e comentou:

– Tem um homônimo seu escrevendo umas frases de humor muito interessantes na revista *Bundas*.

– Estou também na *Playboy* – informou Ângelo, que, realmente escrevera uma matéria sobre o “Bufê”.

– Pelado? – indagou o professor, prestes a denunciar suposta quebra de decoro acadêmico.

No regresso de uma viagem à Amazônia, contou a um jornalista que aproveitava os animais caçados pelos índios para estudar a glândula pineal, “um segredo que se busca desvendar há dois mil anos”. A impactante matéria deu manchete: “Cientista procura entre os índios da Amazônia o segredo da glândula pineal perdido há dois mil anos”.

Senhor Presidente, Senhoras, Senhores,

Nossa viagem desta noite caminha para o fim.

Ocorre-me uma frase de Woodsworth, também atribuída a Machado de Assis: “O menino é pai do homem”. Fernando Sabino aproveitava

para encomendar seu epitáfio: “Aqui jaz Fernando Sabino, que nasceu homem e morreu menino”.

Nosso querido Ângelo Machado exemplifica a figura do *puer aeternus*, a eterna criança. Não a que se nega a crescer, como Peter Pan, mas a que conserva, intacta, a energia, a alegria, a espontaneidade e a efervescente criatividade infantil.

Guiado por este ser tutelar, cheio de entusiasmo, o Deus Interno, seguiu o caminho do coração, cumpriu a jornada da alma, atendeu à voz interior, o chamado interior, realizando plenamente sua vocação.

Mantém o olhar curioso e atento como só as crianças são capazes de fazer. É um completo poeta, na definição de Chesterton: “Aquele que a cada dia olha para o mundo como se o visse pela primeira vez”.

E é por isso que, por suas mãos, a vida se tece tão bela, juntando fios, cores e tramas em desenhos tão caprichosos, tão perfeitos.

Neste momento de celebração, confraternizamo-nos com a família:

Lúcia e Luiz Arnoldo, com Letícia, Leonardo e Luis Felipe;

Flávia e Marcelo, com Lucas e Ana Clara;

Paulo Augusto, Maria Cristina e Mariana;

E o caçula, Eduardo Ribeiro Machado.

Mesmo sem a presença física da sempre lembrada Conceição, cuja falta você chorou, sem pudor, até que sua dor se transfigurasse na bela canção de amor imortalizada na história da Ararinha, eis aqui uma família feliz, como profetizou seu pai, embora se referindo à sua própria geração.

Caríssimo confrade Ângelo Machado,

Neste momento festivo para a centenária Casa de Alphonsus, de Vivaldi e de Murilo, queremos juntar num só abraço suas duas famílias a partir de agora: a família Machado e a família da Academia Mineira de Letras, que o recebe com orgulho e alegria.



Dois perfis

*Afonso Arinos de Mello Franco**

PEDRO NAVA

Há cento e dez anos, nascia em Juiz de Fora Pedro Nava, aquele médico ilustre que aprendeu, no exercício da profissão, a anatomizar pessoas e coisas, situações e sentimentos. Tudo o que fazia, fê-lo bem. Foi, ainda, poeta, desenhista e pintor excepcional, embora bissexto. Mas pode ser considerado, sobretudo, um dos mais brilhantes memorialistas brasileiros. Sua personalidade era reconhecida por todos os que o conheceram como amigo generoso, leal e dedicado.

Possuía talento artístico extraordinário, não só na expressão literária como nas artes plásticas. Um dia, fechou-se no escritório dizendo que ia criar um Portinari. E o fez, pintando meninos a empinar balões. Era, também, um retratista excepcional e caricaturista exímio.

Suas memórias são mais que recordações, mas lembranças onde vivências, sensações e sentimentos se sobrepõem, enriquecendo-se mutuamente. Pedro Nava confessou: “Já a minha memória começava a mentir, sobretudo para mim, e eu fazia como os primitivos que representam Cristo, a Virgem, São José, os magos, os pastores com as roupas e o *décor* do tempo deles, pintores. Era impossível lembrar o passado sem sobrepor-lhe uma camada do presente.” Juntava à verdade o verossímil, que não é, nas suas palavras, “senão um esqueleto da verdade encarnado pela poesia”.

* Diplomata aposentado, escritor, da Academia Brasileira de Letras e da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 29).

Um dia, estando Nava já idoso (encetou a redação das memórias aos setenta anos), tentei animá-lo a candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, mas retrucou-me dizendo que, se o fizesse, iria apresentar, não seu nome, mas a própria vaga. Era, contudo, genial no manejo barroco da língua, dos maiores escritores que o Brasil produziu em todos os tempos. Incluindo, sem dúvida, aquela plêiade nascida no início dos novecentos, com Gilberto Freyre na sociologia, Carlos Drummond na poesia, Pedro Nava na memorialística, foi responsável, entre nós, pelo século XX iluminista que tivemos.

Desde criança, lembro-me dele em nossa casa, quase como um irmão de Afonso Arinos. Minha filha chamava-o “tio Nava”. Afonso, seu companheiro desde o Colégio Anglo-Mineiro, em Belo Horizonte, e o Internato Pedro II, no Rio, deporia sobre o amigo quando este completou 80 anos: “É muito difícil, para mim, falar de Pedro Nava sem me comover, tão ligados temos vindo pela vida, em horas de riso e morte. Nossos risos sem causa – a falta de causa é a causa do verdadeiro riso –, nossas tristezas com causa ou sem ela, nossa firmeza e confiança nas horas mais duras, a palma aberta, o olhar direto, a certeza. E em tantos anos as cenas inevitáveis em que a morte é o terceiro personagem presente – ou receado. De meninos a velhos, de perto ou de longe, nenhuma sombra, nenhuma dúvida, nenhuma hesitação, nenhuma crítica, sim, porque amizade, ou não é, ou é falta de crítica.”

Pedro Nava escreveu um prefácio admirável para o livro-entrevista sobre *O intelectual e o político – Encontros com Afonso Arinos*.

Ele era sempre o confidente, clínico e conselheiro nas crises de saúde, existenciais ou emocionais por que passávamos em família. Quando minha mulher e eu vivemos momento lutuoso devastador em nossas vidas, sua bondade sem par e caridade ativa para conosco não nos faltaram. Nem conheci alguém mais compreensivo e tolerante nas reações.

Visitou-nos na Itália, em 1958, quando o levei a passeio, ruínas de Ostia Antiga. Uns dez anos depois, o porteiro do Consulado em Genebra veio avisar-me que lá se encontrava, à minha procura, um certo *monsieur Pedrô*. Encantado com a surpresa, partimos para um almoço memorável

em Aix-les-Bains, onde foram consumidos alguns dos mais nobres vinhos da Borgonha. Dali conduzi-os – ele e a esposa – em alegre excursão, a conhecer, ainda na França, a abadia de Hautecombe, com os túmulos dos Savóias.

Quando, em 1983, um telefonema do Brasil informou-me que Pedro Nava se matara, o estampido ecoou, em mim, como se o tiro houvesse sido disparado dentro do escritório onde me encontrava, na Embaixada do Brasil na Venezuela.

OTTO LARA RESENDE

Se fosse vivo, Otto Lara Resende haveria completado noventa anos em 2012. De poucos amigos sinto, hoje, tanta falta quanto a dele. Na minha própria família, uma prima disse-me, certa vez, que era Otto quem fazia a ponte entre nós todos.

Eu tinha uns doze anos quando Israel Pinheiro alugou uma casa defronte à nossa, em Copacabana. Seu pai, João Pinheiro, fora grande amigo e sucessor, no governo de Minas Gerais, de Cesário Alvim, avô de Afonso Arinos. Pronunciara-lhe, à beira do túmulo, o elogio fúnebre. Israel, experiente político mineiro, era velho amigo e colega de Afonso na Câmara, e costumava dizer que, se o seu partido, o Social Democrático, e o de Arinos, a União Democrática Nacional, não os atrapalhassem, eles resolveriam os problemas políticos ali mesmo, na rua Anita Garibaldi. Daí a intimidade entre os seus nove filhos, meu irmão e eu, que tornamos de fato, nos longos anos em que nossos pais lá residiram simultaneamente, as duas casas numa só.

Dentre as filhas de Israel, Helena fazia-se notar pela beleza tímida e suave. Jovens admiradores não lhe faltavam entre as relações da sua família, no Rio e em Belo Horizonte, até que por lá começou a aparecer, com insistência, um moço magro, moreno e falante. Era o Otto.

O noivado seguiu as regras de praxe das tradicionais famílias mineiras. Com frequência, os irmãos de Helena os acompanhavam, e, certa vez, coube-me este papel. Ocasão inesquecível, pois Helena pedira emprestado o automóvel de um tio, para passearem. Com Otto ao volante,

dobramos a primeira esquina e, ao emprendermos a segunda, o carro desgovernou-se e abraçou o poste à nossa frente, para total desolação e constrangimento dos jovens noivos.

Casaram-se em bela cerimônia no mosteiro de São Bento. Quando chegou a nossa vez, em 1955, Beatriz e eu adquirimos, por coincidência, um pequeno apartamento quase fronteiro àquele onde moravam Helena e Otto, na Gávea. E ali a casa de Otto se tornou o centro constante das palestras inesgotáveis daquele incansável fazedor de amigos.

Fernando Sabino eu já conhecia desde quando, aos dezessete anos, se apresentara na nossa casa trazendo o seu primeiro livro de contos, *Os grilos não cantam mais*, para ofertá-lo a Afonso Arinos, então em plena faina de crítica literária nos jornais do Rio. Notei, na ocasião, as botinas sertanejas que Fernando calçava. Só muitos anos depois, confidenciou-me havê-las envergado como atitude literária, para impressionar o crítico mineiro.

Entre os visitantes frequentes de Otto encontravam-se Paulo Mendes Campos, Hélio Pellegrino, sempre romântico e exaltado, Marco Aurélio Moura Mattos, Carlos Castello Branco, também casado havia pouco com a imperiosa Élvia, Luís Edgar de Andrade, José Carlos de Oliveira, Nelson Rodrigues, Rubem Braga, Armando Nogueira, Wilson Figueiredo, Murilo Rubião, José Aparecido, e tantos outros amigos e jornalistas. Estes últimos, vindos de todos os cantos do Brasil, mas sobretudo de Minas, compunham a nata da imprensa carioca de então.

Já era considerável a experiência jornalística de Otto quando Adolfo Bloch chamou-o para assumir a chefia da redação da *Manchete*, que fundara ambicionando disputar com *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand, a preferência dos leitores cariocas. E Otto convidou-me para ser encarregado da seção internacional da revista, o que fiz, escrevendo longas matérias, até partir a serviço no exterior. Adotara o pseudônimo de Gil Cássio, herdado do meu tio-avô e homônimo Afonso Arinos, quando este colaborava na imprensa paulista, pois a condição de diplomata não me permitia exprimir-me à vontade em matérias versando política externa. E, de fato, numa delas, Gil Cássio recebeu pronta resposta do embaixador do Peru após criticar a ditadura militar então vigente naquele país.

Aprestava-me a assumir meu primeiro posto diplomático, em Roma, e surgira para Otto a oportunidade de trabalhar como adido cultural na Bélgica. Mas ele hesitava muito, indagando sobre a capital belga, consultando os amigos sem cessar. Um dia, confidenciou-me que, se não viajasse logo, acabaria por tornar-se um daqueles tipos populares então em voga no Rio, sentado numa sarjeta, enquanto os passantes o apontariam: “Olha ali o Bruxelas.”

Seguimos ambos para o exterior, onde nos visitamos mutuamente. Por sua mão, Beatriz e eu conhecemos a Bélgica, onde passamos uns poucos dias hospedados no seu apartamento de Bruxelas, a ver a Grande Place, que, para Manuel Bandeira, vale, por si só, uma vigem à Europa, fazer incursões deslumbrantes pelos canais, palácios e museus de Bruges, e visitando Gand, encantados com o *Cordeiro Místico* de Jan van Eyck.

Isto foi em 1957. No ano seguinte, chegou a vez dos nossos amigos visitarem a Itália, mas por um mês, pois alugamos, juntos, uma casa no balneário de Fregene, a uns vinte quilômetros de Roma. Otto viajou de Bruxelas a Roma ao volante do seu carro, pelas atravancadas rodovias peninsulares (a *Autostrada del Sole* ainda não existia). Egresso da Bélgica ordeira e silenciosa, espantava-o a desordem, a indisciplina, a gritaria e a movimentação incessantes que encontrou pelo caminho. Goethe, na sua *Viagem à Itália*, narra a opinião que um italiano lhe dera, segundo a qual, para conhecer o país, “*bisogna un po' di confusione*” Ao chegar, comentou comigo nunca haver visto um povo tão parecido com a caricatura de si mesmo quanto o italiano.

Na praia de Fregene, encontrávamos o meu amigo de mocidade Antônio de Teffé, filho do diplomata e campeão brasileiro de automobilismo Manuel de Teffé. O belo Antônio era, então, astro dos chamados *spaghetti-western*, filmes em grande moda naquela época. E estava acompanhado por uma estrela de primeira grandeza do cinema italiano. Quando a deusa dourada emergia do Mediterrâneo azul, dava a Otto e a mim a impressão de que assistíamos a uma *reprise* do nascimento de Vênus, de Botticelli.

Dali excursionávamos incessantemente pelos arredores. Levei-os um dia a Castelvandolfo para verem o papa, que lá veraneava, e, quando Pio XII apareceu no balcão, a pequenina Cristiana, surpresa, interpelou Otto: "Ué, papai, o papa é gente?"

Outro período de férias passamos juntos em Portugal. Otto lá se encontrava como adido cultural, e eu vinha por via aérea de Genebra, onde servia na qualidade de cônsul do Brasil. Ele esperava-me, com Helena, no aeroporto de Lisboa, e dali mesmo subimos para a quinta de parentas nossas, no Minho, onde Beatriz nos aguardava. Íamos comendo os deliciosos pastéis mineiros, enquanto Helena trazia ao colo a caçulinha recém-nascida e ainda sem nome, que o pai apelidara Maria-pão-de-queijo, por lembrar-lhe uma figura popular da sua São João del Rei. Foi outra temporada deliciosa, com excursões ao Douro e à Galiza. Já conhecíamos o norte de Portugal, mas a nova oportunidade reforçou o prazer com que aceitei o Consulado-Geral no Porto, quando este, anos mais tarde, me foi oferecido.

Lembro-me, por outro lado, do pasmo de Afonso Arinos, quando Otto, eleito membro da Academia Brasileira de Letras, convidou-o para recebê-lo em 1979, mas concitando-o, em cartas sucessivas e prementes, a aproveitar o ensejo do discurso para um pronunciamento significativo, que deixasse o recipiendário o mais possível de lado. Em suma, Afonso deveria acolher Otto Lara Resende, porém sem falar em Otto Lara Resende. E isso em nome do bom senso mineiro...

Eu poderia escrever, aqui, páginas e páginas lembrando-me de Otto, da sua humanidade, da sua integridade, da sua lealdade e generosidade para com amigos. Lembro-me bem. No velório do meu filho primogênito, passou toda a noite comigo, junto com Hélio Pellegrino.

Eram legendárias suas tiradas humorísticas, sempre desconcertantes. As crianças o fascinavam. Seu livro *Boca do inferno* está entre os mais pungentes que já li, narrando dramas e tragédias da infância. Grande jornalista, entrevistador de televisão, romancista, contista, cronista, escritor infatigável (inclusive de cartas), delé ficará sobretudo, entre os que tiveram o privilégio de desfrutar da sua amizade e da sua companhia, a lembrança de um conversador sem igual, pela inteligência da sua

presença, espalhando idéias e frases, verdadeiras gemas preciosas, como se fossem pedras sem valor. Mas este jorro de espírito escondia uma profunda angústia existencial. E ele acreditava na redenção.

Um dia – faz já vinte anos – eu me encontrava na chancelaria da nossa Embaixada na Haia quando minha mulher telefonou-me de casa, chorando. Otto se fora, de forma totalmente inesperada, em consequência de uma intervenção cirúrgica banal. Tínhamos uma convidada diplomata para o almoço, mas Beatriz não conseguia conter o pranto. Apoiá-la naquela emoção me ajudou a disfarçar a minha.



Peregrinações amazônicas

Carmen Schneider Guimarães*

Temos, mais uma vez, os estudos de profundidade do conhecido crítico literário Fábio Lucas, agora com incursões nos temas sertanejos do norte e avaliações preciosas de escritores que se detiveram na saga amazônica, dentro do livro *Peregrinações amazônicas*, Associação LetraSelvagem, Taubaté, SP, Brasil, 2012.

O autor de *Peregrinações amazônicas* – História, Mitologia, Literatura – pensando muito na facilidade que seus leitores encontrariam para a assimilação do cativante assunto, decidiu que o livro fosse dividido e subdividido em temas elucidativos.

Depois da “Introdução” com “Lendas e Memórias da Amazônia”, quando o escritor confessa que colecionava lendas e fatores culturais “em minha consciência já monumentalizados”, declara ainda que realizava a coleta de títulos e obras que lembravam-lhe “os esplendores daquela parte do Brasil”.

E muito desvenda o autor em Mário de Andrade, na poesia e na prosa. E é assim que ele começa sua caminhada, revendo o “Acalanto do seringueiro”, naquele trecho que diz: “*Macambúzio, pouca fala,/ Não boxa, não veste roupa/ de palm-beach...*” e acrescenta o poeta do Modernismo: “*Mas porém é brasileiro/ Brasileiro que nem eu...*”.

Desse modo, fazemos que nem ele fez, Fábio Lucas, copiando, citando, reverenciando aquele revolucionário da língua sua contemporânea. Aqui não será um livro, porém uma referência, uma apreciação bastante resumida, embora coisas amazônicas devam ser avantajadas de

* Escritora, vários livros publicados. Da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 5).

tamanho e de ideias. E seguindo o caminho que o autor nos aponta, vamos com o jornalista-escritor Miguel de Almeida, que refaz a viagem de Mário, contada no *Turista de Aprendiz*, levando posfácio de Márcio de Souza, autor de *Galvez, o Imperador do Acre*; esse que anteviu a batalha de Chico Mendes, “ante a sombra devastadora do chamado e aplaudido agronegócio”. O autor caminha com desenvoltura, mostra e aponta excelências na bibliografia amazônica. Cita Gastão Cruls, com a *Amazônia misteriosa*, enquanto Alberto Rangel lança o livro de contos *Inferno verde*; Inglês de Souza, depois de *O Missionário*, apresenta-nos *Contos amazônicos*. E o autor continua indicando numerosos escritores, como Dalcídio Jurandir, que escreveu uma dezena de romances, quase todos com universo amazonense, entre eles, *Chove nos campos de Cachoeira*; *Marajó* e *Belém do Grão-Pará*.

Fábio Lucas demora-se com Peregrino Júnior, e depois de citar seus trabalhos múltiplos, refere-se a um conto em especial, que segundo ele, “dará larga contribuição à história do cotidiano amazonense”. Trata-se do “Areia-gulosa”, no qual, em determinado trecho, o casal-personagem constrói casa e canoa.

Algumas outras leituras são abordadas por FL, em especial as obras de João de Jesus Paes Loureiro, nas plagas paraenses; Age de Carvalho, poeta, emigrado para a Europa e Joaquim Francisco Coelho já então radicado nos EUA, de fora do Brasil.

Especiais vozes também se levantaram pelas sendas amazonenses, com relevo, o comentado romance do imigrante português Ferreira de Castro, *A selva*, retratando com realismo a desventura dos seringalistas, embora o autor, mais tarde, estivesse envolvido com escândalos, depois da publicação de seu *Carne faminta*, quando trata da fome sexual na selva. Com estudos da ambiência amazônica e dissertações sobre o tema, Abguar Bastos, muito premiado, lança *Amazônia que ninguém sabe*, *A conquista do Acre* e *Introdução à história social do Acre*.

Fábio Lucas fala de escritores atuais, quando cita Maria Angélica Guimarães Lopes, com *Voo certo* – *A novelística de Oswaldo França Júnior*, da qual ressalta, na opinião da ensaísta, *De ouro e de Amazônia*, narrativa que integra o moderno ciclo do ouro.

Anthístenes Pinto e Salomão Larêdo, este, autor do romance *Vera* e dos contos do livro *Capitariguara e na Conceição dos Araguaia*; conta FL ter mantido com esses escritores correspondência valiosa. Curiosa citação faz ainda, referindo-se ao professor Nilton Hatoun, de seu *Dois irmãos*, que serviu também ao escritor Oswaldo França Júnior, no título *Os dois irmãos*; seguindo Antônio Olinto, com o romance *Sangue na floresta*.

Entre os poetas referidos por FL, duas mulheres sobressaem: Astrid Cabral e Olga Savary, esta, com seus *hai-kais* inseridos no volume *Repertório selvagem*. Afonso Félix de Souza e Aricy Curvello estão na lembrança do lirismo amazônico.

Fábio Lucas finaliza a “Introdução” de seu livro avaliando outros grandes escritores e poetas que se dedicaram à Amazônia. São eles: Jorge Tufic, com vistas ao *Agendário de sombras*, e fala convicto: “Tenho especial devoção pelo poema “Bokéka, a onça invisível do Universo”. Forte e sedutora concepção, tão mencionável quanto a afortunada *Cobra Norato* de Raul Bopp, de quem recordo o verso: “*Pararam no teu olhar as noites da Amazônia, mornas e imensas...*” Repete Fábio Lucas, em exclamação: “*Mornas e imensas...!*”.

Revela ainda mais nomes, o do amigo Pedro Vicente Costa Sobrinho, autor de *Capital e trabalho na Amazônia ocidental*. O companheiro, “romancista de peso, autor do incomparável *A espera do nunca mais – Uma saga amazônica*” e mais: *A noite é dos pássaros*.

É com o catálogo da exposição “Amazônia Brasileira”, de 2 de dezembro de 1969, que o escritor encerra a Introdução de suas “Peregrinações amazônicas”.

Pela exuberância da Introdução, podemos aferir a profundidade do trabalho.

O peregrinar de Fábio Lucas leva-nos junto àquelas paragens encantadas de um Brasil diverso deste que conhecemos melhor. E tomamos carona nos quatro capítulos que sua experiência analítica nos oferece. Parte ele para suas considerações, nesse primeiro momento, com cabeçalhos sugestivos: “Olhares cobiçosos: Navegação, Borracha, Pesca, Madeira, Biodiversidade, Gado, Soja”, com subtítulos de “Capítulos da brasilidade e a cobiça amazônica”.

O peregrino das sendas literárias amazônicas vai buscar o Brasil de quinhentos anos, e explica muito da variedade cultural e das características que vieram moldando o povo brasileiro. E diz da ajuda dos portugueses, já eles, no nascedouro de nossa cultura, mostrando séria diversidade, fundamentada numa tradição de herança greco-romana com as contribuições árabes e judaicas.

É que temos de correr com as páginas para fugirmos de escrever outra obra, e encontramos uma citação magnífica, justamente quando o autor desnuda um escritor muito nosso conhecido, Guimarães Rosa, rendando palavras, como de seu feitio: “*E, ao descobrir, na mata, um anjelim que atirara para cinquenta metros de tronco e fronde, quem não terá ímpetos de criar um vocativo absurdo e bradá-lo “Ó colossalidade! – na direção da altura”.*”

O autor de *Peregrinações Amazônicas* já caminha na Independência do Brasil, elogiando a primeira fase de consolidação do país, e acentua que o forte, ou “o mote”, como denomina, é a defesa e preservação da Amazônia, e acrescenta que Eduardo Nogueira Angelim, justamente o inspirou na evocação poética de Guimarães Rosa. É dessa época os comentários maldosos vindos dos Estados Unidos de que o Brasil não abria as portas aos barcos que poderiam trazer civilização ao país.

Fábio Lucas não se prende exclusivamente à questão amazônica. Na verdade, faz uma leitura bastante curiosa da História Pátria ao interpretar escritores como o próprio Angelim, e acompanha passos preciosos do desenrolar dos momentos importantes pelos quais os estados do noroeste brasileiro passaram.

No próximo seguimento, “A Visão do embaixador”, FL relata o exercício de lúcida atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros durante o período Imperial, visando a desmistificar aquela idéia de que o Brasil estaria fechado ao convívio com países estrangeiros.

Ao correr das páginas, listamos outro tópico de valor real: “Aspectos contemporâneos: A Biodiversidade”, que afeta já o interesse geral. Fábio Lucas dedicou seus estudos, a princípio, às questões históricas mais acentuadamente; saltou para a geografia, na expansão e demarcação do território (Acre e as fronteiras com a Bolívia)); e a seguir, o assunto

parece prender-se mais às referências econômicas, quando aborda os ciclos pelos quais a região amazônica vinha caminhando: a borracha, a pesca, a madeira e o gado, grandemente historiados, no realce do auge e do declínio dos seringais. Alerta-nos, sempre, o escritor, para que sintamos que a obra literária é uma estrutura de palavras em silêncio, cabendo ao crítico despertar-lhes a fala para servir-lhe de ressonância estrutural do livro.

Vamos entrar no II capítulo, onde entendemos postar-se mais espaçosamente o autor. Cremos conter exatamente o cerne do trabalho: “Euclides da Cunha, escritor e pensador da nacionalidade: a fase amazônica”.

O sertanista, dominador daquelas exuberantes paragens e palavras do imensurável *Os Sertões*, estendeu-se e adentrou terras da Amazônia. E Fábio Lucas vai encontrá-lo nessa época de transição política do país, “a passagem do período imperial para a fase republicana de nossa História”. O autor escava um manancial de verdades na crítica ao antropólogo, e atesta que “nenhum outro aspecto da vida e da obra de Euclides da Cunha é mais importante do que a de escritor, em que alcança, por vezes, cintilações de gênio”; acreditamos que assim o biografado supera, com a arte literária, as demais características que marcaram sua personalidade. Era Euclides da Cunha, além de engenheiro, jornalista, devotadamente voltado para as ciências sociais. Fábio Lucas lembra que o escritor mostrava-se particularmente “receptivo às novidades e que sofreu a influência indireta de Ratzel, o arquiteto da antropogeografia; de Darwin, prógono de toda uma escola; de Gumplowick, de Comte, de Marx e de outros responsáveis pelo clima (...)”. Mas conclui, dizendo que “a técnica da *observação participante* o transferiu para o esboço de uma Sociologia aplicada”.

O estudioso do homem daqueles poderosos “sertões” determina ainda que ele se situava no grupo dos antropólogos (pois era um deles) da corrente *diferencial* (e não *globalista*) que retrata o país como um mosaico de regionalismos. Euclides, segundo ainda Fábio Lucas, possuía uma aguda percepção dos fatos, levando-o a determinar que “o litoral e o sertão tinham a separá-los entre si não apenas as distâncias, os espaços, mas sobretudo “três séculos de civilização”.

Antes de termos chegado ao capítulo III, para ler e aprender tudo que foi coletado e analisado por Fábio Lucas com respeito a Euclides da Cunha, encontramos “As duas faces”, Antropologia e Sociologia. O fecho do seguimento é “Nacionalismo”. Bom será ter o livro em mãos para constatar que os grandes homens sentem, sofrem, e podem mesmo aceitar pontos de vista diversos de alguns seus iniciais, e citemos o próprio antropólogo escritor: “Sejamos justos – há alguma coisa grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano dos nossos rudes patrícios transviados...” E de outra citação, pudemos colher as solenes palavras de Euclides da Cunha, que muito justificam a hipótese de FL de que a presença do homem Euclides no cenário das lutas de Canudos “levou-o ao método da “observação participante” e o transformou profundamente”: “(...) quando eu voltei, percorrendo, sob os ardores da canícula, o vale tortuoso e longo que leva ao acampamento, sentia um desapontamento doloroso e acreditei haver deixado muitas ideias perdidas naquela sanga maldita, compartilhando o mesmo destino dos que agonizavam manchados de poeira e sangue...”

E Fábio Lucas, depois das 41 páginas de análises euclidianas, persiste na trilha que predeterminou para sua nova senda crítica das vozes literárias dessa região do noroeste brasileiro. E nos mostra, por segunda vez, Benedito Nunes, com aquela bela peça de estudos sobre Clarice Lispector, já estudada e referida no seu “Poliedro da Crítica”, de que também nos abeiramos quando fizemos leitura de seu trabalho, ocasião em que o autor revela ainda que “Benedito Nunes organiza criteriosamente a imagem da transposição da matéria ficcional para o campo da indagação especulativa acerca do valor existencial da palavra e do silêncio na obra de Clarice Lispector”.

Depois de tanto, muito ainda se nos apresenta FL, quando argumenta com a obra da paraense Lindanor Celina, a respeito da literatura da Amazônia: “A interação homem-natureza ali é de tal forma exuberante que os escritores não escapam do estigma de retratar os conflitos humanos perante o mistério das condições ambientais, sempre determinantes”. Afirma que um dos livros da poeta, *Eram seis assinalados*, guarda um tema de liberdade, com a personagem central deixando de ser instrumento

de determinismo psicossocial reinante em Itaiara. A autora realiza uma trilogia de belos livros, com os títulos: *Menina que vem de Itaiara*, o segundo, *Estradas do tempo-foi*, e esse último, citado acima, *Eram seis assinalados*.

Reservou Fábio Lucas, para o capítulo IV, final, “A Poesia da Amazônia”. Tomando por começo a trilogia de João de Jesus Paes Loureiro, faz o estudo dos livros, partindo também do terminal, *Altar em Chamas*, que se seguiu a *Deslendário*. O início de sua trilogia foi *Parantim*, que suscita “a busca da origem, a procura de um vocabulário e de uma sintaxe para resguardar uma herança mágica ameaçada culturalmente”.

Fábio Lucas tem uma feliz colheita nessas peregrinações amazônicas. Os autores escolhidos e estudados trazem boa fortuna regionalista para a bibliografia daquelas paragens que não são só águas e verdes. Há uma especial reverência do autor ao “Pentacantos”, ao qual chama de “O poema dos poemas”. Afirmo que o encontro com este poema de João de Jesus “pode reconciliar o leitor com a poesia”. Não precisamos ouvir mais.

Surge um outro astro da arte poética: Ferreira Gullar. Fábio Lucas inicia seu estudo abrindo um parêntese para explicar que será difícil apresentar em “breves traços as principais características de uma obra tão complexa, marcante, densa e variada como a de Ferreira Gullar”. Mesmo assim, demora-se em quinze páginas, interpretando, admirando, citando trechos, dividindo e esquematizando seu estudo primoroso.

O crítico das artes amazonenses se vale da edição comemorativa dos 40 anos do lançamento de *A luta corporal*, para dizer que aquela é uma celebração “da curva histórica necessária à crítica disposta a avaliar a coletânea que lançou o poeta Ferreira Gullar”. O analista admite encontrar na poesia desse escritor uma certa “remissão disfarçada a obras anteriores”, como indica ser comum às obras literárias. Diz ele que, tratando-se de *A luta corporal*, “percebe-se um estuário de correntes poéticas que inclui contrastes barrocos, desatavios modernistas, premonições formais de vanguarda. (...) Com o tempo, a obra se tornou a marca de uma geração”, admite o crítico.

Vem ainda para a citação de Fábio Lucas o maranhense Nauro Machado, com o valor de sua bagagem solitária. É de solidão que se vale o poeta para decantar seus versos. Forte e firme, na *Pátria do exílio*, “cadenciado pelo ritmo da redondilha maior, o mais popular da língua portuguesa, converte os heptassílabos no suporte de uma inquietação espiritual que se tem denunciado desde os primórdios da elocução poética do autor”. Esta avaliação é feita assim, no tom de altíssimo som analítico, talvez para especiais entendedores.

É de lastimar que Fábio Lucas não tivesse lido o livro de José Luiz Gonçalves Guimarães, *O Canto da Amazônia – Vida e morte da floresta* – excelente ode mineira, em decassílabos, subdividida em 19 Cantos, a partir da “Criação do Mundo” até “O novo milênio”. A fauna terrestre e aquática, com as aves e os peixes, as águas (rios), os índios, as lendas e os ritos, a floresta exuberante, os Mestres Ausentes – Paraíso Perdido, Lusíadas, Shakespeare, Castro Alves, com o Adeus da floresta e a Juventude e o Futuro.

O peregrino das letras amazônicas, Fábio Lucas, faz referências com extrema simpatia à obra de Márcia Theophilo, cearense vivamente arraigada na mitologia do Amazonas, e diz: “Da leitura de Márcia Theophilo sente-se que a vida se reparte em todos os segmentos da natureza, o que se percebe no poema *Os meninos jaguar*”. E ele cita: “*O menino jaguar/ se transforma em todas as coisas/ que vivem nas águas/ se transforma em todas as coisas/que vivem na terra (...)*”.

Ao transferir sua óptica para a obra poética de Benedito Monteiro, Fábio Lucas presta homenagem ao romancista, evocando o escritor morto em 2008, e que havia lançado livro de coleta de poemas inspirados nos textos de Delcídio Jurandir, Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, além de poemas próprios. O autor de *A poesia do texto* “monta engenhosamente as suas composições, que ora se assemelham a uma paráfrase dos enxertos meticulosamente escolhidos, ora se caracterizam por mera transposição do fragmento inspirador para a esfera lírica”. A referência fala da “Poesia pousada na prosa”, além de ver em Benedito Monteiro, “reflexões sobre o destino da Literatura e os limites dos gêneros literários”.

Para encerrar seus estudos analíticos de obras que abordam assuntos com lastro no lirismo, o autor procura interpretar as intenções dos escritores escolhidos. Lembra Lenilde Freitas, que reviveu e deu corpo poético a textos de Clarice Lispector. E afiança que Benedito Monteiro foi além: “interferiu na prosa dos autores selecionados, a fim de dar forma aos poemas”... Depois o autor exemplifica com outros escritores que reescreveram ou redesenharam textos famosos... Para amostragem, indicamos “Missa do Galo”, de Machado de Assis, conto trabalhado por uma gama sensível de ficcionistas: Antonio Callado, Autran Dourado, Nelida Piñon, Fagundes Telles e Osmã Lins.

Além de muitos outros nomes lembrados, o crítico peregrino nos indica admirável trabalho moldado sobre a palavra rosiana, com “Medeiro Vaz”, “Solidão”, “Viver é muito Perigoso”, “Desespero”, “Inocência”, “Pedra”, e “Diadorim”, tratados na imensa força lírica de Benedito Monteiro.

Professor, ensaísta, tradutor, crítico e teórico da literatura, Fábio Lucas deixou aos seus alunos das seis universidades norte-americanas, das cinco universidades brasileiras e uma portuguesa, e aos seus leitores, também alunos, o valor e a sensibilidade de sua palavra erudita.



Exercício da caridade

*Dom Walmor Oliveira de Azevedo**

O caminho da caridade deve ser o programa de vida daqueles que buscam o aprimoramento. Nada é mais precioso do que o exercício desta virtude. A caridade é um manancial de onde brota o amor, a liberdade, a justiça e a verdade. A experiência deste dom emoldura no coração humano uma interioridade como tesouro de virtudes indispensáveis para se viver com equilíbrio a vida. É um importante caminho para a transformação do mundo, rumo à civilização do amor.

O apóstolo Paulo, escrevendo aos Coríntios, na primeira carta, capítulo 13, é modelar em sua reflexão. Um itinerário que seguido, passo a passo, alarga e fecunda, de maneira incomparável, as veras do coração humano. Ao falar sobre a caridade, Paulo apóstolo não titubeia em apontá-la como o caminho incomparavelmente superior. Sua superioridade é em razão da qualificada capacidade de marcar a vida com a nobreza da solidariedade. Sem a experiência desta virtude não se alcança autenticamente a fraternidade.

Só o amor verdadeiro se desdobra em solidariedade, consequência de um sentimento paciente, benfazejo, sem inveja, presunção e orgulho. Com a propriedade de não levar em conta o mal sofrido, de não se alegrar com a injustiça, mas com a verdade. Só quem ama de verdade sabe perdoar. Sua excelência é tal que, ensina o apóstolo, sem o amor nada é aproveitado, nem mesmo se fossem conhecidos todos os mistérios e toda

* Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira número 11.

a ciência. Exercitar-se na caridade é, pois, mais que um simples gesto de repartir alguma coisa.

Assim, a vivência da fé cristã é um insistente apelo e convite para que cada um se engaje num indispensável processo de revisão da própria vida com escolha de critérios e audácia de propósitos novos. A Doutrina Social da Igreja lembra que "a caridade, não raro confinada no âmbito das relações de proximidade, ou limitada aos aspectos somente subjetivos do agir para com o outro, deve ser reconsiderada no seu autêntico valor de critério supremo e universal de toda a ética social". A caridade transcende a justiça. O sentido e o respeito pela justiça hão de ser sempre completados por esta virtude. A caridade modela virtudes, com força própria para persuadir homens a viver na unidade, na fraternidade e na paz. O apelo da caridade é sem dúvida o mais forte.

Não há princípio maior e mais completo que o mandamento do amor recíproco, com força de inspiração, purificação e elevação das relações humanas na vida social e política. O mandamento do amor é o vértice da autêntica ética. Deus é o seu centro, n'Ele está a fonte inesgotável de seus valores. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja, referindo-se à via da caridade, diz que "é necessário que se cuide de mostrar a caridade não só como inspiradora da ação individual, mas também como força capaz de suscitar novas vias para enfrentar os problemas do mundo de hoje e para renovar profundamente, desde o interior das estruturas, organizações sociais, ordenamentos jurídicos".

De fato, a sociedade precisa ser treinada a amar o bem comum. E a dimensão social e política da caridade nos leva a buscar o bem de todas as pessoas. Se esta busca preside consciências, ilumina o discernimento de prioridades e a sintonia com a dor dos mais pobres, sem dúvida produzirá uma cidadania alicerçada na força da verdade e ancorada pela honestidade. O exercício fraterno da caridade é uma disciplina que prepara a consciência para a vivência da solidariedade como princípio basilar da conduta e da cidadania. Não se trata de um exercício que inclui simplesmente a partilha de bens. Trata-se de uma tarefa espiritual da mais decisiva importância no rumo da própria vida e na configuração da participação autenticamente cidadã.

Os critérios advindos dos valores da caridade corrigem lacunas da consciência, indicam caminhos para a conduta, e fecundam a vida com sabedoria e serenidade. Só a caridade muda corações, faz encontrar gosto pela humildade, convence de que o orgulho de nada vale, substitui a perversidade e maledicência. O exercício da caridade faz brotar alegrias duradouras, aquelas que todo coração busca.



Lupe Cotrim e a beleza frágil

Fábio Lucas*

Traços biobibliográficos

Valho-me de alguns dados esparsos, a fim de dizer das fontes emocionais, afetivas e culturais da poeta, professora, jornalista e ensaísta Lupe Cotrim Garaude. A bem da verdade, valho-me de modo especial das anotações de Marco Giannotti, apostas à edição da antologia de poemas que realizou, em 1983, com o título *Encontro* (São Paulo: Brasiliense, 1984); da reportagem de Mônica Soutello para o *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 7/3/1970), pouco depois do falecimento de Lupe; da matéria de Samuel Penido na segunda capa do jornal literário *O Escritor* (São Paulo, junho de 1983), referente à sessão evocativa dos 50 anos que a poeta faria a 16 de março de 1983; e, finalmente, do que consta a seu respeito no “Ensayo antológico” de Adovaldo Fernandes Sampaio, *Voces Femeninas de la Poesía Brasileña* (Goiânia: Gráfica do Livro Goiano, 1979).

Lupe Cotrim Garaude nasceu a 16 de março de 1933 em São Paulo, e faleceu a 18 de fevereiro de 1970, em Campos do Jordão. Seu nome verdadeiro era Maria José, mas, desde criança, foi chamada de Lupe, palavra sonora, composta pelas sílabas iniciais dos pais, Lurdes e Pedro.

Da reportagem de Mônica Soutello, “Lupe: a morte depois da chuva”, retiro a transcrição das suas primeiras entrevistas:

* Professor, escritor, crítico literário, com vários livros publicados. Da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 22).

“Gostei dos meus cinco anos de Araçatuba, onde papai era médico. Cidade simples, ruas de pó, unindo-nos à terra com sua fisionomia sem pretensões. Podíamos brincar na rua sem medo e com espontaneidade. Hoje as cidades se igualam em asfalto, Kibon, Coca-Cola e outros vícios estereotipados.”

A seguir, o trecho em que Lupe revela o seu aprendizado da leitura:

“A brincadeira de rua e os livros de lendas eram os meus passatempos prediletos. Mas o que eu mais adorava era fazer anos. Todos, no dia do meu aniversário, pareciam gostar mais de mim, comiam doces comigo satisfeitíssimos por eu ter nascido. Outra coisa de que eu me lembro era o desejo violento que tive de aprender a ler. Até quando eu continuaria a depender da paciência dos adultos para viver as histórias dos livros? Que vontade de saber o que diziam os anúncios! Creio que saber ler foi a primeira grande alegria da minha vida.”

Lupe foi tesoureira da Caixa Econômica; trabalhou numa agência de publicidade; licenciou-se em Cultura Geral e Biblioteconomia pela Sede Sapientiae. Produziu e apresentou, em 1961, o programa de televisão “A Semana Passada a Limpo”, juntamente com Helena Silveira. Em 1968 foi nomeada professora-colaboradora de Estética, na recém-criada Escola de Comunicações e Artes (ECA).

Lupe Cotrim Garaude fez psicanálise durante dez anos, com interrupções. Na opinião de Helena Silveira, recolhida por Mônica Soutello, “A Psicanálise era para Lupe uma forma de conhecimento. Ela se apegava a todos os meios de abordagem do conhecimento.”

Aspectos da obra poética

Lupe Cotrim Garaude estreou em 1956 com *Monólogos do afeto*, a que se seguiram *Raiz comum* (1959), *Entre a flor e o tempo* (1961), *Cânticos da terra* (1963), *O Poeta e o Mundo* (1963), *Inventos* (1967) e *Poemas ao Outro* (1970).

Em 1984, Marco Giannotti ofereceu a antologia *Encontro* e seu pai, José Artur Giannotti, reuniu todos os textos, inclusive os inéditos, em *Obra consentida* (1973).

A releitura dos *Cânticos da terra*, ilustrados magistralmente por Aldemir Martins, elevou a novas alturas o meu juízo acerca da poesia de Lupe Cotrim. A linguagem é concisa, musical e permite metáforas ousadas. Ao significar, volta-se a linguagem para as propriedades substantivas das palavras, não perde nunca a intencionalidade especulativa. As formas opositivas do tipo vida x morte florescem nas composições. Temas recorrentes intensificam o labor poético. Daí a onipresença do mar e suas ramificações semânticas. Certo fervor energético postula o tema da liberdade, cuja equiparação imagética recolhe nos animais a figuração mais desenvolvida. O zoomorfismo se colore de densidade reflexiva, num visualismo que abarca desde os símbolos mais audazes do movimento aos vislumbres ternos da quietude e do repouso. Tudo encharcado de beleza.

A concepção latente da Estética, no pensamento da poeta, aponta justamente pela busca da beleza mais esfuziante, ao invés de investir, como é tendência na corrente construtivista do século XX, na montagem pura e simples de efeitos vocais e visuais de natureza arquitetural.

Algo exterior e frio, sem o calor das fontes íntimas ou subjetivas. A razão sobreposta às emoções.

Reler, tantos anos passados, os *Cânticos da terra*, aprofunda em nós a validade da força expressiva da lírica de Lupe Cotrim Garaude. Verificamos que os poemas da bela edição da Massao Ohno são transcritos, em sua totalidade, na antologia organizada por Marco Giannotti.

O primeiro poema, direcionado à gaivota, já traz em si alguns sinais das palavras-chaves da poeta: mar, cristal, transparência, o olhar e a solidão. Veja-se a segunda estrofe:

*Dá-me teu dia azul,
de ares cristalinos,
tua indiferença às tormentas,
tuas viagens de retorno
e outras transparências.*

O poema se fecha com o imperativo cheio de força exclamativa:

*Gaivota, partilha teu olhar
com o meu olhar sozinho.*

Havia na personalidade de Lupe Cotrim um lado festivo, de contagiante animação, mas refreado por uma camada de hesitante niilismo. Daí a beleza frágil consagrada no segundo poema, focado no pavão, o que traz à mente do leitor as noções do belo, da vaidade e da inutilidade do valor estético. Inutilidade, bem entendido, segundo uma leitura literal, projetada no contexto do regime de trocas. As imagens de Lupe Cotrim se sucedem convictamente no encadeamento da visão emotiva:

*Ao ver-se observado
desabrocha em súbito arco-íris,
provando que a beleza
pode ser escudo iluminado
e que a vaidade
lhe confere uma auréola de certeza
na inutilidade.*

O pavão, no largo painel da poeta, “caminha pela terra um orgulho/sincopado”, enquanto “a natureza”, no seu animismo de fundamento poético, “derrama nele/um gesto distraído e delicado”. A conclusão é

apoteótica: “no instante em que criava o verme/ e sonhava estrela.” O espaço entre o verme e a estrela fica bem na comparação da poeta, afeita a extremos e sempre fiel à libertação por via da beleza.

O jogo pendular se repete na chave de ouro do poema enaltecendor da aranha:

*Quisera ter
tamanha seda
para criar um novo chão
entre a altura
e a solidão.*

O medo e a solidão caminham juntos na poesia de Lupe Cotrim Garaude, mesmo quando o espírito crítico acende as luzes da expressão. Ao contemplar a formiga, no terceiro poema, a poeta não deixa de aludir à herança simbólica que o inseto arrasta na história da literatura. Mas a vê “pequeno sísifo/ insistindo em nada.” Que notável reflexão sobre a fragilidade da vida e da soberba humana. O pendor satírico se adensa na segunda estrofe, ao pontuar o exercício persistente do inseto: “sem outro futuro/ além da eficiência.”

Na estrofe seguinte, a reflexão poética da autora questiona a racionalidade do trabalho sem consciência de si:

*Nem um instante,
nessa fatal tarefa
lhe ocorre perguntar de si
Ou do horizonte*

O terceto que se segue revisita o velho tema de forma incomparável na voz de Lupe Cotrim:

*Pequena formiga
a preparar invernos
a esquecer a primavera*

E o toque final adquire ar de conclusão, com a vitória do arquétipo da cigarra, uma vez postas as premissas:

*mas prefiro a cigarra
que morre pela beleza
transformando em música
as folhas douradas*

O macaco rajado, no poema VII, serve ao estro bem humorado de Lupe, que o compara a “Caricatura ágil! de um menino/que não foi.” Mas também ressalta-lhe o limite:

*Enquanto
no pequeno corpo
indagamos nosso ontem
Ele imita em si
Um impossível homem.*

Esse olhar travesso da autora reforça, em muitos versos, a memória afetiva que povoava de contentamento as lembranças melodiosas da infância.

Talvez o poema VIII, de magnificação da borboleta, transcreva, em Lupe, o sentimento da fragilidade, que lhe era reiterativo e essencial:

*Mal posso tocar-te
em tua delicadeza;
se o sentimento te ergue, suave,
as mãos ainda se surpreendem
com tanta fragilidade.*

No poema IX, dedicado ao cão, temos a lealdade, o retorno e o amor, “mais do que razão.” O poema X cuida das figurações do gato em alto animismo:

“A independência felina/o liberta/das amarras do afeto/e ele passeia/a auto-suficiência/ da lareira ao teto”, diz Lupe em determinado trecho do poema, que termina com a reflexão que envolve, além da contemplação do belo, a solidão:

*E enquanto contemplo
sua sóbria elegância
medito ser necessário
mais que o sentimento estético
para emoldurar a solidão.*

São longos e tortuosos os caminhos da solidão na poesia de Lupe Cotrim Garaude. A poesia, nos momentos de recolhimento, era o ponto necessário, a âncora possível no vai-e-vem da Fortuna. Diz ela no final do poema XI, povoado pelo peixe vermelho: “que o poema é este mistério/ de ter asas/sem poder alçá-las.” Ao compulsar a coleção *Encontro*, o leitor se deterá, muitas vezes, no lirismo puro. É o lado solar da poeta, como está no final de “Tempo de amor”:

*Nessa posse do universo
carrego um tempo de amor
pelas tardes do meu verso. (ob. cit., p. 16)*

No conjunto “Amar de amor, amor de amar”, (pp. 29-30) o que se encontra são quatro sonetos de um lirismo denso, crispado. O primeiro é exemplar, vale pela revelação de um estado de alma oscilante entre a entrega e a solidão. A forma dialogante (muito utilizada pela poeta) põe a amada em forma de lago e o amado metamorfoseado em vento, rio, movimento. O quarteto inicial propõe o diálogo. Todo o soneto narra um sonho que não se concretiza na paisagem ansiada. Daí o terceto final, em termos de chave de ouro:

*Na manhã do teu rio em que me apago
ficaram, desse sonho onde vivi,
as águas tristes que me foram lago.*

O tema do amor impossível, sem oráculo, se propõe, a seguir, no poema "De pedra": "Eu sou de pedra., E esquecias, esquecias". Em "A palavra carente" (p. 31, poema dedicado a Cassiano Ricardo) se traça novamente a fragilidade da voz lírica, uma poética da imperfeição, do dizer do que falta ou, simplesmente, da perda. No término, a parte seguinte é empolgante: "Entre o pássaro e o azul", desenho, cor e variedade do mundo real. Nota-se a correspondência entre sons e cores no primeiro quarteto (p. 32).

Curioso o poema "Liberdade", pela confissão de ser a humanidade sobreposta ao indivíduo: "amarrada a este auge/ de ser pouco indivíduo/ e tanta humanidade." (*Encontro*, p. 51).

Lupe Cotrim tematiza quase sempre a fortaleza da arte poética, a fragilidade da vida, o temor da morte e o espaço da solidão. No segundo poema de *Encontro*, "Amigo, sempre te queixas", a poesia aparece em diferentes figurações do eu-poético em mensagem ao receptor, "só te fala em outras mágoas,/ certas tristezas abstratas/ e desencontros antigos." (ob. cit., p. 11). A título de auto-análise, se diz no mesmo poema: "Mas meu corpo é sem linguagem/ meio feito de solidão."

No eterno ritmo de altos e baixos, o soneto "Destino mineral" registra a vaga utopia da poeta: "Pela terra em que não me desfiguro,/ hei de surgir um dia em cristal puro."

Cristal puro... eis-nos de novo a extrair dos exemplos de Lupe Cotrim Garaude a lição mais segura de brava fidelidade ao poder das Artes, do culto da palavra em estado de expressão poética e da harmonia do canto elegíaco, quando tangido por uma consciência iluminada, ativa e participativa. (Em carta que nos dirigiu, a 2 de outubro de 1968, lamentando o distanciamento do público em relação à poesia, acrescenta que "o poeta enfim viva dramaticamente sua relação com a linguagem, tentando salvar a palavra de ser apenas veículo da comunicação para ser a própria instauradora da comunicação.")

Nota final: quando do falecimento de Lupe Cotrim, Afonso Felix de Sousa dedicou-lhe inspirado poema "Primeira glosa elegíaca", dizendo-a dos deuses filha eleita, ave etérea, feita de nuvem de imatéria. E Renata Pallottini, a 8 de março de 1983, nas celebrações da União Brasileira de

Escritores dos 50 anos que faria Lupe, se fosse viva, dedicou-lhe um poema em que a declara “lume do azul”, arrematando a composição: “Toda poesia é uma dor que permanece.”

Os seres vivos, para Lupe, emitem beleza e fragilidade. Por vezes, aveludada sensualidade, pois brando erotismo intelectual aguçava-lhe a mente.

A ensaísta

Para quem desejar expandir a abrangência “do trabalho intelectual de Lupe Cotrim Garaude, sobraria ainda o aspecto da ensaísta. Ela discutiu, com forte poder persuasivo, alguns aspectos da obra de George Lukács, cujo sectarismo procura contestar, sem se valer dos esquematismos políticos e ideológicos com que se atropelaram os conceitos de Realismo defendidos pelo pensador, tanto na coleção, traduzida ao português, *Ensaaios sobre a Literatura* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965) como nos estudos, em tradução francesa, contidos em *La signification présente du réalisme critique* (Paris: Gallimard, 1960). O trabalho de Lupe intitula-se “Considerações sobre a oposição: narrar ou descrever” (*Revista da Escola de Comunicações Culturais/USP*, nº 1, 1967).

Do mesmo modo, Lupe Cotrim Garaude tratou de discutir o pensamento de Jean-Jacques Rousseau quanto à conexão do indivíduo com a natureza, em “Rousseau – O ofício do imaginário” (*Revista da Escola de Comunicações Culturais/USP*, nº 2, 1968). Lupe ressalta que o sentimento, mais do que a razão, torna possível a existência do homem numa situação em que lhe seja garantida a sua humanidade. É sabido que Rousseau, em *Discurso sobre a desigualdade*, revela ser a posse da terra, mais o trabalho, sinais visíveis do domínio do homem sobre a natureza, o que, para ele, homem, ocasiona a alienação da natureza e do próximo. De certo modo, sugere Lupe que tanto Rousseau quanto Hegel estabeleceram uma humanidade infiel a uma vida social objetiva. Lupe, baseada em estudo de Maurice Merleau-Ponty, “O existencialismo em Hegel” (*Sens et non-sens*, Paris: Nogel, 1964) e na obra de Jean Starobinski (*Jean-Jacques Rousseau: la transparence et l'obstacle*, Paris: Plon, 1957),

discute as aproximações e afastamentos de ambos, embora ressalte a posição regeneradora do imaginário em Rousseau. Não deixa de criticar igualmente a posição negativista de Heidegger, em face da obra de Rilke. Não nos cabe ir além do que registrar o espírito sempre vigilante de Lupe Cotrim Garaude no trato das questões contemporâneas.

Por exemplo: ela se dispôs a polemizar acerca do projeto concretista, quando publicou dois artigos acerca de "Arte e alienação" a 21 de setembro de 1968 e a 5 de setembro de 1968. Discutiu, com acertados argumentos, a obra *Understanding Media* de Marshall McLuhan. E atacou, de modo especial, os conceitos de Décio Pignatari acerca da Comunicação.

Também se fez ouvir quando publicou o artigo "A mundanidade da Bienal", a 3 de dezembro de 1967, ao se pronunciar sobre a IX Bienal e as ideias de Vilém Flusser. Todos esses elementos se destinam a evocar a incrível presença de Lupe Cotrim no diálogo sobre a mentalidade de sua época. E a coragem que demonstrou na defesa de seus princípios.



Personalidades Latinoamericanas – I

Aloísio Garcia*

Em uma seqüência de ensaios, pretendemos focar seis personalidades de nacionalidade não brasileira, marcantes na história da América Latina. Admirados, temidos, odiados ou ignorados, tiveram – ou têm – importância na construção da identidade latino-americana, na sua independência ou no seu crescimento cultural e humano.

O primeiro deles é José Martí, cubano que residiu por 13 anos em Nova Iorque, ora como exilado, ora por vontade própria, e se envolveu em três tentativas de libertação da ilha caribenha do domínio espanhol, sendo morto na derradeira delas.

Ao contrário de outros revolucionários ou mártires, redentores dos países hispânicos, José Martí foi ao mesmo tempo um intelectual da melhor cepa, com forte e influente passagem pelo jornalismo. Escrevendo em jornais de Nova Iorque e no prestigioso *La Nación*, de Buenos Aires, Martí assiste e vive momentos marcantes relatados em suas colunas semanais; o julgamento do assassino do presidente Garfield, a morte do lendário Jesse James – que deu origem a vários filmes produzidos por Hollywood – e a corrida para o oeste na América, com a ocupação de Oklahoma e o meio-oeste dos Estados Unidos da América.

Martí publicou belos e pequenos livros de poesia, traduziu clássicos e romances europeus e editou livros e revistas, sem perder de vista a independência de Cuba e sua não anexação ao “gigante do norte”, como desejavam compatriotas que representavam as elites locais.

* Professor, bacharel em História (UFMG). Secretário-geral da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira 36.

Em texto epistolar, publicado em *La Nación*, descreve o quase êxtase dos imigrantes que assistiram à instalação da estátua da Liberdade na baía de Nova Iorque e assim se expressou:

“Finalmente, lá está ela, em seu pedestal mais alto que as torres, grandiosa como a tempestade e suave como o céu. Ela era realmente como um altar... criada como a liberdade, a partir de todos os sofrimentos dos homens.”

O imortal Miguel de Unamuno compara Martí a Mazzini, o sumo sacerdote da unificação italiana. Para Unamuno, Martí “era um homem de sentimentos tanto quanto, ou mais do que um homem de pensamento.”

Sonhava com a liberdade da sua amada Cuba, mas o incomodava o caudilhismo personalista dos líderes que conduziram as duas primeiras tentativas de ter sua terra livre do jugo espanhol.

É oportuno ressaltar que Cuba e Porto Rico foram os últimos bastiões do Império Espanhol, que perdera no início do século XIX as grandes colônias de onde retirou o ouro e a prata, dizimando povos e culturas que deixaram rastros do seu alto grau de conhecimentos: os incas, os maias e os astecas.

Martí, em sua trajetória de jornalista, revolucionário e poeta, viria a se tornar um mito que acabou ofuscando sua veia literária, como escritor original e inovador, além de poeta magistral.

Quando exilado na Espanha, já bacharel, via perplexo que na metrópole colonizadora existia mais liberdade de expressão do que na pobre ilha de Cuba, onde o ouro e a prata dos Andes foram substituídos pela cultura do açúcar.

Ao contrario de insurreições americanas que buscavam apenas a libertação da metrópole opressora, a revolução idealizada por Martí e levada a cabo pela força e o sangue, implicava, já nos idos de 1870, a ideia de república, como regime representativo da vontade popular, nos moldes democráticos.

Enquanto isso, no “gigante do norte” a discussão era em torno do dilema: anexar ou não a ilha de Cuba, livrando-a do domínio espanhol. Dentre as personalidades que se envolveram nesse debate estava o imortal Mark Twain, que o contestava com o mais elementar argumento; “Como

pode uma república sufocar outra república, sem perder a própria essência?”

Sua contribuição histórica em relatar o momento de transição latino-americana e o cotidiano norte-americano, registrados na coluna que assinava no maior jornal argentino. *La Nación*, foi muito importante e é fonte primária de pesquisas da época.

Para muitos, Martí teria sido o primeiro escritor moderno da América Latina. No jornalismo, nas cartas entre o novo e o velho continente e na poesia, Martí se antecipou às primeiras correntes modernistas em língua espanhola.

Os quinze poemas publicados em seu livro *Ismaelillo* são plenos de sentimentos, pela ausência do filho e pela falta de uma pátria livre e republicana. Ao mesmo tempo em que admirava os EUA, e via lá a terra da esperança e da liberdade, temia que o gigante anexasse sua pequena ilha, substituindo o decadente Império Espanhol. Em discurso para imigrantes cubanos na América, dizia Martí com sabedoria; “Eles adoram esta nação, a maior que a liberdade já estabeleceu... mas não podem honestamente acreditar que o individualismo excessivo, a adoração da riqueza e do júbilo prolongado, esteja preparando os Estados Unidos para se tornarem a nação que simboliza a liberdade.”

Foi nomeado cônsul em Nova Iorque do Uruguai, Paraguai e Argentina, mas para ele “a pátria nunca será trunfo, mas agonia e dever. Meu sangue está queimando. Para mim a hora chegou.”

Em 11 de abril de 1895 um barco com líderes revolucionários aporta em Cuba e uma nova insurreição libertária se inicia.

E em 11 de maio, em combate com tropas espanholas, o mito José Martí cai morto e dias depois Havana é tomada por um cântico de luto e de dor, em ritmo afro-cubano que transformava lágrimas em vozes, que ecoam até hoje pelas vielas da cidade.



Tiradentes na Ordem do Carmo

*Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

Ao proceder a amplo trabalho de pesquisa nos arquivos da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto, que resultou em livro referencial,¹ a historiadora Maria Agripina Neves encontrou, naqueles anais, um registro de significado maior. Trata-se do ingresso de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, no sodalício mais importante e seletivo de Vila Rica. O assento se acha à folha 152 do Livro Segundo de Entradas.

Morador na sua vila natal, São José del-Rei, conforme anotado no termo respectivo, ele foi recebido como irmão do Carmo, em 20 de maio de 1775, quatorze anos antes de sua prisão como conspirador contra a rainha, ocorrida em 10 de maio de 1789, no Rio de Janeiro. Em 20 de agosto de 1776, ganhou a patente da Ordem.

No livro sobre os carmelitanos de Ouro Preto, a autora destaca a presença do Tiradentes entre os irmãos que contribuíram para a construção dos altares, à época do governo de Dom Rodrigo José de Menezes (1780-84), ele próprio prior da irmandade e também doador. Durante os três primeiros anos da estada em Vila Rica, Dom Rodrigo assumiu o priorato do Carmo (18 de julho de 1780), após ter apresentado sua patente da cidade do Porto e sido eleito pelos pares mineiros.

* Jornalista, escritor e membro da AML (cadeira 3).

¹ *Do Monte Carmelo a Vila Rica: Aspectos históricos da Ordem Terceira e da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Maria Agripina Neves e Augusta de Castro Cotta, edição da autora, Ouro Preto, 2011.

Rodrigo José de Menezes foi a primeira autoridade a diagnosticar a decadência da exploração aurífera nas Minas e a necessidade de mudança nos rumos da administração colonial.

No rol dos que fizeram doações, ao lado do Tiradentes, aparecem Joaquim Silvério dos Reis, delator da conjuração ao visconde de Barbacena, o inconfidente tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade (filho de José Freire de Andrade, ex-governador e segundo conde de Bobadela) e seu sogro, José Álvares Maciel pai, o qual não pertencia à Ordem. Todos tinham títulos militares e certamente agradavam ao governador capitão-general, no seu propósito de viabilizar, como prior, a fatura dos altares laterais. O historiador Francisco Antônio Lopes, na obra clássica sobre o Carmo de Ouro Preto, publicada pelo IPHAN em 1942, cita essa lista como "documento avulso" (página 74) e diz ter sido assinada por 84 pessoas, que "concorreram com esmolas", sem no entanto identificar nenhuma delas.

Maria Agripina Neves sublinha, ainda, que o contratador João Rodrigues de Macedo, cuja residência, a Casa dos Contos, foi transformada em cárcere dos conjurados presos em Vila Rica, elegeu-se prior no dia 5 de julho de 1789, um mês e um dia após a morte do poeta Cláudio Manuel da Costa, no grande cômodo cuja porta está sob a escada da bela residência da rua São José. Empossado no dia 16, data em que se celebra a Virgem do Carmo, ele permaneceu exatamente um ano no alto cargo de prior do Carmo, sendo sucedido pelo sargento-mor João Carlos Xavier da Silva Ferrão, tio de Marília de Dirceu.

Rodrigues de Macedo havia entrado para a Ordem em 15 de julho de 1757 e faleceu na Vila da Campanha da Princesa, sul de Minas, em 8 de outubro de 1807. Foi ele o protetor de Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, endividada e carente, nos anos que se seguiram ao malogro da conjuração, que teve por consequência a prisão e morte no exílio do autor do poema "Bárbara Bela", Alvarenga Peixoto.

O poeta e coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, em depoimento à Devassa da Inconfidência, descreve o Tiradentes como aquele "oficial feio e espantado" que havia encontrado na vivenda de João Rodrigues de Macedo. Os depoentes se empenharam em responsabilizar Tiradentes,

descrevendo-o como um arrebatado e delirante. Essa imagem, afastada pelo ícone barbudo do Cristo republicano, está entre as pistas que podem levar à origem de um conceito negativo a respeito do líder do movimento de 1789. O Tiradentes, segundo diversos autores, teria sido um falastrão desastrado, um patriota boquirroto que pôs a perder uma ideia que se aninhara, sem maiores efeitos, na consciência de pessoas proeminentes na vida da Capitania mais populosa e produtiva da colônia lusitana. Francisco Adolfo de Varnhagen, áulico do Império, na sua *História do Brasil*, reinterpreta a descrição do poeta: “Era bastante alto e muito espaduado, de figura antipática, ‘feio e espantado’”.

No período imperial, pressentiu-se no Tiradentes o símbolo perfeito para a propaganda republicana, tal como irrompeu na pregação liberal de Teófilo Ottoni, ao se insurgir contra a ereção da estátua equestre de Dom Pedro I, ainda hoje vista no largo carioca em que o herói mineiro foi supliciado, em 21 de abril de 1792, a praça Tiradentes.

O historiador Joaquim Norberto de Sousa Silva escreveu então uma versão da Inconfidência, na qual o cabeça é desvestido do heroísmo com que se representava perante os clubes republicanos que começavam a se multiplicar pelo país. Seria, para Joaquim Norberto, o destemperado que acabou se tornando um místico.

Homem de temperamento inquieto e audacioso, sempre em busca de atividades diferentes, as quais experimentava com ansiedade, ele se dedicou tanto à mineração como à lavoura, passando pela cura de feridas e a prática da odontologia (disse ter “a prenda de pôr e tirar dentes”), que lhe valeu a alcunha, as lidas de tropeiro e mascate e a projeção de um sistema de abastecimento de água para o Rio de Janeiro, além de trapiches para o porto carioca, a vida militar e a ação subversiva.

Órfão de mãe aos 9 anos, e de pai aos 11, não se casou e se envolveu com algumas mulheres. Entre elas, havia Ana, jovem de Minas Novas, filha de Alberto da Silva e Oliveira e sobrinha do padre Rolim, com quem quis casar, mas a revelação do caso pode ter sido uma artimanha do padre Rolim ao depor na Devassa. E Ana Mariana, da Fazenda das Cebolas, na serra fluminense, em cuja entrada foi exposta uma de suas pernas em poste de ignomínia. Seria “temerário”, e não “louco”. Um homem

animoso, como o definiu o cônego Luiz Vieira da Silva, um dos mais eruditos inconfidentes, o "animoso Alferes" do *Romanceiro* de Cecília Meireles.

Alega-se que não teria as qualidades necessárias ao verdadeiro líder de uma plêiade de poetas, advogados, sacerdotes e militares, gente letrada e poderosa que não se sujeitaria ao comando ou à influência de um caráter dúbio, inconstante e agitado, ou "espantado". Reforça essa posição o argumento conservador de que não pertencia aos quadros superiores da sociedade mineira, sendo um simples alferes, sem acesso às classes altas.

O fato de os carmelitanos terceiros da sede da Capitania das Minas terem acolhido o Tiradentes, em 1775, é indício de que, aos 29 anos (nasceu em 1746, tendo sido batizado em 12 de novembro na capela de São Sebastião do Rio Abaixo, filial da matriz de São João del Rei), tinha abertas as portas do grêmio mais restrito da capital e ali haveria de subir socialmente e preparar sua inserção na elite do tempo. Fez-se em seguida conhecido e amigo de personalidades influentes, que iria procurar envolver na conjuração. O Carmo não se opôs ao Tiradentes, descendente de famílias sem fortuna mas conceituadas, e deu-lhe a credencial decisiva para quem chegava a Vila Rica e tinha intenção de prosperar na "pérola do Brasil", assim chamada a metrópole mineira pelo cronista do Triunfo Eucarístico.



O legado do Papa Bento XVI

*Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho**

Diante da decisão do Papa Bento XVI de renunciar a partir do dia 28 de fevereiro o importante é, sem dúvida, que se reflita sobre o legado que o sucessor do bem-aventurado João Paulo II deixa para a História. Além de seu acendrado amor à Igreja, com sua invejável cultura, ele soube interpretar o Vaticano II, apresentando orientações condizentes a este contexto pós-moderno.

Bento XVI é um dos maiores intelectuais do mundo contemporâneo e se tornou um dos mais notáveis pontífices da História da Igreja, um Pastor de almas dedicado, a exemplo de São Paulo, fazendo-se tudo para todos para a todos salvar. Ele ofereceu à Igreja e ao mundo uma extraordinária lição de um estilo pastoral o qual revelou um serviço eclesial que patenteou um Pontífice inteiramente atento a todas as necessidades dos homens e mulheres de todas as nações, raças e crenças.

Tal foi sempre sua postura em suas alocuções, nas suas viagens apostólicas na Itália e em outros países, nos livros que publicou e, sobretudo, nas suas três encíclicas: "Deus é amor"; "*Spes Salvi*" sobre Esperança cristã e "Caridade na Verdade". Ele soube recolher a herança deixada pelo seus predecessores e, com seu modo de ser doce e reservado, com suas palavras moderadas e profundas, com seus gestos medidos mas incisivos fez um trabalho apostólico de relevância tal que superará todas

* Professor no Seminário de Mariana durante 40 anos. Da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 12).

as declarações tendenciosas daqueles que querem uma Igreja desestruturada e que pregam uma teologia libertária, bem longe da verdadeira libertação preconizada na Bíblia.

Ele sempre soube escutar a palavra e a vontade divinas, se deixou guiar continuamente pelas luzes do Espírito Santo. Por isto foi um profeta que sempre falou de Deus com uma fidelidade e destemor dos grandes personagens bíblicos. Com extremada coragem apontou sempre os erros do mundo hodierno, criticou a violência que pretende ter uma justificação religiosa, execrando sem cessar o relativismo e o hedonismo. Procurou corrigir os desvios éticos com prudência, mas com inflexibilidade.

No centro de seu pensamento, nunca deixou de estar presente a questão da relação entre a fé e razão, entre a religião e a renúncia à violentação da liberdade religiosa. Não houve nesse pontificado uma involução como certos comentaristas apressados estão propalando, nem ele foi um mero pontífice de transição, mas, isto sim, foi um papa de progressão, que impulsionou um movimento histórico ou marcha para diante da grei de Cristo, resguardando com firmeza os princípios que fundamentam uma fé esclarecida, baseada no amor de Deus pelo homem e que encontra na cruz do Redentor e na sua ressurreição sua máxima expressão. É que para Bento XVI a fé nunca foi uma questão a ser solucionada, mas um dom que deve ser redescoberto dia a dia, trazendo alegria e a plenitude da paz.

As especulações sobre as causas da renúncia do Papa são fruto de interpretações fantasiosas. Na sua declaração o Papa foi claro: "No mundo de hoje, sujeito a rápidas mudanças e agitado por questões de grande relevância para a vida da fé, para governar a barca de São Pedro e anunciar o Evangelho é necessário também o vigor, quer do corpo, quer do espírito; vigor este, que, nos últimos meses, foi diminuindo de tal modo em mim que tenho de reconhecer a minha incapacidade para administrar bem o ministério que me foi confiado. Por isso, bem consciente da gravidade deste ato, com plena liberdade, declaro que renuncio ao ministério de Bispo de Roma, Sucessor de São Pedro, que me foi confiado pela mão dos Cardeais em 19 de Abril de 2005, pelo que, a partir de 28 de Fevereiro de 2013, às 20,00 horas, a sede de Roma, a

sede de São Pedro, ficará vacante e deverá ser convocado por aqueles a quem tal compete, o Conclave para a eleição do novo Sumo Pontífice”.

É um papa que deixará marcas positivas na história. Cabe agora aos fiéis rezarem para que, iluminado pelo Espírito Santo, o novo Papa prossiga impulsionando a Evangelização no mundo como o fez, com galhardia e muito talento, Bento XVI.



O Senhor parecia dormir

*Fábio Proença Doyle**

A multidão que aplaudiu Bento XVI na sua despedida antecipou-se ao julgamento da história. Afinal, substituir João Paulo II em meio a crise não seria fácil.

Quantas leviandades foram publicadas, faladas sobre o Papa Bento XVI! Não apenas depois de sua anunciada renúncia ao trono de São Pedro, mas desde o momento em que ele substituiu João Paulo II. Talvez por ser alemão, talvez por traumas deixados pela Segunda Grande Guerra, o cardeal Joseph Ratzinger provocou manifestações de antipatia gratuita de alguns setores da imprensa, inclusive da brasileira, e até mesmo do clero. Um jornalista chegou a dizer, e escrever, que Bento XVI tinha o “olhar nazista”. Entenda quem quiser o que ele define como forma “nazista” de olhar...

A História, estou certo, fará justiça ao Papa que teve a coragem de renunciar a um dos tronos mais cobiçados do mundo. Não foi fácil a missão que recebeu dos cardeais, a de substituir um dos papas mais queridos, mais carismáticos da história da igreja católica. João Paulo II tinha a bondade impressa na sua face risonha. Conquistava as pessoas apenas com sua presença. Tive a oportunidade e a honra de estar com ele algumas vezes.

A primeira, quando veio a Belo Horizonte, em 1982. Fui para a avenida Afonso Pena, perto da praça Israel Pinheiro, que foi rebatizada, pela população, como Praça do Papa, desde o dia em que ele lá acenou

* Advogado, jornalista, escritor. Da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 10).

para o povo. Particpei da festa e da alegria coletiva que sua presença provocou na população. Ninguém poderá esquecer suas palavras em bom português, elogiando o nosso “belo horizonte”, hoje já não tão visível, pois escondido pelos monstros de concreto que a insensibilidade dos governantes da cidade permitiu fossem erguidos.

Estive ao seu lado, com minha família, em outras oportunidades, no Vaticano, graças ao prestígio do saudoso jornalista Athos Vilela César, que trabalhou durante mais de 20 anos na Rádio Vaticana e na Rai.

Pela sua simpatia e pelo carinho que sabia transmitir – uma pessoa, em Roma, comentou comigo que seu rosto, sua figura, formavam a ideia que se tem de Deus – João Paulo II seria um Papa difícil de ser substituído.

Bento XVI enfrentou esta dificuldade. Cultíssimo, tinha a formação filosófica influenciada pelo pensamento reto e direto dos germânicos. O senso da ordem, do racionalismo, até da intransigência com os desvios que sempre ocorrem nas sociedades e instituições humanas, constituem a marca de sua personalidade forte e afirmativa. Não significa isso que ele seja menos bondoso, menos caridoso, do que seu antecessor. Mas o modo de agir, a forma de resolver as graves questões que enfrentou – das quais João Paulo II foi poupado – foi diferente.

A História, repito, fará justiça a Bento XVI. Ele teve coragem de enfrentar os novos e conturbados tempos da humanidade e da igreja. Ele abriu o diálogo inter-religioso, sem se preocupar com questões ideológicas. Aproximou-se dos anglicanos, conversou com líderes de todas as religiões, enfrentou com firmeza os males que afetavam o catolicismo, puniu com rigor os que dentro do clero se desviavam da conduta digna, como os casos de pedofilia, o do desvio de recursos do Banco do Vaticano, o da divulgação, por um mordomo venal, de documentos secretos da Santa Sé. Foi corajoso, firme, reto, o que gerou descontentamentos dentro da própria igreja.

E cansou. Aos 85 anos, não seria para menos. Os problemas surgiam, eram enfrentados por ele, muitas vezes solitariamente, e se repetiam e se agravavam. A crise interna era visível. Para debelá-la, novos desafios deveriam ser vencidos, e só seriam vencidos com medidas enérgicas, radicais, o que geraria mais insatisfações, mais inimizades. A saúde

fragilizada e o volume dos problemas que se acumulavam em sua mesa de trabalho levaram-no a compreender que sua missão não mais poderia ser adiada. Um novo Papa, mais jovem, mas dotado dos mesmos princípios éticos, deveria ser convocado pelos cardeais.

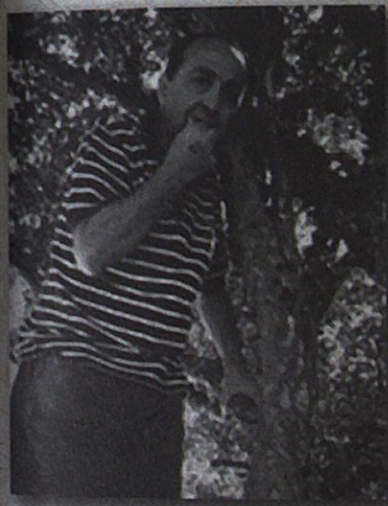
Foi um gesto de grandeza o que Bento XVI praticou ao anunciar seu afastamento. Um gesto que o dignifica. E que ficou devidamente explicitado em suas palavras, na emocionante despedida diante de uma multidão que o aplaudia, antecipando-se ao julgamento da história. "Foi um caminho que teve instantes de alegria e de luz, mas também de dificuldades. O Senhor nos deu muitos dias de sol e de brisa leve, em que a pesca foi abundante. E momentos em que as águas estiveram agitadas e revoltas, com vento contrário, como acontece em toda a história da Igreja, em que o Senhor parecia dormir".

Que coragem, que firmeza, que grandeza. Momentos de águas agitadas e vento contrário, em que o Senhor parecia dormir. Quantas vezes isso não acontece na vida de todos nós e nos leva a duvidar da fé e de tudo o mais, pois "o Senhor parecia dormir". Que o novo Papa possa enfrentar tudo com ânimo forte e com a ajuda do Senhor, mas acordado.



O acadêmico e o retrato do Ruy!

Pedro Rogério Couto Moreira*



Pedro Rogério achava que não tinha *physique du rôle* acadêmico...

Há na imprensa mineira uma anedota bastante difundida, mas capaz de arrancar um riso mesmo ao ouvinte que já a conhece de barbas brancas. O caso é que no tempo em que atropelamento era notícia de primeira página, aconteceu um, na praça Ruy Barbosa, ou Praça da Estação. A informação urgente chegou à redação da *Folha de Minas*. O jornal vivia os seus dias finais, tal e qual a vítima do tresloucado *chauffeur* de praça que enfiou seu *Buick* preto nas ancas da senhora. O chefe de reportagem pediu ao secretário que reservasse espaço para texto e foto. E destacou imediatamente um repórter e requisitou fotógrafo. Fotógrafo até que havia, e câmera também, mas no laboratório já faltava o nitrato de prata para a revelação. O jeito foi o repórter ir sozinho. Na edição do dia seguinte saiu estampada a foto do "Águia de Haia", com a seguinte legenda: "O grande Ruy Barbosa, em cuja praça ocorreu o horrível acidente". É terrível para um editor faltar o pão de cada dia.

* Jornalista e escritor.

Ouvi a anedota mais uma vez, e quem me arrancou a boa risada foi o editor desta *Revista*, o confrade José Bento Teixeira de Salles. Sobretudo porque ele a contou com segundas intenções. Mas segundas intenções bastante explícitas, já que ele é um jornalista honrado. Iniciou seu "nariz de cera" relatando-me que tinha um grande buraco na edição de abril. "Eu preciso de uma foto do Ruy com urgência", disse-me. E deu o xeque-mate: "Você vai ser a minha foto do Ruy". Indaguei, inocente: "E o atropelamento, isto é, o tema da matéria, qual será?" "Uai, nego, você!"

O editor me lembrou que nossa revista já consagrou uma seção destinada a esgravatar vida e obra dos confrades. Agora seria a vez do ocupante da cadeira 38. O próprio biografado é que teria de escrevê-la para esta edição.

Ponderei, disfarçando falsa humildade, se não seria muito cabotinismo do acadêmico fazer a sua auto-louvação.

"Bobagem, sô – respondeu-me. Sente-se no computador e se lembre do nosso saudoso amigo José Aparecido de Oliveira. Ele fazia isso com a maior naturalidade. Só não carregue nos adjetivos... Manda brasa que o espaço está aberto e preciso preenchê-lo".

Repórter obediente que sempre fui, não deixarei meu editor na mão e serei pão-duro na adjetivação. Mas, para despistar aqueles que me acoimariam de cabotino, vou transferir a tarefa para um velho conhecido meu, o Aguiar, personagem de O almanaque do Pedrim. (Pedro Rogério Couto Moreira).

Pedro Rogério Moreira, por Aguiar

– Quando foi que você se tornou escritor?

– Já careca, aos 50 anos. Mas não me rotulo escritor; digo sempre que sou autor de tais e tais livros. Porque escritor, no meu entendimento, é profissão. Trata-se ou daquele que se sustenta economicamente só de escrever, como o nosso Eduardo Almeida Reis, que não dispõe de outras fontes de renda; ou daqueles que se sustentam espiritualmente do escrever, como era o caso de nosso presidente perpétuo Vivaldi Moreira

e acho que da grande maioria de nossa Academia, excetuando o entrevistado.

- Por que você se excetua?

- Ora, porque não tenho esse "élan", esse impulso que é natural em quem vive espiritualmente aquilo que o grande Eduardo Frieiro chamou de *A ilusão literária*. O dia em que meu Pai não escrevia ele sentia-se frustrado, irrealizado, não condizente com ele mesmo. É como o católico que não comunga.

- E então por que você entrou para a Academia?

- A Academia, ao contrário do que pensa o vulgo, não é de escritores, mas de letras. Ou de gente letrada. Às vezes entram escritores e poetas, mas na maioria entram jornalistas, advogados que escrevem tratados muito bem escritos, padres que não fazem feio diante do Vieira, professores que têm o seu ganha-pão nas universidades e por aí vai. Eu entrei, ou acho que entrei, na condição de jornalista que fui por trinta anos.

- Mas o fato de ser filho do Vivaldi Moreira ajudou bastante...

- Ajudou? Foi determinante!

- O que aconteceu?

- Armou-se uma trama, cujo tecelão-mor foi o saudoso Murilo Badaró. Em outros importantes teares encontravam-se os queridos José Bento Teixeira de Salles, meu amigo de infância, e Fábio Doyle. Dois ou três dias depois que morreu Vivaldi, o Murilo apareceu na casa da rua Professor Moraes, com o Aloísio Garcia, para me dizerem que o candidato tinha de ser eu. Sustentavam que por uma razão simples: o nome de Vivaldi era tão respeitado, diante de sua obra intelectual e de sua obra física como pedreiro da Academia, que por pudor intelectual não apareceriam candidatos de reconhecido mérito. O fato poderia gerar o aparecimento de aventureiros. E ele, Murilo, queria decidir isto logo.

É claro que resisti. Eu dizia-lhes que não tinha *phisique du rôle* acadêmico... E que ouvira de meu Pai dois nomes que ele tinha vontade de fazerem seus confrades, e eu entendia serem perfeitos para a vaga: Manoel Hygino dos Santos e Angelo Oswaldo.

No dia da missa de sétimo dia, na igreja do Carmo, os eleitores já estavam dominados. Todos os acadêmicos presentes sussurraram nos

meus ouvidos: “Tem de ser você, ouviu?”. Até o governador Itamar Franco participou da trama. Quando me cumprimentou, disse-me que eu não podia “recusar a honrar’ia”. Mas só vim a decidir no dia em que minha mãe me imprensou com a clássica e irrecorrível sentença de todas as famílias: “Seu Pai vai gostar, tá bom?”

Daí então o presidente Murilo procedeu à campanha e à eleição como fazia a Tarasca, que era o diretório do Partido Republicano Mineiro antes de 1930: candidato único, eis a cédula para votar...

– E você, heim? que dizia não ter *phisique du rôle* acadêmico...

– Pois é, integrei-me totalmente à grei. Porque vi que era um pensamento bobo meu, um preconceito. Lastimo que a minha vida em Brasília não permita que eu frequente com mais assiduidade a Casa de Alphonsus e de Vivaldi. Só um papo com o José Bento vale um jetom maior do que o pago pela Academia Brasileira.

– Além da natural influência paterna, o que o levou a escrever livros?

– A leitura. Quem não lê não escreve. A nossa casa tinha uma enorme biblioteca, vinte mil volumes, que Vivaldi doou depois para a Academia.

Além disso, meus tios Edison (poeta que também foi acadêmico) e Pedro Paulo Moreira eram donos da melhor livraria de Belo Horizonte, a Itatiaia, onde eu cheguei a trabalhar de balconista. De modo que desde cedo li muito. Foi o que me compensou por não ter concluído um curso de ensino tradicional. O Pedrim não gostava de estudar, tinha raiva à matemática.

– Que livros o marcaram?

– Aos 12 anos me deliciava com Michel Zevaco, excelente escritor de aventuras. Lia muito uma coleção chamada “Terra-mar-e-ar”. Li Júlio Verne *O Tesouro da Juventude*. O primeiro romance “sério” foi *Prima Belinha*, de Ribeiro Couto. Tinha 13 anos. Gostei demais. Aos 15, quando comecei a trabalhar na Itatiaia, passei a ler os modernos brasileiros, como Campos de Carvalho, Carlos Heitor Cony, e aqueles autores muito jovens que o Ênio Silveira publicava na sua Editora Civilização Brasileira, cujos nomes se perderam na memória do tempo porque não vingaram. Quando comecei na imprensa, no Rio, aos 21 anos, já então era mais seletivo: A

vida de Jesus, de Renan – o livro mais belo que li –, os neo-realistas italianos, como Malaparte, um pouco de Eça, um pouco de Machado de Assis, os grandes contistas europeus... Não sou um leitor que programa a leitura. Caiu na rede, é peixe.

– Você citou *A Vida de Jesus*. Soube que você é católico praticante.

– Fui criado no ambiente católico, mas me apartei do seio da Igreja ainda na mocidade. Voltei a ser pescado na altura dos 40 e poucos anos. E o que me empurrou de volta é o menino que, graças a Deus, conservo em mim. Li, olha só o autor, em Néelson Rodrigues, que a vida do homem acaba quando ele não encontra mais a sua infância dentro de si. E então descobri que, além dos pais e irmãos, e uns dois ou três amigos, o único elo forte com a minha infância era a Igreja. Eu precisava preservar este elo com a minha infância, com o Pedrim, porque um dia meus pais, meus irmãos e meus amigos poderiam me faltar. E a Igreja é permanente. Assim voltei.

– Você é papa-hóstia?

– O Otto Lara Resende dizia: “O domingo só é completo se tiver missa”. Sou idiossincrático: só assisto à missa matinal, como na minha infância, e visto alguma roupa branca, ou camisa ou calça. E só gosto de igreja clara, solar. Antes não comungava, tinha pudor, mas há 10 anos comungo aos domingos. Não me acho papa-hóstia, cumpro um ritual, como quem cumpre a lei.

– Pudor de quê?

– Achava que era pecado comungar sem confessar, coisa da infância. Aí, numa véspera de Domingo de Páscoa, eu estava em Milão quando entrei na igreja dedicada a Santo Ambrósio, o santo da devoção de Vivaldi, autor da sentença “O primeiro dever do homem é a gratidão”.

Havia um padre gorducho e bonachão confessando, ele numa cadeira e o fiel num genuflexório. Entrei na fila. Peguei o meu caderninho e, num italiano macarrônico, fui listando os 10 mandamentos, para facilitar a confissão. Ele pediu que eu fizesse a citação dos mandamentos a que desobedeci. Cheguei a dizer o primeiro: “Não cobiçar a mulher do próximo”. Rapaz! Ele me cortou bruscamente e berrou: “*Non è peccato*,”

mio figlio, non è peccato!". E me mandou rezar três Ave-Marias e um Padre Nosso. Tenho testemunhas: duas senhoras e um senhor, que riram à beça. Eu me contive e fui tratar de pagar a penitência.

– Você disse anteriormente que começou a escrever tarde.

– Sim. O jornalismo diário é avassalador. Máquina de moer carne. Fui repórter, chefeei redações de jornal, rádio e TV. Você se dispersa demais.

Mas, sem o jornalismo estaria perdido como autor de livros. Comecei a escrever o primeiro quando já estava fora do jornalismo diário. Tirei do baú as anotações que fizera em duas ou três agendas, na minha época de repórter itinerante na Amazônia, e compus o *Hidrografia sentimental*, que é um caleidoscópio, misto de crônica e diário. Isso foi em 1998. No ano seguinte, ainda com o restante das anotações antigas, fiz "O almanaque do Pedrim", que mistura minha vida na Amazônia com as lembranças de minha infância e adolescência em Belo Horizonte.

– De certo modo você seguiu a trilha do Vivaldi memorialista.

– Sim, mas inconscientemente, nada programado.

– Até mesmo o seu único romance tem um quê de memorialismo...

– É verdade. *Bela noite para voar*, que pretende contar 24 horas na vida trepidante do Presidente JK, tem passagens de minha infância. O Pedrim é personagem do livro.

– E foi filmado pelo diretor Zelito Viana.

– Foi. Mas o Zelito fez um filme dele. Meu livro serviu apenas de *leitmotiv*. Embora tenha conservado o título do livro, o filme altera a minha história e introduz cenas que nada têm com o livro.

– Por exemplo?

– Você já imaginou um mineiro como eu penetrar sorrateiramente na alcova do JK para espionar o que ele faz ali com a Princesa? Jamais! Você insinua, mas não escreve com todos os erres e efes. Não é próprio da índole mineira. Já o Zelito é cearense acariocado e mete bronca. Sinceramente, o filme fica atrás do livro. Mas é assim mesmo: são duas gramáticas inteiramente diferentes. Não condenei a obra do Zelito, até a defendi.

– Depois desta ficção, você voltou ao memorialismo.

- Sim, com os dois *Jornal Amoroso*, edição matutina e edição vespertina. São crônicas retiradas do meu diário, assim como Vivaldi fazia.

- Então você escreve um diário?

- Sim. Desde 1981. Um dia, antes de eu partir para a Amazônia, o querido Otto Lara Resende, que era diretor da TV Globo, onde então eu trabalhava, me aconselhou: "Anote tudo. Escreva antes que o tempo apague da memória. Tenha sempre o seu caderno de escritor".

- Mas você publica tudinho o que escreve na intimidade?

- Até agora sim, os dois "Jornal Amoroso" não tiveram auto-censura. Não posso prometer o mesmo para o "Jornal Amoroso - Edição Noturna". Nem sei se irei publicá-lo. Se você, aos 66 anos como tenho agora, pensar seriamente no que está no Eclesiastes: "Vaidade, vaidade, tudo é vaidade", e juntar com aquilo que o sábio Eduardo Frieiro escreveu em seu *A ilusão literária*, você acaba se fazendo perguntas incômodas: - Por que escrever? Para quê? Para quem?

- Você não está meio pessimista?

- Não acho. O ceticismo vem com a idade. Mas se você me chamar para matar aula, como fizemos muito no Colégio Marista, topo na hora com a maior alegria. Ainda mais se for para ver o Circo Garcia.

- Quer falar mais um pouco, botar um contrabando aqui nesta entrevista?

- Obrigado, meu velho amigo Aguiar! Obrigado e passe bem. O pessoal do arquivo já está descendo com a foto do velho Ruy para o editor...



Dona Maria II, a brasileira que foi rainha de Portugal

*Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza**

No dia 4 de abril de 1818, com o Brasil ainda unido a Portugal e Algarves, no Paço de São Cristóvão, na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nasceu a menina Maria da Glória, primogênita do Príncipe D. Pedro e da Princesa Maria Leopoldina. Seu avô paterno era, pois, D. João VI, o mui alto, poderoso e nada parvo Senhor do Reino Lusitano, e seu avô materno, Francisco I, o tão alto e poderoso Soberano da Áustria.

Seu pai, o impetuoso Pedro, então príncipe herdeiro do trono português, seria, mais tarde, D. Pedro I, Imperador do Brasil, e D. Pedro IV, Rei de Portugal.

O irmão mais novo que viria a ter, seria D. Pedro II, o segundo (e mais sereno) Imperador do Brasil.

Por tudo isso, a menina Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, já estaria ligada à história luso-brasileira. Mas ela própria seria e faria a história. Segundo o notável escritor Paulo Setúbal, “aquela frágil menina viera ao mundo para coisas grandes. Talharam-lhe os fados um destino de novela.”

A mimosa carioquinha seria rainha, casar-se-ia duas vezes, teria onze filhos e ficaria registrada nos anais monárquicos de Portugal como **D. Maria II, a Educadora.**

* Professor, escritor, da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 7), do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Grêmio Literário de Lisboa.

Tudo começou em 1826, com a morte de D. João VI, em Lisboa. O nosso Imperador Pedro I tornou-se, então, o Rei D. Pedro IV, de Portugal (onde já houvera três reis de nome Pedro), formando-se uma efêmera União Pessoal entre Brasil e Portugal. A novidade não agradou nem a brasileiros (receosos que D. Pedro se dedicasse mais a Portugal) nem a portugueses (muitos dos quais partidários de D. Miguel, irmão de nosso imperador e aspirante ao trono luso).

D. Pedro, para tentar resolver a crise, abdicou da coroa portuguesa em favor de sua filha Maria da Glória, então com oito anos de idade. Mas só renunciou depois de haver outorgado a sua Constituição a Portugal (praticamente o mesmo texto da carta que havia outorgado ao Brasil em 1824). Impôs, ainda, que a filha se casasse com seu tio Miguel, o qual, então, passaria a ser regente do reino.

Assim, a “bem-fadada” Maria da Glória se tornou rainha. Mas até que a brasileirinha recebesse, em sua jovem e loura cabeça, a vetusta coroa portuguesa, muitas lutas e aventuras se seguiram.

D. Miguel, a princípio (e não por princípio...) prometeu aceitar as condições impostas pelo mano Pedro, jurou a Constituição e assumiu a regência do reino. Mas logo, com seus radicais seguidores, demonstrou propósitos absolutistas. Proclamou-se rei absoluto!

Por ordem de nosso Pedro, a pequena rainha partira para a Europa, precisamente para Viena d’ Áustria, onde, na corte do avô materno, iria aprimorar sua educação e aguardar a idade legal para se casar com o tio, e assumir o trono. Porém, quando a nau “Imperatriz” fundeou em Gibraltar, o Marquês de Barbacena, nobre guardião da rainha, recebeu notícias alarmantes de Lisboa, dando conta de revoltas e da usurpação de D. Miguel.

O diplomata Caldeira Brant não vacilou: mandou que o navio seguisse para Inglaterra. Ali, na “pátria de todas as liberdades”, D. Maria da Glória recebeu tratamento de legítima soberana e por lá ficou longo período, sob a proteção do Rei George IV.

De Londres, o Marquês de Barbacena, atento e eficiente, escrevia a D. Pedro, dando notícias da filha querida: a menina estava mais magra, bela e elegante. Fizera um tratamento para “endireitar” os dentes. Estudava

francês, inglês, geografia, história, aritmética, desenho, dança, piano e “obras de agulha”. Levantava-se às oito horas da manhã e deitava-se às nove da noite. Almoçava às oito e meia, jantava às duas e meia e ceia às oito horas da noite. Comparecia a festas, com a elegância e a dignidade de verdadeira rainha. Escrevem os cronistas da época que o rei britânico chegou a lhe dizer, **em português**: “A rainha é muito bonita”.

Mas, em Portugal, a situação estava cada vez pior. E D. Pedro, muito a seu feitio, acabou, no dia 7 de abril de 1831, por abdicar também do trono brasileiro em favor de seu único filho varão, Pedro de Alcântara, então com cinco anos.

Os episódios que se seguem evidenciam o espírito heroico e desprendido de D. Pedro. Já não mais rei nem imperador, o agora **Duque de Bragança** partiu para a Europa, com a Imperatriz Dona Amélia, sua segunda esposa, e com a filha rainha (que mandara buscar na Inglaterra) para tê-la sob sua proteção. Não podendo desembarcar em Portugal continental, mandou sua menina para Paris (onde ela estudou com o sábio Bispo de Orléans), e dirigiu-se aos Açores, território marítimo português. Ali, na brava Ilha Terceira, que, não por acaso, tem a Angra do Heroísmo e a Praia da Vitória, começou a organizar o ataque a Portugal, ou melhor, o combate aos “miguelistas”.

Em 7 de julho de 1832, desembarcava no Porto, onde arregimentou um exército de 7.000 soldados fiéis (entre os quais o Alferes Malheiros), que enfrentou 80.000 militares de D. Miguel, obrigados “a depor as armas, dizendo não querer a coroa mais mas sangue português” (José Carlos Amado).

No dia 22 de setembro de 1833, D. Pedro ganhava a guerra – não a **sua** guerra, mas a causa de sua filha, “Rainha e Senhora”. Feliz e exausto, ele desceu no cais das Colunas, em Lisboa, trazendo consigo a menina, que mandara buscar na França.

Em 18 de setembro de 1834, no palácio de Queluz, no mesmo quarto que o vira nascer, D. Pedro, doente e cansado pela vida turbulenta que levava, embora só tivesse 35 anos de idade, renunciou ao cargo de regente e solicitou aos deputados portugueses que “provessem como de remédio”.

A Assembleia resolveu o caso imediatamente: declarou D. Maria da Glória maior, a fim de reconhecê-la definitivamente como Rainha de Portugal. A menina tinha quinze anos.

D. Pedro quis, então, ver a **sua** rainha. Paulo Setubal descreve a cena: “D^a. Maria da Glória veio, pequenina e trêmula. D. Pedro beijou-a mil vezes. Apertou-a muito ao peito. Não disse uma única palavra”. Três dias depois, falecia o impetuoso estadista, cuja rica biografia, em três volumes, escrita por Octávio Tarquínio de Souza, merece ser lida.

Sem a proteção do pai, D. Maria II assumiu de fato e de direito a chefia do Estado. Inexperiente, mas preparada para a missão que iria desempenhar por 19 anos, oficialmente, pois, rainha já era, desde os 8 anos de idade.

Em 1835, casou-se com o Príncipe Augusto de Leuchtenberg, que faleceu dois meses depois. No ano seguinte, desposou o Príncipe D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota, homem de finíssima sensibilidade e de caráter firme. Com ele teria onze filhos, entre os quais, o primogênito Pedro, que seria o Rei Pedro V, de Portugal.

O reinado de D. Maria II foi marcado por enorme agitação civil e militar, com as conhecidas revoltas da “Maria da Fonte” e da “Patuleia”. Os partidos políticos não compreendiam os verdadeiros princípios liberais e governavam com cega violência.

Registra o Lello: “Dotada de altas virtudes e de vontade enérgica, D. Maria II suscitou ódios políticos, mas foi sempre venerada como esposa e mãe de família pelos seus mais ardentes adversários.” O jornal de oposição *Espectro*, de 26 de fevereiro de 1847, quando a soberana tinha 29 anos, não querendo ou não podendo elogiar o desempenho do governo, escreveu: “Não há rainha mais virtuosa como esposa e como mãe de família. A sua casa pode servir de exemplo a todas da Europa”.

Seu reinado destacou-se no campo da **cultura**: fundação da Academia de Belas Artes de Lisboa e do Porto, da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, da Escola Politécnica e do Curso Superior de Letras de Lisboa. O ensino comercial e o industrial foram desenvolvidos. Porém, como assinala José Hermano Saraiva, a maior modificação introduzida no ensino foi a criação dos **liceus**, estabelecimentos secundários e públicos,

abertos a todos. Por essa razão, ela é conhecida na História de Portugal, como **D. Maria II, a Educadora**.

Acresça-se que, em seu reinado, foi criado o **Supremo Tribunal de Justiça de Portugal**, em 16 de julho de 1832, instalado, até hoje, no mesmo palácio da Praça do Comércio, ou Terreiro do Paço, sendo o nobre salão ornado com belo retrato a óleo da jovem rainha.

Também em sua administração foi assinada a Carta Régia que institucionalizou o hoje tradicional Grêmio Literário de Lisboa, fundado, entre outros, por Alexandre Herculano e Almeida Garrett e que teve, depois, como um de seus mais assíduos frequentadores, Eça de Queirós. Não é sem motivo que o principal e mais belo teatro de Lisboa chama-se “Teatro Dona Maria II.”

David Birmingham, professor inglês, especialista na História de Portugal, lembra que no reinado de Maria da Glória foram criados os registros civis, de nascimento, casamento e óbito, para substituir os eclesiásticos, dando força à laicidade do Estado e à própria cidadania.

Em 1853, aos 35 anos de idade também, como seu pai, faleceu Dona Maria da Glória, a única mulher **brasileira** que foi rainha. Rainha não como “esposa do rei” e, sim, como **soberana**, de fato e de direito, unindo mais uma vez as histórias de Portugal e do Brasil, já separados como Estados; mas sempre ligados como nações irmãs, em uma comunidade viva.



Funções da arte colonial*

*Fernando Correia Dias***

As realizações de caráter artístico compunham o ambiente socio-cultural da época da mineração. Faziam parte da modalidade de lazer tradicional que então se vivia, com grandes festas, de que todos participavam, em maior ou menor grau, sem grande diferença entre, digamos, “espectadores” e “atores”.

A arte, dentro desse contexto, prestava-se a exprimir a religiosidade popular: a religiosidade das devoções aos santos, do sentimentalismo da Semana da Paixão, das práticas sincréticas afro-brasileiras, já muito intensas numa região de inegável presença africana como Minas Gerais. E não apenas exprimir – na escultura, na música, na arquitetura – a simbologia religiosa, mas também se prestava a suscitar a religiosidade. Affonso Ávila, em seu ensaio sobre os documentos do barroco literário mineiro, ocupa-se conclusivamente do tema. Depois de recordar opiniões dos doutos, a respeito do emprego das pompas como meio de proselitismo, afirma o ensaísta:

“Entre essas festividades, ganhavam especial relevo as procissões, que ensejavam à Igreja uma fulgurante demonstração de prestígio temporal e aos fiéis a expressão de um certo despreendimento pelos bens e riquezas, prodigamente ofertados para maior brilho das solenidades religiosas.”

* Extraído do livro *A imagem de Minas – Ensaios de sociologia regional*.

** Professor, escritor, sociólogo. Nasceu em Três Pontas, a 7 de fevereiro de 1926 e faleceu em Belo Horizonte, no dia 8 de setembro de 2012.

E mais adiante:

“Embora àquela altura da história da capitania a arte religiosa não apresentasse ainda o caráter de monumentalidade que o conjunto das igrejas viria adquirir na segunda metade do século, através de trabalho muitas vezes em equipe de talentosos mestres-de-obra e artesãos excepcionais, Simão Ferreira Machado fala com entusiasmo do ‘fausto dos templos’ e da ‘preciosidade dos Altares’, para esclarecer que Vila Rica, ‘mais que esfera da opulência, era teatro da Religião’¹.

A arte colonial, dessa forma, além de elemento componente dos festejos tradicionais (nem podia existir, aliás, outro tipo de lazer no século XVIII), destinava-se a exprimir sentimentos religiosos e, talvez não muito conscientemente, a servir de instrumento capaz de despertar um gênero de espiritualidade não alheio a conotações de busca do prestígio temporal pelo catolicismo.

Outra função social da vida artística desse tempo era a de permitir às associações religiosas um campo positivo e socialmente valorizado de competição. Eram essas associações que administravam o culto e a prática religiosa². A elas incumbia a guarda, conservação e decoração das igrejas. Por esse motivo, se emulavam no afã de apresentar-se cada uma do modo mais condigno possível perante autoridades, os fiéis, o povo. Especialmente nas grandes ocasiões – que as havia muito e misturando motivações do calendário litúrgico com solenidades oficiais (esponsais de príncipes, coroações etc.). Daí os contratos estabelecidos entre irmandades e artistas para confecção de imagens, para pintura dos tetos, para reparos em altares, para entalhe das portas, para criação e execução musical. Havia as ordens terceiras, constituídas de pessoas brancas (São Francisco, N. Senhora do Carmo, por exemplo, em Vila Rica) confrarias de crioulos

¹ Affonso Avila, “Resíduos Seiscentistas em Minas”, Centro de Estudos Mineiros, UFMG, 1967, v. 1, p. 134.

² Veja-se, a respeito, Röger Bastide, *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

(Mercês), de pardos (São José, N. Senhora da Boa Morte) e de pretos (N. Senhora do Rosário). O prestígio das Irmandades se exprimia, portanto, em grande parte, pelas obras artísticas que contratavam e faziam executar. Em sua composição, as associações religiosas refletiam as diferenças de níveis sociais vigentes na região mineradora. Mas representavam, por outro lado, verdadeiros canais de afirmação e promoção social dos elementos de cor. A arte assumia, assim, o papel de instrumento dessa mobilidade: não apenas pela eventual mudança de *status* dos próprios artistas de cor, mas também pela elevação do nível de consideração de grupos sociais inteiros (as irmandades de pretos e mulatos).

Manifestava-se, por sua vez, consciência de que o trabalho artístico possuía função educativa, contribuindo para o aprimoramento cultural de uma parte da população. Ilustrativo de tal atitude nos parece um documento do início do século XIX. Trata-se da petição, assinada por procurador, na qual Manuel da Costa Ataíde, o famoso pintor, se dirige ao rei de Portugal, solicitando criação, em Mariana, de uma Aula de Desenho e Arquitetura. Pede o requerente que “se digne Vossa Majestade Real criar esse ramo de instrução na sobredita cidade de Mariana, mostrando cada vez mais Benéfico, e liberalíssimo para com a dita sua leal cidade, a quem tanto tem protegido com seu paternal amor, desterrando assim a ignorância, e a Viciosidade, e promovendo as Artes, e ciências, e a instrução popular, e geral dos Vassalos, contemplando o Suplicante na hipótese, de que por um Exame se mostre digno da graça, mercê e lição que aspira”³. Verifica-se, pelo exemplo, o alto apreço em que se tinha a função educativa da arte.

Pode-se pensar igualmente na função mais estritamente econômica da arte barroca em Minas. Há uma pergunta, em geral de economistas interessados na história regional – que julgamos ainda irrespondida: se houve excedente econômico na região mineradora, durante o Ciclo do Ouro, que parcela dele foi investida nas obras religiosas ou na arquitetura suntuária? Houve, aliás, arquitetura suntuária? Do que se produzia nas Minas, vinte por cento, no mínimo, pelo menos teoricamente, eram

³ Ivo Pôrto de Menezes, *Manuel da Costa Ataíde*. Belo Horizonte, Edições Arquitetura, p. 107.

drenados para a Europa como o imposto do quinto devido à Coroa. E o resto do produto? Que parcela era imobilizada em equipamento? Que parcela na aquisição e manutenção da mão-de-obra escrava? E os salários monetários, atingiam a que camadas? São questões ainda não suficientemente esclarecidas. Mas pode-se levantar esta hipótese: que a arte colonial funcionou também como investimento para uma parte do possível excedente econômico gerado no “sistema” da Capitania.

Finalmente, outra função social relevante se pode atribuir à atividade artística do período barroco nas Minas Gerais. Aludimos à manifestação do nativismo. Se a escultura, a música, a pintura seguiam os padrões vigentes na época, na Europa, se os artistas tomavam os modelos europeus como pontos de referência – é certo que conseguiram (ou não puderam evitar) imprimir um tom brasileiro a suas obras. O Prof. Ivo Pôrto de Menezes tem procurado estabelecer similitude entre figuras humanas (feições e atitudes corporais), que aparecem em obras européias de cunho religioso, e obras de artistas mineiros. Houve inspiração em estampas aparecidas em livros sagrados (bíblias, breviários, missais) europeus. Mas não será difícil encontrar projeções do meio social mineiro nessas mesmas figuras. O nativismo poderá ser encontrado nos materiais empregados e na própria expressão artística. O tema do cunho nativista está presente na análise de Mário de Andrade⁵, assim como na de Sílvia Vasconcelos⁶. Lembra este último o “afastamento do lugar de relação ao litoral, mais sujeito às influências da metrópole, e as tendências nacionalistas, sempre presentes na inquieta população das Minas”. Diz que tais circunstâncias “explicam as interpretações próprias que apareceram na arte mineira, principalmente notadas na arquitetura de Antônio Francisco Lisboa”.

Sobre o Aleijadinho, Mário de Andrade tem afirmações incisivas: “O Brasil deu nele o seu maior engenho artístico (...) Já era um produto da terra, e do homem vivendo nela, e era um inconsciente de outras

existências melhores de além-mar: era um aclimado, na extensão psicológica do termo”. Deslumbrado com a riqueza estética do Aleijadinho, Mário de Andrade, apesar de ressaltar o nativismo de sua obra, destaca-lhe também a marca universalista.



¹ Sílvia Vasconcelos, *Vila Rica*, Rio de Janeiro, INL, p. 146.

² Mário de Andrade, “O Aleijadinho”, famoso ensaio, reproduzido em *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*, São Paulo, Livraria Martins Editora, p. 45.

³ Sílvia Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 142 e seqs.

O primeiro dia ninguém esquece*

*Fábio Proença Doyle***

O primeiro dia ninguém esquece. O prédio era imponente. Duas escadarias na frente, colunas, paredes marcadas pelo tempo, diante da praça bonita, então tranquila, com poucos carros, com pouca gente circulando. Recordo-me que havia um pátio central, no entorno, salas. Eu ali chegava aos 17 anos, um menino meio espantado com a nova etapa de vida que iniciava e com a beleza arquitetônica da velha casa de Afonso Pena, a Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pois ainda não fora federalizada. Nem federalizada nem demolida, como aconteceria alguns anos depois daquele primeiro dia, substituída por mais uma estrutura desgraciosa de concreto, igual a tantas mil outras que existem por aí. Demolida, registre-se, sem os protestos que o ato iconoclasta deveria ter provocado.

Fui inscrever-me para o vestibular. Uma decisão não muito fácil para quem se preparara para ser engenheiro. Tanto que acabava de concluir o Curso Científico, o último estágio, na época, junto com o Clássico, do ensino secundário. Meu pai me ajudou, mas já era minha tendência, a troca da Engenharia pelo Direito. Eu lia muito, gostava de escrever, o que, segundo ele, combinaria mais com as letras jurídicas.

A primeira cena que me vem à memória, no dia mesmo da inscrição, aconteceu no pátio enorme da Faculdade. Um senhor idoso – para nós, aos 17 anos, mesmo quem tem 40 já é idoso... – com uma velha pasta

* Artigo elaborado por ocasião dos 120 anos da Faculdade de Direito da UFMG.

** Procurador Municipal aposentado, ex-professor de Teoria Geral do Estado, jornalista, da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 10).

preta debaixo do braço, discutindo com um funcionário, ou um professor, como poderia saber? Pensei comigo, pelo tom da conversa, que o velhinho seria um cobrador. Ele falava alto, gesticulava muito. O outro, o que supunha devedor, falava em voz baixa, sem gestos.

Mais tarde, já matriculado no primeiro ano, reencontrei o velhinho bravo. Era o diretor da Faculdade, o famoso e tão querido pelos alunos professor Francisco Brant. Tão querido, que foi o escolhido por minha turma para ser o nosso paraninfo na solenidade de formatura. Escolha que significou, ainda, um protesto pelo seu afastamento, por limite de idade, da direção da escola, depois de tantos anos no posto. A Faculdade fora federalizada quando cursávamos o quarto ano, e a aposentadoria de mestre Brant foi uma consequência das novas normas impostas pelo Ministério da Educação. Ele não gostou, sofreu muito. Por isso, nas solenidades, por decisão pessoal, ocupava sempre uma das extremidades da mesa principal. Sua escolha como paraninfo foi a nossa mensagem de solidariedade.

O velho Brant, como nós, entre nós, o chamávamos, na época do meu vestibular um idoso – que palavra impiedosa! – de 80 anos, era uma tradição de muitas dezenas de anos na Faculdade. Nascido em Diamantina em 15 de agosto de 1866, foi diretor dos Correios em Ouro Preto, e em Belo Horizonte, com a transferência da capital. Foi professor da Faculdade Livre de Direito em Ouro Preto, continuou a lecionar com a mudança da escola para Belo Horizonte. E foi seu diretor até a federalização, quando, por motivo de idade, aposentou-se. Melhor dizendo: foi aposentado.

Recordo-me do vestibular. A tensão era maior nas provas orais, que as havia, e eram assistidas por todos os candidatos, além de alunos veteranos curiosos. Disputávamos 100 vagas no primeiro ano. As provas escritas foram realizadas em boa ordem. Um detalhe curioso: o professor fazia a chamada dos inscritos. Quando pronunciou o nome de um deles, Juarez Távora, alguém, teria sido Raymundo Vergílio do Couto e Silva, filho do então prefeito da cidade, o médico Gumercindo do Couto e Silva, responde com voz rouca: “Morto em combate”. O riso generalizado quebrou a tensão.

O exame oral, sala cheia, começou com a prova de Inglês. Os candidatos eram submetidos a conhecimentos de Português, de Latim, de Francês ou Inglês, além de História e outros mais – não dá, tantos anos passados, para recordar tudo. Eu optei pelo Inglês, idioma que sempre cultivei, em estudos solitários, aperfeiçoados no velho rádio de minha casa através das ondas curtas da WRCA, dos Estados Unidos, e da BBC de Londres. Assim, melhorava meu “inglês básico”. A maioria dos candidatos havia preferido o Francês, mais acessível por sua latinidade. Na banca examinadora estava o professor Orlando de Magalhães Carvalho. Na sala cheia, aquela de bancos compridos de antigamente, apinhavam-se praticamente todos os inscritos.

O professor Orlando de Carvalho tinha fama de rigoroso, de pouca abertura com os alunos. Silêncio geral, enquanto eu me dirigia para a mesa do suplício. O examinador me deu um texto em inglês para ler e traduzir. Recordo-me, como poderia esquecer, do título do texto: *In New York there are more telephones than in France*. Fácil para quem tinha algum conhecimento da língua inglesa. O texto era longo, jornalístico. Eu o li e traduzi. Orlando Carvalho pinçou algumas palavras e pediu que eu as traduzisse e explicasse sua função na frase. No final, feliz da vida, voltei ao meu lugar. Estava livre, voando nas nuvens...

No primeiro ano, voltaria a encontrar o professor Orlando Carvalho, como catedrático de Teoria Geral do Estado, eram três provas durante ano. Modéstia à parte, tirei dez, nota máxima, nas três. Na oral, o professor Orlando Carvalho me ofereceu a opção de não ser examinado. Como minha média era 10, se tirasse zero na oral, por não fazê-la, assim mesmo passaria, pois 5 era o mínimo para aprovação. Recusei a proposta. Orlando, cara fechada, respondeu: “Escolha o tema para o seu exame”. No mesmo tom, quanta pretensão juvenil, pedi que ele mesmo escolhesse. Foi o que fez, sempre de cara fechada, fazendo várias perguntas. Para, ao final, me dar mais um 10. Quem quiser confirmar, busque no meu currículo na Faculdade. Modéstia às favas, como diria Machado. O velho mestre, rigoroso mas justo, merece todas as homenagens. Por oportuno, registro que as aulas de Teoria Geral do Estado (TGE) eram muito boas, apaixonei-me pela matéria, tanto que ao ser convidado pelo professor

Ney Soares, Reitor do Centro Universitário UNI-BH para ser o Coordenador do Curso de Direito da instituição, escolhi para lecionar exatamente a minha TGE dos tempos da Faculdade de Direito.

Na escola o ambiente era o melhor possível. Alunos, professores e funcionários formavam uma família unida. Vale citar alguns funcionários da época em que lá estudei. O secretário era o dr. Tancredo Martins Filho, o Tancredinho, filho de um grande advogado. Na secretaria, atuava Idalécia Brant, alta, magra, olhos muito claros. Ainda na secretaria, nos últimos anos do curso, Hegler Brant Aleixo, competente, com a boa educação das famílias tradicionais de antigamente. Lembro-me também dos três bedéis, o Samuel, era incumbido de bater o sino no começo e no fim das aulas (seu nome foi usado para batizar um jornal da Faculdade, *O Sino do Samuel*), o José Maria, no seu andar gingado, e o João, tão querido que foi o homenageado especial de minha turma. A bibliotecária era a discreta Hayte Schmall. Um quadro de funcionários pequeno, modesto, econômico, bem no estilo austero do velho Brant, que controlava tostão por tostão das despesas. Bons, saudosos, velhos tempos.

Vou tentar citar, usando apenas a memória, alguns professores. Alberto Deodato, com seu sotaque carregado de Nordeste, democrata exaltado, cultor das letras, estudioso do Direito, era professor de Ciência das Finanças; Pedro Aleixo, catedrático de Direito Penal, advogado tarimbado e famoso pelos júris em que atuava. Quando secretário de Interior e Justiça do governo Milton Campos, deixava seu gabinete, na Praça da Liberdade, e descia a João Pinheiro, às vezes de “carro de praça”, como eram chamados os táxis, às vezes a pé mesmo, o seu chapéu de feltro e a pasta de couro, para dar suas aulas na Faculdade. O professor João Franzen de Lima, que foi prefeito de Belo Horizonte, advogado militante, austero, sóbrio, com didática excepcional no ensino do Direito Civil. E mais: Carlos de Campos. Ninguém, conhecia mais profundamente os meandros da filosofia do que ele, que nos apresentou a Kant, e aos imperativos categóricos, às críticas da razão pura e prática, algo misterioso para os meninos meio desatentos que éramos. J. Valle Ferreira, tranquilo, ameno, paciente. Mário Casasanta, fino intelectual, ensinava Direito Constitucional. Pelo que me lembro, em um ambiente

marcadamente udenista, Casasanta era uma exceção pessedista, muito ligado ao grupo de Benedito Valadares.

Outro mais, e dos mais lembrados, era o professor Odilon Andrade, catedrático de Direito Administrativo, matéria do quinto ano. Mesmo assim, quando o aluno não fazia bons exames, ele o reprovava, apesar de saber que o terno de formatura já estava pronto. De minha parte, muito aprendi com ele, e consegui um feito digno de registro, diante do rigor com que corrigia as provas: fui aprovado com a média 9.

Finalmente, citarei J. Pinto Antunes, paulista, industrial, muito rico, que veio dar aulas de Economia Política e Direito Industrial na nossa Faculdade, acredito que apenas para satisfazer sua vaidade intelectual. Mas que professor notável ele foi! Suas aulas eram verdadeiras conferências. Lembro-me de sua última aula; depois de dar conselhos e sugestões, concluiu que nós, como advogados que seríamos precisávamos vencer a primeira causa, aquela que nos abriria todas as portas e facilitaria o nosso êxito profissional e na vida. E concluiu: a primeira causa a ser vencida é a do casamento. Procurem casar bem, com alguém que seja partícipe de seus sonhos, de suas lutas, de suas aspirações. Se possível, casem com moça que traga recursos financeiros para a sociedade doméstica. Vencida esta primeira causa, as demais se tornarão mais fáceis...

O curioso é que Pinto Antunes era solteiro e rico. Ele vinha a Belo Horizonte apenas para dar aulas na Faculdade. Hospedava-se sempre no Grande Hotel. O bom de tudo, é que os ricos e os menos ricos conviviam muito bem nas noites da cidade ainda alegre.

Um registro curioso: minha turma era de 100 alunos, ou pouco mais. Maioria absoluta de homens. Zely da Cunha Lima e Nilza Kozak eram as duas únicas da ala feminina. E apenas um dos nossos colegas tinha carro próprio, o simpático, extrovertido radialista Nelson Luiz Thibau, que foi candidato a prefeito depois de formado. Aliás, poucos professores tinham veículos próprios. O “carro de praça”, já citado, os bondes que subiam Bahia e desciam Floresta, os ônibus, conduziam a todos, com segurança e conforto, nas ruas quase vazias das décadas de 40/50.

Nosso divertimento eram os encontros nos barzinhos, passeios nas ruas de luzes vermelhas, e para os já com namoro firme, as sessões de

cinema, o *footing* vespertino na Afonso Pena diante da Casa Sloper com suas vendedoras lindas, e os dos fins de semana na Praça da Liberdade. Que bons tempos eram aqueles!

Era tão agradável o convívio que resolvi continuar na velha escola, mesmo depois de formado. No ano seguinte, abriram-se inscrições para Curso de Doutorado. Embora já casado, fui à Faculdade, com outro colega, Gavino Mudado Filho, idealista, artista, ex-aluno de Guignard, e grande figura humana, e me inscrevi. Fizemos o curso, que durava dois anos, no horário noturno e conseguimos o diploma.

A velha e austera casa foi fundada em dezembro de 1892, em Ouro Preto, como Faculdade Livre de Direito, por 19 advogados que se tornaram professores-fundadores: Afonso Augusto Moreira Pena, João Pinheiro da Silva, Antonio Augusto de Lima, Sabino Alves Barroso Júnior, João Gomes Rebello Horta, Antônio Goç Alves Chaves, Donato Joaquim da Fonseca, Affonso Arinos de Mello Franco, Francisco Silviano de Almeida Brandão, Virgílio Martins de Mello Franco, Henrique de Magalhães Sales, Camilo Augusto Maria de Britto, Levindo Ferreira Lopes, Bernardino Augusto de Lima, Joaquim Inácio de Mello e Souza Juquiriçá, David Moretzsohn Campista, Eduardo Augusto Montandon, Francisco Luiz da Veiga e Antônio de Pádua Assis Rezende. Pela sua direção passaram juristas de destaque no país.

A atual diretora é a mestra e doutora em Direito Econômico Amanda Flávio de Oliveira, cuja carreira é incontestavelmente brilhante e promissora.

Entre os professores-fundadores, três chegaram à presidência de Minas: Affonso Penna, João Pinheiro, e Francisco Silviano Brandão, e um à presidência da República, Affonso Pena. João Pinheiro morreu quando governava o estado, e já era considerado futuro presidente do país. Quando da comemoração do seu centenário de nascimento, foi instituído na Faculdade, por sugestão do Instituto Histórico e Geográfico, o “Prêmio João Pinheiro”, a ser concedido anualmente ao aluno que alcançasse a maior média nas matérias do quinto ano. O prêmio foi concedido a onze alunos, e deverá ser agora restabelecido, com o apoio da Fundação João Pinheiro. Vale o registro, em ordem alfabética, dos

onze alunos bacharéis que o conquistaram, em seus respectivos anos de formatura, pedindo vênias para citar meu próprio nome: Alberto Deodato Maia Barreto Filho, Alfio Amaury dos Santos, Dante Nardelli, Fábio Proença Doyle, Fernando Noronha, Joaquim de Oliveira Freitas, José Edgar Amorim Pereira, José Guilherme Vilela, Marcelo José de Paula, Maria Ângela Vaz de Mello e Roberto Paraíso Rocha.

Entre os alunos notáveis da tradicional Faculdade, muitos governaram Minas, como os já citados anteriormente e mais Francisco Antônio Sales, Raul Soares de Moura, Fernando de Mello Viana, Arthur da Silva Bernardes, Júlio de Carvalho, Bias Fortes, Milton Soares Campos, Rondon Pacheco, Ozanan Coelho, Francelino Pereira, Pio Soares Canedo, Hélio Garcia, Tancredo Neves e Antonio Augusto Anastasia, professor da escola e atual governador. Diversos professores e alunos presidiram o Supremo Tribunal Federal, ou dele fizeram parte, entre eles Orozimbo Nonato da Silva, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Francisco de Paula Rocha Lagoa, Antônio Gonçalves de Oliveira, Olavo Bilac Pinto, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, Oscar Dias Correia, José Paulo Sepúlveda Pertence, Carlos Mário da Silva Veloso, Antônio Martins Villas-Boas, Maurício José Corrêa, José Francisco Rezek.

A velha casa, a mais que centenária casa, é também um pouco minha pelos sete anos seguidos em que lá vivi. Convivência que permanece, embora esporádica, mas profundamente sentimental, até hoje. E seria maior ainda se adotássemos, como na Europa nos e Estados Unidos, uma política de manter o ex-aluno ligado à instituição, criando entidades e meios para que isso se realize. É uma sugestão, se me permitem.

A velha e augusta casa, fundada há 120 anos, merece o respeito de todos os mineiros, pelo muito que fez e continua a fazer em prol da cultura jurídica e defesa da lei, da ordem, da democracia.



Victor Nunes Leal, adorador da lógica

*José Maria Couto Moreira**

Muito, mas ainda muito pouco, se tem dito sobre esse eminente brasileiro que foi Victor Nunes Leal. Neto de seu Portugal avoengo, de elegância e ternura sublimes, era, principalmente para os que privaram de sua convivência sempre agradável, um adorador da lógica e dela seu constante servo. Os íntimos de Victor Nunes desfrutaram desta lição que derramava com método, em palavras, e com ele aprenderam que este braço da inteligência era o fundamento em que se sustinham os atos e os acontecimentos provocados pelo homem. Aquele cartesiano incorrigível, mesmo no diálogo mais relaxado e informal, surpreendia o interlocutor com um desenlace lógico. Para os que o admiravam a distância, provou seu gosto pela lógica, que foi, na verdade, a responsável por seu destino. Para essa grande maioria legou a chave da jurisdicionalidade ao conceber e implantar a gloriosa súmula no Supremo Tribunal Federal, síntese de cada conflito processual em que, nos casos similares, a resposta haveria de ser, sempre, igual. A geratriz da súmula teria sido, certamente, uma inspiração de sua eloquente lógica, pois absolutamente não se pode lançar contra ela crítica alguma, já que fatos coincidentes só poderão receber apreciações ou conclusões idênticas.

* Procurador do Estado.

Victor, como homem do direito e magistrado, foi um vanguardeiro com a bandeira da razão. Foi como aquele Diderot do iluminismo, que empunhou a bandeira da razão e a abriu para o mundo. Não fosse ele, não haveria a Enciclopédia, e, sem ela, não sabemos em que etapa estaríamos da civilização.

Em sua vida pessoal, igualmente, jamais o nosso timoneiro da lógica a desprezou, elevando-a sempre à categoria que germânicos e germanófilos tanto prezam.

Em aplaudido estudo sociológico – *Coronelismo, Enxada e Voto* – nosso saudoso companheiro também o realizou com o supedâneo da lógica, fato é que com aquele volume, já há muito esgotado, construído sobre a análise refletida e esquemática do fenômeno do coronelismo na história política brasileira, também se extinguiu tal fenômeno pela pressão igualmente lógica exercida sobre aquele mal que assolava a democracia brasileira.

Na sua vida pessoal também convivia com sua irmã, a lógica, e nos altos cargos que exerceu na vida pública só os desempenhou, e o fez com repetido brilho, porque esse paladino da lógica terçava seus argumentos com a espada invencível e predominante da razão.

A ilustrar esta postura constante de apreço à lógica, apreciemos esta passagem na vida do ilustre ministro, extraída do discurso de posse do também eminente jurista mineiro Raul Machado Horta, sucessor de Victor na cadeira nº 23 da gloriosa Academia Mineira de Letras, ao lembrar trecho de concurso do então jovem e já brilhante carangolense (33) na conquista da cátedra de Política na Faculdade Nacional de Filosofia, sob a arguição severa de Pedro Calmon: “*Disse Capistrano de Abreu, de Pereira da Silva, que ninguém poderia ignorar completamente a História do Brasil sem ter lido sua obra. Também lhe digo, professor Victor Nunes Leal, que ninguém poderá ignorar completamente o que seja o coronelismo sem ter lido sua tese.*” É claro que sou aquela risalhada do auditório, cobrindo o arguido de constrangimento. Victor não se intimidou, e respondeu: “*Ilustríssimo professor Pedro Calmon. A admiração e o respeito de que é merecedor, não me impedem de lhe devolver, com a devida vênua, o dito de Capistrano de Abreu. Ninguém*

poderá ignorar completamente o que seja a minha Tese sem ter ouvido a arguição que V. Exa. acaba de fazer.” A plateia, como dantes, prorrompeu em gargalhadas.

Expulso do Supremo por ato equivocado e tristemente rememorado, oriundo da tirania “revolucionária”, Victor foi cogitado, aos 56 anos, para retorno àquela Casa, porém, atendendo a seu inapelável tribunal lógico-ético, desfez a possibilidade, alegando que para uma só existência bastava haver integrado a mais alta corte.

Se aquele notável pensador que foi Carlyle disse que a história do mundo é apenas a biografia de grandes homens, nos é lícito dizer que o Supremo Tribunal Federal, instituição gloriosa, alcançou seu conceito, a que se curva a nação, com a contribuição efetiva e preciosa de Victor Nunes Leal.



De *media* para *mídia*, faltam meios

Paschoal Motta*

Quando o povo perde a tradição, quer dizer que se quebrou o laço social. E quando se quebra o laço entre a minoria e o povo, acabam a arte e a verdadeira ciência, cessam as agências principais, de cuja existência a civilização deriva.

(Fernando Pessoa, Livro do Desassossego, Companhia das Letras, 2ª. ed. 2005, São Paulo)

É por demais preocupante e inconcebível a verdadeira invasão de expressões da língua inglesa no idioma pátrio. Não que condenemos a utilização dos estrangeirismos, que enriquecem e revitalizam nosso vernáculo, pois, já nos ensinava mestre Aires da Matta Machado, “a língua é viva, o povo é que faz a língua.”

Mas antes de tudo ressalve-se que este enriquecimento deve se processar através de adaptações regionais e não imposto goela abaixo pelos americanófilos de plantão.

Tomemos, por exemplo, a palavra *mídia*, tão empregada pelos publicitários e depois generalizada grassando como erva daninha a invadir o território nacional. Trata-se, nada mais, nada menos, do que o substantivo *meio*, sinônimo de veículo de comunicação ou, apenas

* Escritor, jornalista, professor.

veículo, atualmente desbancado pela *mídia*. Inocentemente estamos adaptando para o Português a escrita do macaqueado de oitiva.

Quando se divulgou no Brasil a palavra *mídia*, da expressão *mass media* (inglês e latim), igual a *meios de comunicação de massa*, ou simplesmente meios, quase todos os comunicadores profissionais aprenderam a novidade e proclamaram a pronúncia inglesada de *media*, substantivo neutro plural, oriundo do adjetivo latino *medius*, *a, um*, que, por fim, resultou em nosso meio, meios (popular) de largas usanças. Até então, entre nós, *media* aparecia, na forma e pronúncias originais, e em situações específicas. Meio tem, como sinônimo, veículo de comunicação, ou apenas veículo, atualmente desbancado pelo *mídia*, que grassou que nem tiririca no muito mal cuidado jardim nacional da flor do Lácio.

Mais recentemente, importamos, com afoiteza, as palavras *diet* (com pronúncia daite), *bike* (baique), com apenas as deformações fonológicas. São reduções de *diaeteticus* (latim), e *bicyclette* (via Francês, por sua vez composta do prefixo latino *bis*, dois/duas, mais a palavra grega *kyklos*, roda (com grafia latinizada), mais *eta*. Importamos, ainda, dos Estados Unidos da América do Norte, *bicycle*, já representada em *bike*, e também com a apreciada dicção estrangeira. (Aliás, sempre demos ao importado mais valor que ao tupiniquim.) Nestas duas palavras, não conseguimos destruir a grafia, arremedando apenas a pronúncia. Agindo assim, profissionais da Comunicação demonstram ignorar esta questão que desencadeia prejuízos irreversíveis na área linguística nacional e em nosso *status* de nação de idioma próprio.

Evidentemente, nenhum falante de determinado idioma necessita, de início, conhecer a origem das palavras no momento em que as fala ou escreve com seus meios nativos de expressão. Mas, profissionais da Comunicação parecem descuidados com a questão e provocam prejuízos irreversíveis para a questão linguística e outras, como veremos.

Com frequência abrigamos e divulgamos termos geneticamente latinos que aqui aportam, correndo, porém, pelo acostamento, com a dicção original adaptada das plagas estranhas e em contramão na via de nossos parâmetros etimológicos.

Aí, a língua que o assinalado Camões definiu para a posteridade vai, à deriva, por águas nunca dantes navegadas, afundando num poço de estranhas confusões e depressões abissais.

O Dicionário Aurélio, muitíssimo usado entre nós, registra mídia, sua etimologia e seus significados atuais, sem nenhuma observação contudo quanto à sua descaracterização radical entre utentes do idioma português.

Vale lembrar, de passagem, que, na árvore genealógica dos sistemas linguísticos, o inglês floresce no galho dos idiomas germânicos, do tronco geral indo-europeu, onde se encontram também o alemão, africâner, holandês, dinamarquês e outros. Do latim, também do tronco indo-europeu, já do grupo itálico, se desenvolveram e frutificaram estes seus principais descendentes: português, italiano, francês, espanhol, denominados idiomas neolatinos, novilatinos, ou românicos. Mesmo reforçado por outros empréstimos, o português apresenta a maior quantidade de seu vocabulário e sintaxe formados do latim implantado na Península Ibérica pelo Império Romano.

Hoje, somos uma comunidade linguística portuguesa com mais de duzentos milhões de utentes nos seus sete países.

Nas longas e pedregosas estradas da civilização romana, os itálicos, se apropriaram, máxime, de termos da civilização de Atenas, tirados das suas várias manifestações linguístico-culturais. Mas as raízes daquelas palavras importadas se mantiveram na transmigração para o latim, como é fácil comprovar. Obviamente, os da Península Itálica as adaptaram à grafia do seu alfabeto, mantendo, a pronúncia de origem, como com os ditongos e outros sons helênicos. Ainda é fácil constatar quanto o mundo ocidental se enriqueceu e se enriquece com aquelas civilizações. Haja vista na tecnologia e demais ciências antigas e contemporâneas a abundância de palavras, sufixos, prefixos, desinências do latim e do grego, berços principalmente das culturas ocidentais.

Neste momento, *digito* este texto num *microcomputador* na tela de um *monitor*... Antes, *datilografava* sobre papel numa *máquina* de escrever e tirava cópias com papel-carbono... Hoje, se errar no microcomputador, *deleto*, etc. Convidamos o leitor a conferir a origem

primária destes termos em itálico num bom dicionário. Eles integram nossa constituição cultural.

Inúmeras palavras de outros idiomas, aqui aportadas, se adaptaram ao formato do português sem outros atropelos, inclusivamente as ágrafas dos nossos indígenas. A causa eficiente desta argumentação sobre alguns desacertos na língua portuguesa será detectada nas importações desenfreadas, irresponsáveis de meros sons e grafias alienígenas que adulteram vocábulos de nossa genética linguística com declarada aquiescência das tribos profissionais na abrangente área da Comunicação moderna. Importações de palavras sempre existiram e serão saudáveis, mas adaptá-las, tal qual procedemos, ainda que demoradamente, como do inglês *football*, *foxtrot*, *corner*, *lead*, *penalty*, *team*, *copy desk*, *copyright*, *snooker*... que aqui vestiram roupas de nossa linguagem e se converteram em futebol, foxtrote, córner, lide, pênalte, time, copidesque, copirraite, sinuca e outras muitas. Demos a elas, como não pode deixar de ser, um verniz latinizado, nos sons, na escrita.

Ressalte-se que, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, principais países de língua inglesa, os termos latinos são grafados em sua forma original. Haja vista nosso *media*, gancho desta breve reflexão e de outros, como *exit* e *stadium*... Estima-se que o dicionário inglês abriga mais de cinquenta por cento de termos greco-latinos, originais, adaptados ou não, geralmente já no formato latino. Jamais serão gratos, porém, os que instalamos por via transversa, como nos exemplos, sucintamente comentados, de *mídia*, *bike*, *diet*, danificadas por nós, na sua estruturação física e/ou fonológica. E assim acabam, em expressões, contaminando, por fim, a sintaxe. Isto ocorre com prática abusiva, exatamente por quem por elas devia zelar: redatores, revisores, radialistas, jornalistas, professores, advogados, reitores, religiosos e de outras atividades profissionais cuja ferramenta básica é a língua portuguesa, “língua românica oficial de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, também falada nas ex-colônias portuguesas Goa (Índia) e Timor-Leste (anexada pela Indonésia), e que serviu de base lexical a diversos crioulos.” (*Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI*).

Que necessidade temos, afinal, de praticar deslealdades com o idioma pátrio, se temos, por exemplo, dietético, bicicleta? Só por que esses termos nacionais são grandes, feios no físico e nos sons? A verdade é que morremos de vergonha de nossas matrizes culturais. Até parece que temos ódio do sistema linguístico dos nossos maiores, via Roma / Portugal, e fica mais globalizado, mais bonito adotar estrangeirismos, mesmo que descabidos e desnecessários. Isso, aliás, acontece não é de hoje. Somos *macaquitos* calejados em outros arremedos. Nossa subserviência geral é atávica e por vezes vergonhosa. Quando você já leu numa camiseta uma palavra, uma frase em latim, tupi, ou língua africana, francesa, grega, parceiras estas de nossos mais profundos e significativos suportes culturais? E dispomos de palavras sonoras, bonitas, instigantes. Só que em casa de ferreiro o espeto é de pau...

Aprendemos, desde a infância, que era sempre melhor o fabricado fora do país. Isso desde o carretel de linha ao automóvel. Ah, este serrote é nacional, não presta para nada... Canivete, só da marca Solingen, estrangeiro, importado... Este terno é de casimira inglesa e linho irlandês, não temos melhor no comércio. O cinema nacional é uma porcaria; não vi e não gostei...

Até hoje, esse ranço forceja considerando que o importado é marca de garantia de qualidade.

Quanto a estrangeirismos vocabulares, nada contra; é das línguas civilizadas esse proceder desde seus mais antigos registros. O português se enriqueceu e se enriquece com aportes do alemão, do japonês, do turco, do russo, entre outras não greco-latinas, para não falar dos ameríndios e africanos, em boa quantidade. Acontece que, aqui, a maioria das importações é desnecessária e algumas aviltantes, como essa descabida *mídia*, trazida para cá por via exclusivamente oral e grafada como pronunciam os estadunidenses e os anglos.

Se assim for, sejamos, então, um tantinho coerentes, e vamos falar e escrever doravante: por *intermédio*, *intermediário*, *midianeiro*, *mediatário*, *médio de campo*, *a mídia da pesquisa*... aí afora.

QUANDO MEDIA ERA MEDIA

Na década de 80, a Fundação Clóvis Salgado (Palácio das Artes) manteve uma publicação intitulada *Ars Media*, dirigida em seus últimos tempos pelo poeta Márcio Almeida. E todos a pronunciavam corretamente sabendo que aquele título era uma expressão latina, mesmo que adaptada...

Recentemente, recebemos correspondência através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que incita a jogar a toalha, divulgando um selo "Design brasileiro" (*ipsis litteris*)... Ah... *design* é latino (de *designare*, v. desenhar; também corroído na raiz, mas ainda só na pronúncia). Alguma necessidade para semelhante apelação? Alguma necessidade de alterar a grafia e a pronúncia do termo? E justamente por um órgão federal. Brincadeira! Depois, queremos que a mocidade ame sua terra natal, assim e assado, e outras baboseiras impostas que quase nada têm com um sentimento local verdadeiro, emocionado, desde as bases culturais. Somos, mesmo, um país (aqui com inicial minúscula) grande e bobo, como repete escritor e acadêmico mineiro.

Mais motivações para jogar a toalha no tablado da babaquice: reportagens e promoções oficiais sobre nossas regiões turísticas, ou disputas de *mountain bike* com veiculação da TV Cultura vêm com música incidental de origem alienígena, e quase sempre cantada em inglês. Se um desavisado pega já iniciada uma dessas peças, logo imaginará que aquilo lá na telinha vem de um país estrangeiro, mesmo a paisagem tropical lhe parecendo algo doméstica. Durmamos com esse barulho.

Apreciamos sempre estrangeirismos e, por qualquer dá-cá-essa-palha surgem: *rand sports*, *test drive*, *show business*, *agrobusiness*, *Semana Fashion*, *pizza gigante... delivery*; em menor quantidade com outros idiomas, como o francês, espanhol e outros menos votados. Vejamos, de um apenas anúncio de apartamento (este tem a raiz *part*, de *pars-partis*, latim: parte, porção) em que o comprador se embarafusta numa algaravia de estrangeirismos: quarto com *suíte* (francês), *home office* (inglês), *espaço gourmet* (francês), varanda com *advanced kitchen* (inglês), *sauna* (do finlandês!), *quadra de squash* (inglês), *hall* (inglês), *executive golf*

com *driving range*, *putting green*, espaço *kids*, amplo *living* (inglês), *garage band* (francês e inglês), pista de *cooper* (inglês), *fitness center* (inglês e grego/latim), mas empregado largamente como se inglês). Para completar, o nome do edifício é *Ville* de Tal (francês) no bairro *Sion* (hebraico). Ou *Ville Babel*? Seja *Top Babel*, como outro é *Top Green*! Fora o *stand* de vendas. Coisa de maluco. *Fox-trot* do *mad gringo*. Eta-ferro! Ufa! Mas o comprador vai-se sentir valorizado, envaidecido, respeitado, comprando um *big* apartamento em New Iorque defrente do *Central Park*. Esse *Central e Park* saíram também do latim, gente!

Outra curiosa e hilariante ilustração de nossa necessidade de afirmação com fumaças de grandeza e sabedoria foi a de um proprietário de boteco, em Divinópolis, há alguns anos. Mandou grafar placa do estabelecimento em letras vermelhas e azuis: *Kings of Bar...* (sem o apóstrofo. Com ele, seria a glória!). Ou ranço duma doença hereditária?

Tente transcrever orientações em quatro línguas, em caixa de “disquette”, esses de micros computadores, comercializados também aqui; confirmamos apenas no item Fungo: “*Fungus resistant media* / “*Support résistant à la moisissure*” / “*Medio resistente a hongos*” / “*Mídia resistente a fungos*”. Este escrito (traduzido) em português... e ainda com o plural latino.

Só nós destruimos o “mídia” latino. O inglês usa *media* integral, o francês, *support*, o espanhol, *medio*, e nós... Ampliando este pretexto por outro lado: Você já conferiu como nossas emissoras, principalmente de rádio, não divulgam, há tempos, canções de feição latino-americanas? Muito se escutou, se cantou, se dançou nestas plagas, guarânias, tangos argentinos, boleros mexicanos e outros. E não faz tanto tempo assim. Gerações mais recentes sequer ouviram esses ritmos. Vez por outra, tocam em rádio uma canção italiana, francesa, e pronto. Mais legal é engolir e ruminar o impingido de modo geral lixo, e descartável (ainda bem), principalmente música popular. Tirante a erudita, composições de outro país não conseguem, aqui, a menor oportunidade. Contam-se nos dedos da mão direita jovens brasileiros que conhecem Noel Rosa, Pixinguinha, Nelson Cavaquinho, Ari Barroso, até mesmo Tom Jobim, Chico Buarque, Paulo Vanzolini, além de outros ótimos compositores e

intérpretes mais recentes e atuais, para citar apenas uns dos inúmeros que temos de invejável qualidade. É fácilimo conferir.

Pensar cansa. Sentir? A gente aqui quer é barulho, zoar... E haja funque, regue e o escambau da zoeira.

Na Literatura, escritores de qualidade andam de pires na mão com as editoras. Pouquíssimos lidos, os latinos são por vezes divulgados e publicados entre nós. Mas, pelos altos preços dos livros e a falta absoluta de divulgação inteligente das editoras, são impossíveis para quase todos os bolsos. As publicações britânicas e estadunidenses, de duvidosa qualidade e graças a pesadas promoções nos meios conseguem boas vendagens e são consumidas ainda nas telas de cinema. É bom que se diga: escritores tupiniquins de prosa de ficção, modo geral, precisam criar textos interessantes, típicos, de ação, em que a vida atue sem psicologismos opacos e insossos. No mais, nos produtos da criatividade artística, e nos demais consumismos, não temos escapatória.

Já vivemos tempo em que o francês imperava nestas plagas brasílicas, onde o céu era mais azul... Até quase metade do século passado, a cultura francesa, notadamente em aspectos linguísticos, não nos agredia, nem nos desmerecia ou descartava no concerto das nações, porque as expressões tinha a mesma origem. O francês é irmão do português. Mesmo assim, francesismos, vocabulares ou frasais, eram evitados, em vista do apreço que gerações passadas nutriam pelo Idioma Nacional.

Vale lembrar, quanto a esta questão, uma afirmação atribuída a Gilberto Amado, escritor, jurista, jornalista, político, diplomata, que teria dito: "Uma rua de Paris é um rio que vem da Grécia." A língua de François Villon e de Molière deve ter sido destronada aqui no Brasil, quando o inglês começou a imperar, principalmente a partir das projeções do cinema californiano. Foi este o grande propagador e propulsor de novidades que até hoje forcejamos por arremedar nas mais diferentes atividades e comportamentos. O gênio de Noel Rosa transfigurou isso no samba *Cinema falado*. Monteiro Lobato, brasileiríssimo, registra, nos primeiros anos do século passado, a transição do francês para o inglês em *Literatura do Minarete*. Ali, ele ainda registra, entre outros, termos ingleses, importados da Inglaterra e já aportuguesados, como bola (*ball*),

chute (só no som). Será interessante e ilustrativo conferir outros exemplos naquele escritor.

IMPORTAR IMPORTA

Importar e degustar, sim, manifestações artísticas estrangeiras, sem xenofobismos rasteiros. Todas as culturas fazem isso. Mas, entre nós, que seja com a consciência crítica de sua qualidade, e praticabilidade de adaptação ao que temos criado aqui e decantado pelos séculos. É, assim, sempre salutar. Nenhum falante de determinado idioma precisa conhecer a etimologia e origem dos termos que articula no ato de sua comunicação, falada ou escrita. Mas, importa conhecer noções básicas da história de seu sistema linguístico e suas variadas aplicações em plateias específicas. Nosso sistema é oficial, isto é, de manifestação formal definida, queiramos ou não. Assim deve ser com o comunicador brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, de rádio, jornal, revista, propaganda, televisão, tribunal de júri, sala de aula, púlpito de igreja, meios oficiais de informação, por aí fora. Imaginemos cada um dos profissionais em Comunicação tratando a língua nacional do jeito que bem entender, como, aliás, procede a maioria desses! A latinidade é a raiz, a seiva, as flores e os frutos de nossa cultura e conta, para sobreviver a novas primaveras, com nossa atenção de herdeiros conscientes e responsáveis. Um profissional da palavra tem dever legal e de cidadania com o que transmite, falando ou escrevendo, para pequena ou grande plateia. Um profissional ignorante disso será um marginal nas estradas esburacadas da cultura que ele representa.

Somos os continuadores de uma cultura positivamente marcante no planeta, construída desde as plagas do Latium, na Península Itálica, a Língua Latina.

A maioria dos publicitários brasileiros parece desconhecer esta verdade.

Damos um prêmio a quem detectar, em dez anúncios produzidos por agências de publicidade, nove que não apresentem alguma agressão à linguagem. E isso desanda de cima para baixo. A emissora de rádio do governo federal comete os mais declarados barbarismos, agressões à

língua padrão. Vamo-nos empobrecendo desabaladamente na descida destrambelhada da linguagem nacional, e perdendo nosso caráter cultural.

O latim foi, há muito tempo, banido das escolas brasileiras! Pode ser estudado somente em Curso de Letras Neolatinas. No mínimo, seu estudo ajudava a pensar com algum discernimento, a apurar a memória. Como a mocidade terá informações básicas de que o idioma dele é o latim atualizado no português? E como desejar que as recentes e futuras gerações tenham noções e práticas de haveres e deveres com suas heranças culturais, se, na essência, mal ou nada conhecem delas? Que língua eu falo? De onde veio isso e aquilo? Que dança é essa? Essa música não toca no rádio... Somos levados, por técnicas aprimoradas, a tudo consumir de descartável, até nossa pessoal consciência crítica da realidade circundante. Usou uma vez, acabou; jogue fora: amanhã tem mais...

Alguns poderão objetar que enfrentamos males maiores e precisamos da sua imediata solução, como o comércio e o uso indiscriminado de drogas entorpecentes e seus perniciosíssimos efeitos, destruindo a mocidade e suas famílias; fome endêmica, doenças idem, ladroeira e assassinatos em expansão, impunidade generalizada até de detentores de poderes políticos, financeiros, entre muitos. E nossa ingratidão para com os animais, incluindo desmatamento e queima de seus ambientes? As imundícies da indústria e agropecuária na água, no ar e na terra, e outras mazelas que inventamos e praticamos por ignorância e ganância? Agimos como se o futuro da vida acabará na meia hora seguinte. São outros sintomas de um desinteresse geral pelo Brasil e, por extensão, pelo Planeta. E o crime organizado se alastrando e tomando conta dos cidadãos.

A estrada é longa, pedregosa, sinuosa, íngreme, mas pode ser reformada. Melhor, pede para ser reformada.

O Rádio ainda é o grande veículo de informação de massa e é dos principais detratores da Língua Pátria. Escutando o noticiário você pode ouvir um sem-fim de atropelamentos da linguagem. Envergonha, quando jornalistas esportivos entrevistam jogadores de futebol de países vizinhos e irmãos, em espanhol, aqui dentro de nossos verdes gramados, para mostrar sabedoria. Estropiam a língua de Cervantes e de García Lorca, e,

na maior cara-de-pau, se ufanam do feito glorioso, e saem elogiados por seus diretores e editores pelo heroísmo jornalístico... Recentemente, um governador de estado saudou participantes de um acontecimento internacional, aqui no Brasil... em espanhol! Durma com um barulho desses!?!

Com a velocidade atual dos veículos de informação (ou mídia?), as línguas resistirão até não se sabe quando. Mas, aqui, agora, tenhamos a dignidade de não enfeiar a nossa indefesa e ainda bela “Última Flor do Lácio”. Temos o direito à herança da Língua Portuguesa com obrigação imprescindível de preservá-la para as gerações presentes e futuras.

Vamos conhecer, admirar línguas outras e suas culturas; aproveitar delas o que nos complete e encante. Não vivemos isolados neste Planeta com sua diversificada geografia, clima, cultura, cor de pele e o mais. Ignorar isso sempre será pernicioso por inconsequente.

Por outro lado, sempre vale repetir: é perdendo o conhecimento da língua pátria que um povo perde seu passado, nas suas mais autênticas manifestações e, por fim, sua dignidade pessoal e coletiva.

O PORTUGUÊS EM FIM?

Continua oportuna a preocupação com advertência do jornalista Otacílio Lage em artigo publicado no *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, há algum tempo: “Aqui, o português está sendo negligenciado, e só os tolos acham que podem aprender o inglês, espanhol, italiano, russo, mandarim ou qualquer outro idioma, ignorando o nosso. Não vão sair do lugar.”

Ainda resta uma esperança antes de jogar de vez essa manchada e esfarrapada toalha da inteligência brasileira: proporcionar livros e mais livros gratuitos com campanhas maciças de motivar sua (não a) leitura e comercialização a preços compatíveis com o bolso do trabalhador.

Precisamos de publicações de qualidade, mesmo que sem ilustração (nada contra desenhistas); a imaginação será mais aguçada. Texto é uma coisa; desenho, outra. Livros, em papel de jornal ou reciclado, pelo preço mais em conta. Os indicados para leitura em escolas de primeiro grau,

reparem, são coloridos, em papel cuchê, lindos, mas impossíveis de comprar por pais de salário mínimo. Melhor como queria o jovem poeta Castro Alves: “Bendito o que semeia livros, livros à mão-cheia, e manda o povo pensar... O livro caindo na alma é germe que faz a palma, é chuva que faz o mar.”

Quem lê qualquer texto de algum valor pensará melhor, conscientemente liberto, orgulhoso do idioma que o liga a seu torrão natal, seu clima, sua paisagem, suas crenças, sua arte a seus compatriotas e aos demais do Planeta Terra. Terá meios (ou mídios?) para obter mais recursos para sua sobrevivência com humana dignidade. Quem lê, estuda; quem estuda, lê mais.

Vivemos dias de esperanças e esforços por renovações. Há muito que fazer: começemos já. Leitura, mesmo que tardia. Quantos adultos jamais leram um livro, nem o *Jeca Tatu*, de nosso Lobato...

Se imensa cópia de colegas da Comunicação, de cotovelos calejados na janela que abriram pela metade, se esclerosou intelectual e linguisticamente, que, então, os comunicadores (jornalistas, professores e outros da área), salvados do fogo sodomítico da ignorância, batalhem pelo aprimoramento do ensino e educação da infância e da juventude. Encontraremos moças e moços conscientes, competentes e ativos. Vamos lá com eles! E com a decisão de obstinados, que, do outro lado, os meios de informação (ou mídia?) forcejam para alienar a todas e a todos.

E os professores de Português, aqui no Brasil, onde estão? Nalguma galáxia fora de nosso sistema linguístico? E os cursos de Letras Neolatinas, de Jornalismo, de Direito, de Publicidade? E as instituições culturais espalhadas pelo território brasileiro? E o Ministério da Cultura? Não se movimentam?

Dispomos de recursos de divulgação para desencadear campanhas, festivais, concursos, celebrações regulares que avivam a atenção da mocidade para o valor que representa a Língua Portuguesa em sua formação intelectual, cultural e emocional. É só querer; e para querer é preciso, antes, entender; e, entendendo, amar.

O Português é patrimônio cultural; representa nossos modos de ser, estar, agir e sentir; e nos distingue no concerto das nações. Exige de quem

o divulga rigorosa e serena consciência crítica, respeito e responsabilidade para com as gerações passadas, atuais e futuras, distantes dessa verdadeira inversão imperialista sobre o território nacional.



Noturno do Edifício Maletta

*Ricardo Teixeira de Salles**

“Essas frases são matizes de figuras, precisamente porque ficam suspensas: elas dizem o sentimento, depois param, cumprem seu papel.”

Roland Barthes

O ÍNDIO

Jonas, que morava sozinho com o pai, Apolinário, num pequeno apartamento do décimo andar do Edifício Maletta, era um adolescente de imaginação sempre em ebulição. Jonas dormia pouco, mas sonhava muito. Certa noite Jonas sonhou que era o índio Japuri, virgem de gasolinas, buzinas, asfaltos e sobressaltos urbanos. Um índio honestamente amazônico. Um índio que sabia dominar muiúnas (redemoinhos) como nenhum outro índio. Lá, além de peixes, ele pescava aquilo que os homens civilizados achavam que eram besteiras ou esquisitices: a formação crítica da natureza, a legítima beleza transcendental do voo dos pássaros, silêncios apaziguadores, as forças da potência humana sem nunca precisar praticar o mau combate, ausência de lágrimas e da sinistra comercialização de tudo. Jamais alguém, imbuído

* Escritor, artista plástico.

de ruindade, chegava perto de Japuri. No que ele se transformou num radiante sol. Jonas, infelizmente, acordou. Seria o sonho, o devaneio, uma teia tecida pela imaginação? Ou seria o sonho fuga das tempestuosas imoralidades do tempo presente? Segundo Bachelar, “as boas coisas, as coisas suaves se oferecem em toda a sua inocência ao sonhador inocente.” Que assim seja!

OBSESSÃO

Artêmio, um dos mais antigos moradores do Edifício Maletta, havia brigado e despedido seu anjo da guarda, sem aviso prévio. O anjo se recusava a acompanhar Artêmio nos inúmeros bares que ele frequentava diariamente. Já meio perdido entre os esburacados labirintos do alcoolismo, resmungava sem parar, caminhando pelos corredores do prédio: “Não espero. Não procuro. Não desejo. O olhar dos outros que me persegue. Espero, procuro e desejo o silêncio que de todos absorvo e com ele me faço e vivo. Para transfazer em esquecimento as incompreensões, troços e agruras que me legaram por destino.”

O VISIONÁRIO

Sem loucura aparente, Ângelo, morador do oitavo andar, requisitou a lua das luas e quedou-se às brisas revolvendo os canteiros históricos da sórdida desordem dos dias. E, na intensidade dos fatos observados por ele, fatos que ainda podem fazer sentido, especialmente entre os homens que acreditavam na existência das palavras respeito e bondade, Ângelo encontrou a premissa primeira: construir a casa da razão e da consciência, para abrigar a humanidade inteira.

JANJÃO

Janjão caminha transpirando alegria que ele, ao entardecer, e às raias da esquizofrenia, deixa transparecer entre os corredores do Maletta. Dizem, nas dependências do prédio, que Janjão, incansável e intransigente,

herdeiro de Policarpo Quaresma, pretende convocar os moradores, acreditando encontrar em todos os vizinhos um pronto exemplo de civismo, para um curso de iniciação às práticas diárias de novas formas nacionais do viver decente.

“E quem se importa ou vai lá?” perguntam-se todos.

COMPLEXOS

A mãe idosa e o filho zureta procuram nos olhos do espírito daqueles que cruzam com eles, um mísero olhar de atenção humana. São constantes as idas que os dois, sempre juntos, fazem à farmácia, à casa lotérica, ao caixa eletrônico e à padaria. Andanças que eles parecem insinuar, nas passagens de circulação do Maletta, como importantíssimas.

E todos aqueles que cruzam pelos dois os olham, sem nenhuma razão, com profundo e descarado desdém. Mãe e filho, ao usarem os mesmos elevadores de seus vizinhos, abaixam o rosto, com medo de encará-los, como se eles fossem seus presumíveis mestres ou senhores, ou como se tivessem uma inevitável dependência deles. Assim, recolhem-se todos os dias ao pequeno apartamento em que vivem no sétimo andar, transformado num frio asilo de silêncios. Em meio a uma turbulenta escuridão.

REPOUSO DO GUERREIRO

Exaurido pelo enorme dispêndio de energias, Arnaldo, que é bailarino profissional, finalmente deixou de lado, naquele dia, as vertiginosas ações do corpo e dorme desmaia/da/mente. No quarto e sala onde vive e amadurece no Edifício Maletta, anjos, aparentados com a Deusa Terpsicore, guardiões das artes do movimento, espreitam em vigília ardorosa. Amorosa, mesmo.

As paredes nuas se retesam aflitas sobre o corpo suado e arfante na cama, atentas ao universo emocional dos entressonhos, próprios de quem dança, enquanto paixão, esforço e entrega.

No minúsculo banheiro, as malhas de Arnaldo, de molho no bidê,

depois de um exaustivo dia de contínuos ensaios, meditam, também se relaxando, cúmplices do ritmo e da ígnea obstinação que é dançar.

INSÔNIA

Num dos apartamentos do fundo do corredor do oitavo andar, um casal, muito antigo no tempo da vida, finge dormir. De vez em quando murmuram palavras queixosas sobre a difícil sobrevivência, dia a dia, na acidez das ruas. Olhos pregados no teto repleto de lástimas, os dois suplicam por uma fuga através do sono.

O casal escuta um dos elevadores do prédio estremecer, subindo com um grupo de incubos. Os demônios cochicham e transportam numa refinada arapuca social, o exangue fôlego da cidadania, uma vez que os homens perderam seus destinos de homens de bem. Vivendo para uma cobiça insensata, todos haviam fugido da casa da consciência para nunca mais voltar.

As mulheres mais velhas do prédio, distribuídas nos penumbrosos apartamentos do Maletta, acordam suando frio, entrechocando as enormes dentaduras da aflição e do arrependimento. Muito tarde. Afinal, Kafka já havia preconizado: *“A esperança existe em abundância, mas nem um pouco destina-se a nós”*.

A ESCADA

Sentados na escura escada do preconceito, da rebeldia e da incompreensão, entre o oitavo e o nono andar, Lola, Frisa e Teca, nomes de guerra e garra para a noite muita doida, e para a marra diurna, cochicham piadinhas, entre risos histéricos e neurastenias explícitas. Os rapazes bebem diretamente nos gargalos da violência e do aviltamento, dopando-se de horrores e pânicos. Esperam pelas ruas da madrugada, esvaziada de humanidade, para o cotidiano das mais execráveis loucuras: ganhar a vida perdendo seus corpos.

A NOITE

Os melhores risos noturnos foram sucateados e vendidos no mercado dos despautérios. As estrelas nos céus da *Cantina do Lucas* dançam, inutilmente, para acalantar os desesperados da vida que, nas entranhas do Maletta, regidos pelo fantasma de Seu Olímpio, já não dizem coisa com coisa.

Destituída de seus melhores valores, a insensata noite atira-se do alto da madrugada sobre a sombra mais triste, entrevista na Rua da Bahia.

O PREGO

Lupicínio tinha uma pequena oficina de marcenaria no fundo do andar térreo do Maletta. “É só reparar na calma do martelo, posto em sossego, para sabermos que nada existe de maior importância além do prego”, vaticinou Lupicínio, que era mestre em encaixotar nuvens. Num domingo de céu completamente azul, por estas razões que alegam plenamente a vida, o filho caçula de Lupicínio, Asdroaldo, abriu as torneiras do horizonte, irrigando de temperança as populações enfurecidas. De norte a sul.

ÀS QUINTAS-FEIRAS

Ivanilda, do nono andar, desgrenha-se toda quinta-feira, para uivar entre as onze horas e meia-noite. Toda quinta-feira à noite, Ivanilda acha que morreu. Sem nunca ter sabido quem foi Hemingway, nem ter vivido em Nova Iorque nos anos sessenta, quando o escritor deu um tiro no próprio queixo, Ivanilda pergunta, entre uivos, obsessivamente, em torno da meia-noite: “Por Quem os Sinos Dobram, Ernesto?”

No dia seguinte, Ivanilda acorda ainda mais desorientada, empapada de pavores, silêncios e interrogações.

OS AMIGOS

Venceslau e Jonas, o sonhador, eram amigos e vizinhos de porta. Os dois eram tidos, pelo pessoal do Maletta, como visionários e habitantes do mundo da lua. Assim, sonhando com as vindimas da compreensão, fraudadas as experiências positivas, Venceslau pegou o jornal, mergulhando nos pequenos anúncios com redobrada atenção. Finalmente localizou o lugar onde executavam o matrimônio das dialéticas. E pôde, então, interpretar com sua flauta de afinações históricas o tema das dualidades e respectivas variações dos contrários: a vida.

UMA QUESTÃO

Tibiriçá vestiu-se caprichosamente com os ares da noite. Diante de sua imagem no espelho, esboçada com as linhas da meia-idade, entre vaidoso e insinuante perguntou: “Com quantos paus se faz uma canoa para viajarmos nos rios da sacanagem conjugada a dois?” “Depende da profundidade das águas e da confluência do tempo para que elas engendrem o pulsar das luzes do organismo erótico”, respondeu o espelho.

“Seja lá o que isto signifique, vamos em frente. A gloriosa mulherada nos espera”, concluiu Tibiriçá, com uma expressão marota e cínica, saindo do Edifício Maletta e ganhando as ruas da cidade.

O INCÊNDIO

Dermeval continuava equilibrando-se nos arames de sua própria indignação, desconfiado, como bom mineiro, dos tempos atuais conduzidos irresponsavelmente pelos homens. No fim da tarde abriu a janela da frente de seu AP, no último andar do Maletta, virou-se para os lados do Parque Municipal e, sabendo que estava apreciando um dos maiores e mais desbragados espetáculos da terra, agitado e alegre, ao mesmo tempo, ficou olhando atentamente o horizonte. Sorrindo e esfregando as mãos, contemplava o enorme circo da vida pegando fogo.

NO PÁTIO DA LOUCURA

Paulo P. era repórter e tinha sido enviado aquela manhã a um Manicômio Judiciário para fazer uma reportagem. Durante a visita fez anotações sobre o que via e o que lhe contavam. De volta ao Maletta, onde morava, começou a reler seus apontamentos para realizar a redação do trabalho. Ele tinha escrito: *“Os loucos fazem caminhadas errantes, perdidos nos pátios da eternidade desconexa do existir. Os loucos são passageiros de uma viagem desumana, que busca uma terra improvável, onde possam desembarcar e existir. Não desembarcarão.”*

“Os loucos não sabem de onde vêm ou para onde vão, e tudo o que sabem suportar (em vão) é a fantasmagoria do fenômeno patológico imbatível. Aqui, nesta casa do medo, condena-se o homem a suportar para sempre o que ninguém poderá suportar. Aqui, nesta casa, o grande Heleno de Freitas morreu, comendo fezes. Aqui, o que é, simplesmente não é, conforme nos explicou a Doutora Eulália.”

Do olho direito de Paulo P. escorre uma incontida e dolorosa lágrima. Em seguida, rasga suas anotações e deita-se na cama, olhando fixo para o teto, o resto da tarde.

A MENDIGA

Ela passa todos os dias em frente da porta principal do Maletta, para por alguns segundos, olha para a rampa de acesso ao prédio e prossegue pela voragem do dia vivendo o inefável no olho da rua. Desponta em sua face impregnada de fuligem uma altivez indecifrada e, nas esquinas do andalongo, resgata recordações transtornadas: a hoste, o ríspido, o fero.

Em suas mãos sem aceno vislumbra-se a interrogação de um pássaro cego. No âmbito das distâncias, com seu corpo quase súprimido da realidade, depois das esmolas e sobras de comida, ela crava fundo o incerto e o fugídio.

MULHER QUERIDA

Entre as crianças, Marivalda era a mais viva e áacre. Entre as jovens, a mais sabida. Ao entrar na puberdade, sobressaía-se ao opinar sobre as razões do sexo e o caráter distorcido dos homens. Nos rumos da meia-idade, serena, Marivalda esbanjava certezas e, pelos fatos ocorridos em desgraça, jamais entrou nos buracos do medo e da covardia. Cultivou, junto aos mais velhos, seus contemporâneos, canteiros da vida serena e respeito ao próximo. Quando todos morreram, Marivalda mudou-se para o Maletta e começou tudo outra vez,

METAMORFOSE

No tétrico quarto em que Odorico mora, entre inúmeras naturezas-mortas, as mixórdias de seu passado se reviram nos ares, embaladas pela luz raquítica que se esvai lentamente entre os dedos do entardecer. Tristonho, ele assiste à transformação dos objetos – murmurantes vozes estrangeiras se fazem ouvir – penetrando no que transcorre entre as vias mínimas do exíguo apartamento. Insetos passam, em trânsito intenso. Transviada de Praga, a noite chega fantástica para a jornada da metamorfose.

O POETA SONHA

Corpos tatuados pelas agulhas da vaidade vagam no breu da noite, que a cidade gangrenou. O poeta sonha com sua família, na cidade interiorana, desfraldando, nos varais da crença, as luzes do fazer e vencer. Que todos, naquela sua família, acreditam que assim deva ser feito, com empenho e raça.

Longe ficam os campos, as tréguas, os aromas, as noites estreladas, os auspícios do amanhecer, os compassos cósmicos da paciência de onde veio o poeta para os Malettas da vida. E, aqui, procurar lapidar as pedras de um novo tempo. Na esperança do que possa existir de bom além dos muros imediatos da cidade, onde talvez se encontre a evidência de um mundo onde o exercício social for praticado sem ofensa alguma ao bom senso e à razão humana.

Rio São Francisco – fatos e palavras que o definem

Zanoni Neves*

Introdução

Pesquisas históricas têm revelado a importância econômica e geopolítica do Rio São Francisco para Minas Gerais e para a sociedade brasileira desde o período colonial.

Grandes pensadores elaboraram apostos e epítetos que revelam sua importância para o Brasil-nação. Mas, do período colonial à República, fatos relevantes, pouco conhecidos dos estudiosos, ocorreram a bordo de barcas e vapores, ao longo dos 1.371 km que fazem a ligação entre Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, no percurso de Pirapora – MG a Juazeiro – BA / Petrolina – PE.

Com este artigo, estamos ampliando nossos estudos iniciados em obras anteriormente publicadas. (Neves, 2009, p. 41, 51 e 127; Neves, 2011, Cap. IV)

Apostos e epítetos

Em sua grande obra *Os sertões*, Euclides da Cunha (1866-1909) referiu-se à importância histórico-geográfica do Rio São Francisco como “unificador étnico” e “longo traço de união entre as duas sociedades que

* Historiador, pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Autor dos livros *Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco* e *Rio São Francisco – História, navegação e cultura*.

não se conheciam (*o Sudeste e o Nordeste*)”, considerando-o “o cerne vigoroso da nossa nacionalidade”. (Cunha, 1982, p. 81)

No livro *História do Brasil*, João Ribeiro (1860-1934) qualificou-o como “o grande caminho da civilização brasileira”. (1954, p. 137) Na capa de seu livro, o Professor Orlando Carvalho apresenta outra qualificação para a grande artéria fluvial: “O rio da unidade nacional”. (Carvalho, 1937)

Ao observar atentamente a posição geográfica do São Francisco, que, partindo de terras férteis em Minas Gerais, vai irrigar terras áridas do Nordeste, Rubens R. Santos classificou-o como “rio missionário” (1962) que, à semelhança do Santo de Assis, cumpre a missão de redimir a vida de pobres e deserdados numa grande região brasileira.

O Velho Chico assumiu, de fato, uma “grande importância histórica” conforme escreveu Capistrano de Abreu, pesquisando documentos do período colonial. (2000, p. 34)

Ao longo de toda a sua história, inclusive durante a República, foi cenário de grandes acontecimentos, que serão comentados no próximo segmento.

Caminho de grandes personagens

Um relato anônimo dos anos 1740 revela-nos que Frei Manuel da Cruz partiu do Maranhão com destino às Minas Gerais para tomar posse como o primeiro titular do Bispado de Mariana (MG). Dom Manuel e sua comitiva viajaram até Manga do Rio Grande, localidade situada na embocadura do Rio Preto – um dos afluentes do Rio Grande. Em seguida, tomaram duas barcas e singraram as águas deste rio até sua confluência com o São Francisco [Ávila (Org.), 1967, p. 371], onde já havia uma povoação então pertencente à província de Pernambuco: Barra, sede do município pertencente ao Estado da Bahia nos dias atuais. De lá, o bispo seguiu viagem, Rio São Francisco acima, com destino à freguesia da barra do Rio das Velhas (atual Guaicuí) na província de Minas Gerais. A comitiva continuou ocupando duas barcas, conduzidas provavelmente por um “mestre” (piloto) e remeiros experientes em navegação ao longo

do grande rio, pois não se registrou acidente na viagem, salvo um contratempo em Carinhanha. Na barra do Rio das Velhas contratou-se “nova equipagem, que naquele lugar era necessária para se concluir a derrota” conforme o relato histórico. [Ávila (Org.), 1967, p. 379] Portanto, para concluir o percurso anteriormente planejado, Dom Manuel seguiu pelo Rio das Velhas, com destino a Sabará. A “nova equipagem”, formada por um mestre e alguns remeiros, certamente conhecia o acidentado curso daquele afluente do Rio São Francisco. De Sabará, o novo bispo partiu para Mariana por via terrestre.

A viagem de Dom Manuel e sua posse no novo bispado devem ser observadas no contexto da economia aurífera em expansão, na qual se inscreve o fenômeno da urbanização. O desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana pertence a esse processo histórico. Pode-se inferir também que o Rio São Francisco já era um “grande caminho” a colocar em comunicação o interior brasileiro.

Em seu livro de memórias *Uma vida e muitas lutas*, Juarez Távora relata sua passagem pelo Vale do São Francisco em 1925, sobretudo suas andanças pelos afluentes Urucuia, Pardo, Pandeiros e Carinhanha como integrante da Coluna Prestes. (Távora, 1973, p. 185) No município de São Romão – MG e à margem do São Francisco, a Divisão Revolucionária enfrenta um batalhão da polícia baiana em duas escaramuças. (Távora, 1973, p. 186) Em seguida, os “revoltosos” – como eram identificados pelos povos são-franciscanos – batem em retirada para o sertão de Goiás.

Em 1930, Juarez Távora retornou clandestino à região com “o nome falso de Olavo Silva, agrônomo paranaense”. Em Pirapora, seguiu viagem para o Nordeste, a bordo do vapor *Antônio Moniz*, desembarcando em Juazeiro – BA, de onde prosseguiu em fuga para Salvador por via férrea. (Távora, 1973, p. 254-259)

O movimento tenentista, do qual Juarez Távora tornou-se um personagem de destaque, foi o braço armado do movimento revolucionário de 1930 que desbancou do poder a oligarquia tradicional e fez emergir novas classes sociais no cenário político brasileiro. Depois daquela data, ascenderam ao poder “os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” conforme Boris Fausto

em seu livro *História concisa do Brasil*. (Fausto, 2001, p. 182). Mas houve também alianças entre os novos atores e setores das velhas oligarquias, cujo poder, entretanto, tornou-se mais limitado. O desarmamento dos “coronéis”, por exemplo, ocorreu depois de 1930, sobretudo no Vale do São Francisco.

Em vista dos ataques de submarinos a navios na costa brasileira durante a segunda guerra mundial, o Rio São Francisco com seus “gaiolas” tornou-se a via natural de comunicação entre as regiões Sudeste e Nordeste. A bordo dos vapores, transitaram passageiros e cargas que antes utilizavam preferencialmente a navegação costeira. Em 1944, “pracinhas” da Força Expedicionária Brasileira chegaram a Pirapora nos vagões da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil e desceram o São Francisco até Juazeiro para se contrapor à tirania nazifascista. (1) Ocuparam o litoral do Nordeste com o objetivo de preservar a soberania nacional diante da ameaça externa.

Vale ressaltar essa função sociopolítica desempenhada pelos “gaiolas” durante a guerra: viabilizar a luta dos jovens soldados pela liberdade. Em 1945, caem os regimes totalitários na Europa e também no Brasil com o fim da ditadura de Getúlio Vargas.

Preso político durante o Estado Novo, o escritor Jorge Amado ganhou a liberdade no fim da ditadura de Vargas, sob a condição de deixar o Rio de Janeiro em oito dias. Sem dinheiro para retornar à sua Bahia, conseguiu, por intermédio de Aníbal Machado, uma passagem de graça para viajar de Pirapora a Juazeiro. “(...) a idéia de navegar o São Francisco me encanta. Dessa viagem irá nascer *Seara Vermelha*, romance que escrevi em 1946”, conforme depoimento em seu livro de memórias *Navegação de cabotagem*. (Amado, 2006, p. 249) *Seara Vermelha* é a obra do grande escritor baiano, que aborda a vida de retirantes nordestinos, tangidos pela seca e pelo latifúndio, que transitavam pelo Rio São Francisco a bordo dos “gaiolas”, com destino à região Sudeste. (Amado, 1969, p. 130 passim). Segundo informação de vapozeiros (tripulantes de vapor) em Pirapora, a viagem de Amado teria sido a bordo do vapor “Otávio Carneiro”, da CIVP – Companhia Indústria e Viação de Pirapora. (2).

Conclusão

O Rio São Francisco foi cenário de fatos relevantes para a história regional e nacional. Esteve presente nos escritos de grandes autores que engrandeceram as letras brasileiras.

Os fatos históricos aqui narrados, e outros, não comentados neste artigo, pertencem a processos históricos fundamentais para Minas e para o Brasil-nação.

Os epítetos e apostos que qualificam o grande rio não são meros exercícios de retórica. Foram elaborados por pensadores que atentamente se debruçaram sobre a história pátria.

Assim, justifica-se que, nos dias atuais, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento deem continuação à tarefa de refletir mais detidamente sobre a história regional e, especificamente, sobre a cultura e a vida social de comunidades ribeirinhas, sem perderem de vista a contextualização que, no passado, apontou o Rio São Francisco como fundamental para a constituição da nacionalidade brasileira.

Notas 1 e 2

INFORMAÇÃO prestada pelo Comandante Joaquim Borges das Neves, nascido em 1906, funcionário da FRANAVE – Companhia de Navegação do Rio São Francisco em Pirapora – MG, 1976.

Ibidem, idem.

Referências bibliográficas por ordem de citação

NEVES, Zanoni. *Rio São Francisco – História, navegação e cultura*. Juiz de Fora; Ed. UFJF, 2009.

NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco*. 2^a. ed., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 15^a. edição, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.

CARVALHO, Orlando M. *O rio da unidade nacional: o São Francisco*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

SANTOS, Rubens R. dos. “S. Francisco – Rio missionário”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: edição de 18 de setembro de 1959. (Apud: *Revista Academus*. São Paulo: Ano IV, nº 12, 1^o. trimestre de 1962, p. 22)

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. São Paulo: Publifolha; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

ÁVILA, Affonso (Org.). *Resíduos seiscentistas em Minas*. Belo Horizonte: UFMG / Centro de Estudos Mineiros, Vol. 2.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973, 1^o. Vol.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.





Encontros com Paulo Emílio

*Paulo Augusto Gomes**

Todo verdadeiro crítico de cinema, ao publicar seu primeiro texto, já terá lido muitos outros colegas. Na verdade, são eles que balizam seu pensamento, fazem-no ver e entender filmes, movimentos históricos, escolas, gêneros. São esses irmãos mais velhos que lhe mostram os caminhos do verdadeiro cinema, surgindo daí uma afinidade que se estenderá por muitos anos, senão por toda a vida. Como corolário, virão amizades que marcarão uma existência.

Tendo militado na crítica por tanto tempo, não sou exceção a essa regra. Encontrei grandes nomes com cuja escrita logo me familiarizei e que passei a admirar. Colegas como Mário Alves Coutinho, Geraldo Veloso, Ronaldo de Noronha e Ricardo Gomes Leite me influenciaram de saída: eu os lia nos jornais de Belo Horizonte e fui logo estendendo minhas leituras a nomes de gerações anteriores, que muitas vezes eu encontrava como editores de cadernos de espetáculo ou como cineastas, exercendo na prática tudo o que haviam aprendido antes. Gente como Maurício Gomes Leite, Carlos Alberto Prates Correia e José Haroldo Pereira exemplificam o que digo: eu colecionava as páginas em que escreviam, tendo muitos deles já se mudado para centros maiores, Rio de Janeiro ou São Paulo. Alguns até eram dessas cidades, o que fazia com que eu, em viagem a alguma delas, buscasse contato com eles.

* Cineasta, membro do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro.

Se, em Minas, eu estava atento ao que Cyro Siqueira, Jacques do Prado Brandão ou Fritz Teixeira de Salles publicavam, no Rio eu lia Moniz Vianna e Salvyano Cavalcanti de Paiva (pois meu pai assinava o *Correio da Manhã*, em que ambos escreviam), e em São Paulo, Paulo Emílio Salles Gomes, cujos textos saíam no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*. E se exigissem de mim uma definição quanto aos nomes que me formaram teoricamente em termos de cinema, eu teria que lembrar três como os maiores e melhores que já li: o francês André Bazin, mestre de Godard e Truffaut, autor de livros fundamentais sobre Orson Welles e Jean Renoir, cujos ensaios eu não acompanhei nos *Cahiers du Cinéma*, pois era um garoto à época em que, jovem, ele faleceu. Um segundo nome apareceu mais tarde em minha vida: o inglês Robin Wood, especialista em Hawks e Hitchcock, dono de um texto brilhante e de uma argumentação imbatível, da qual procurava sempre eliminar todo ranço de subjetivismo.

E havia um terceiro, brasileiro: Paulo Emílio. Este, tive a honra de conhecer pessoalmente, o que aliás não era algo difícil: ele vinha rotineiramente a Belo Horizonte, em geral convidado pelo Centro de Estudos Cinematográficos (CEC) para uma série de cursos e palestras. Paulo Emílio era muito respeitado e querido, sobretudo porque, de São Paulo, valorizava o que se fazia em outros centros do país. Um de seus artigos chama-se exatamente “Primazia Mineira” e fala do apoio que deveria ser dado à célebre *Revista de Cinema*, criada em Belo Horizonte por Cyro Siqueira e seus colegas fundadores do CEC. Paulo Emílio conclamava a intelectualidade cinematográfica brasileira a esquecer divergências e apoiar aquele esforço mineiro, que vivia uma situação problemática para sua edição. Era uma sumidade, nada vaidoso; ao contrário, fazia questão de não ostentar seu alto conhecimento de cinema em geral. Eu sabia dele, já que havia escrito – em francês – um livro sobre o cineasta Jean Vigo, ao qual os próprios franceses haviam outorgado prêmios, em razão de sua qualidade. Àquela época, eu já sabia de sua obra, embora ainda não a tivesse lido: os filmes de Vigo, até a chegada do DVD, eram raramente exibidos em Belo Horizonte. E eu já sabia também da ação de Paulo Emílio como membro do Centro de

Pesquisadores do Cinema Brasileiro, em busca de filmes perdidos ou na defesa da entidade.

Num primeiro momento, eu levava um susto: aquele homem, de cultura enciclopédica e respeitado pelos maiores nomes europeus (a crítica norte-americana não era muito levada a sério e a inglesa ainda engatinhava), havia decidido abandonar seu lugar de destaque para dar início a uma luta pelo cinema brasileiro, a única que o interessava naquele período. Eu já havia estado com ele durante pelo menos dois Encontros de Pesquisadores (era o nome que se dava ao conclave anual desses interessados), nos quais havia me aproximado de Paulo Emílio, que me recebeu como se eu fosse alguém de grande importância. Assistimos a alguns filmes juntos, feitos em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em um deles, *Phobus, Ministro do Diabo* de Luiz Renato Brescia, rodado em Belo Horizonte, lembro-me de haver feito considerações desabonadoras à obra, que não havia me agradado, ouvindo de Paulo Emílio uma pergunta que me deixou com a pulga atrás da orelha: “Mas você reparou que o ministro do diabo é um professor de filosofia”? Eu não havia dado maior importância a isso, mas a observação me fez reexaminar a questão, percebendo também que *Phobus* ganhava outra dimensão a partir daí. Foi nessa mesma sessão que levei meu exemplar de “Jean Vigo” até ele (continuava sem lê-lo), que me fez uma bela, mas formal dedicatória.

Algum tempo depois, minha vida sofreu algumas mudanças. Contratado por uma empresa multinacional, viajei a São Paulo, para ser treinado na minha nova função. Foram três meses lá, durante os quais aprendi meu trabalho e também tive tempo para contatos e experiências na área de cinema. Conheci os principais membros da corte de alunos de Paulo Emílio, já professor na USP, tendo defendido tese sobre Humberto Mauro que lhe valeu os maiores elogios acadêmicos. Gente como Raquel Gerber, Carlos Roberto de Souza, Ismail Xavier, Carlos Augusto Calil, Alain Fresnot, além de seus colegas e amigos Jean-Claude Bernardet e Maria Rita Galvão, formavam o seu séquito – e foi graças a eles, por exemplo, que assisti pela primeira vez a *O Encouraçado Potiômkin* de Sergei M. Eisenstein, então proibido em todo o país, por ter sido exibido para

marinheiros, no intuito de despertar neles a sensação de revolta diante da injustiça. Claro que essa exibição não resultou em nada, a não ser na proibição do filme. Assim, foi numa sexta-feira à meia-noite que aconteceu a tão aguardada exibição do *Potiômkin* em um cinema da rua Augusta, filme hoje disponível em qualquer loja de DVDs ou videolocadora.

Com a ajuda de Paulo Emílio, visitei a USP, onde ele dava aulas, e mais me aproximei de sua turma. Sua tese sobre Humberto Mauro havia se transformado em livro editado pela Perspectiva e tinha o lançamento em São Paulo. Não me lembro por que motivo, não pude estar presente no evento, mas um contato telefônico com Paulo Emílio solucionou o problema: eu iria visitá-lo em seu apartamento de Higienópolis, no qual vivia com Lygia Fagundes Telles, com quem estava casado.

Marcada a visita, uns dias se passaram até que bati à sua porta, na rua Sabará. Já admirei a coincidência, ele vivendo em um espaço numa rua cujo nome era a da cidade mineira, próxima a Belo Horizonte, de que tanto gosto. Não havia por que ele ser tão atencioso comigo, que nada tinha a lhe trazer de novo, mas ele foi, desde o início, de uma simpatia sem par, tratando-me como alguém de peso. Parecia ser ele o beneficiado pela minha visita – e não o contrário.

Permanecemos na sala todo o tempo, ele e seu gato Pungatti. Passei toda uma tarde conversando sobre cinema, tendo uma aula exclusiva. Durante alguns breves momentos, Lygia abriu a porta e fez um ou outro comentário ou deu algum recado, mas quase todo o tempo nossa conversa foi a tônica.

Eu havia lhe levado meu exemplar de *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte* para colher novo autógrafo. Já havia começado a lê-lo e estava encantado. Com o tom de nossa conversa preso ao cinema brasileiro – eu já estava plenamente convencido da importância da luta de Paulo Emílio em favor dos filmes aqui produzidos – ele claramente percebeu a mudança ocorrida em mim desde aquele outro encontro em Belo Horizonte e alterou por completo o tom da dedicatória. A anterior, como foi dito, havia tido um toque de formalidade e era assinada por ‘P. E. Salles Gomes’, nome que está na capa de todos os seus livros publicados em vida, inclusive aquele sobre Jean Vigo.

Para o livro sobre Mauro, ele adotou um outro tom com a seguinte dedicatória: “A Paulo Augusto, comemorando o início de uma articulação cultural pelo cinema brasileiro, o abraço do Paulo Emílio”. Fiquei orgulhoso: eu já era “parte da turma” e me relacionava com o mestre, senão como um igual, pelo menos como um seguidor. Verdade: desde aquele momento, o cinema brasileiro ganhou dentro de mim uma força da qual nunca mais pude ou quis me afastar. Ainda hoje, a influência de Paulo Emílio sobre mim é forte e, por mais que a ponha à prova, inabalável.

A força de Paulo Emílio não está no fato de haver ele assumido essa posição. Outros, como Alex Vianny, já a haviam tomado, se não à mesma época, talvez até mesmo antes. Em um de seus textos, ele fala do tempo passado em que o cinema brasileiro simplesmente “não o interessava”. O que escreveu desde então, só veio justificar – com brilhantismo – sua mudança de posicionamento – e são esses textos que o fizeram único entre nós. O mais conhecido de todos saiu pela primeira vez em *Argumento*, revista de cultura paulista da qual fez parte. Chama-se “Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento” e descreve, com minuciosa exatidão, o problema de fazer/viver cinema em um país como o Brasil.

Paulo Emílio, em função dessa sua postura, assumia uma disciplina que o fazia ir ao cinema para ver apenas filmes brasileiros. Sua maneira de ser está expressa na frase famosa que cunhou, segundo a qual “o pior filme brasileiro nos diz mais que o melhor filme estrangeiro”. E explicava: mesmo esses filmes desprezíveis nos esclarecem sobre nossos defeitos, nossa boçalidade, nossa mediocridade. “Mas você não vai ver nenhum filme de outro país?”, perguntei incrédulo. Meio sem graça, quase em surdina, confessou-me que, sim, havia aberto uma única exceção e tinha ido ver *O Fantasma da Liberdade*, de Luis Buñuel. No mais, eram só mesmo filmes brasileiros, cujas sessões em que esteve presente ele descreve em alguns textos para jornais: pouquíssimos espectadores, gente saindo no meio do espetáculo, ele chegando ao cúmulo de não sair também (porque já havia visto aquele trecho, tendo chegado atrasado) “para não trair um filme brasileiro”, mesmo que, por sua causa, o projetorista não pudesse ir mais cedo para casa.

Valeu a pena? Valeu, sim: hoje em dia, o cinema brasileiro tem um público cativo e não mais é boicotado pelos espectadores – a não ser, talvez, os mais empedernidos. Paulo Emílio tem importante papel nessa função e esse possivelmente seja seu maior legado: o homem que fez as pazes entre o povo e o cinema de seu país.

Até sua morte, desde a publicação da tese sobre Humberto Mauro, Paulo Emílio não mais lançou livros, com uma única – e brilhante – exceção: *Três Mulheres de Três PPPês*, contos que evidenciam uma pequena mas excepcional produção literária. Ele já havia escrito alguns roteiros para filmes (*Memória de Helena*, filmado por David Neves, e *Capitu*, de Paulo César Saraceni, em parceria com Lygia Fagundes Telles, baseado em *Dom Casmurro* de Machado de Assis) e, casado com uma escritora, o contato com a literatura era certamente intenso. Assim, seus contos (já levados ao cinema em mais de uma oportunidade: *Ao Sul do Meu Corpo* de Paulo César Saraceni e *Duas Vezes com Helena*, de Mauro Farias), a par de serem uma obra única na carreira de seu autor, tornaram-se uma descoberta para os literatos, que não imaginavam poder existir um autor de tamanha força naquele grande crítico.

Paulo Emílio faleceu em 1977. O coração falhou lamentavelmente e ele nos deixou. Até então, poucos livros de sua autoria haviam surgido: a tese sobre Mauro, o livro de contos, um terceiro *A Personagem de Ficção* (sendo de sua autoria o capítulo sobre a personagem cinematográfica), escrito em parceria com Antonio Candido, Décio de Almeida Prado e Anatol Rosenfeld, e *70 Anos de Cinema Brasileiro*, em colaboração com Adhemar Gonzaga, no qual o veterano produtor ficou responsável pela escolha de fotos, todas raríssimas, e de suas legendas, enquanto Paulo Emílio escreveu os textos de cada capítulo, dividindo a história do cinema brasileiro em períodos mais ou menos de dez anos.

A partir de sua morte, surgiu a feliz idéia de seus alunos de coligir toda a sua produção publicada, resultando daí livros preciosos. Exemplos são os dois maçudos volumes que reúnem seus artigos no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*. Trata-se de uma verdadeira enciclopédia em que autores, escolas, movimentos e atividades culturais são analisados com argúcia e extraordinária visão crítica, constituindo-se

em obra de permanente consulta. Também é fundamental *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento*, no qual o texto que dá nome ao volume e dois outros, todos sobre cinema brasileiro, provocam uma discussão básica sobre o tema.

Mais: pela primeira vez, foi traduzido em português seu livro sobre Jean Vigo, com um presente especial para o leitor brasileiro. A edição original francesa nasceu amputada: toda a primeira parte, dedicada aos antecedentes de Vigo (seu pai, Eugène Bonaventure de Vigo, foi um célebre anarquista, utilizando o codinome Almereyda), mapeando o surgimento de um grande autor, foi extirpada pelas Éditions du Seuil e transformada em um breve capítulo, contendo um resumo da minuciosa pesquisa feita por Paulo Emílio. Mas essa primeira parte não se perdeu – e, por ocasião da publicação da tradução brasileira de “Jean Vigo”, surgiu também “Vigo, Vulgo Almereyda”, também traduzido do francês, permitindo inclusive que leitores interessados tivessem acesso à obra tal qual Paulo Emílio a concebeu. Observa-se um detalhe curioso: a estrutura é literalmente a mesma que ele dará a *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*, partindo do geral – lugar, época, família – para finalmente chegar à figura focada.

Outra obra póstuma de interesse é *Um Intelectual na Linha de Frente*, coletânea de artigos para a imprensa (a exemplo do *Jornal da Tarde*, para o qual colaborou durante breve tempo, sendo demitido em função de suas posições rígidas), que contém também alguns breves e prematuros textos de ficção, além da polêmica que manteve com Oswald de Andrade (com quem se entendia), por ter criticado e feito restrições à peça *O Homem e o Cavalo*. Colegas de peso – como Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Ruy Coelho e outros – escrevem a introdução a cada capítulo, destacando a capacidade intelectual e a personalidade exuberante do amigo. Também é digno de nota a publicação de *Cemitério*, peça de teatro escrita quando Paulo Emílio se encontrava preso no Paraíso, em São Paulo, acusado de comunismo. Esse período de sua vida culminou, aliás, com uma espetacular fuga da cadeia, indo ele parar na Europa, mais exatamente em Paris.

Desde sua morte, muita gente boa escreveu sobre Paulo Emilio. A destacar, a alentada biografia, *Paulo Emilio no Paraíso*, escrita por José Inácio de Melo e Souza, além de um volume de textos editado pelo Festival de Brasília, que tem o longo e derramado título de *Paulo Emilio Salles Gomes – O Homem que Amava o Cinema e Nós que o Amávamos Tanto*. Essa coletânea traz colaborações de gente de alto nível, como Antonio Candido, Lygia Fagundes Telles, Geraldo Veloso e Walnice Nogueira Galvão, que rendem seu preito ao grande intelectual.

Há nomes de peso entre os discípulos de Paulo Emílio, muitos com importantes livros já publicados. Mas o mestre permanece insuperado, no seu pioneirismo e postura inovadora. Não apenas em termos de Brasil, mas de mundo, é preciso que surjam logo outros, com a força e presença de Paulo Emilio, para ajudar a esclarecer e explicar os conturbados tempos que o cinema atravessa, no Brasil e no mundo.





Um marco das artes cênicas

Jota Dangelo*

Fazem 55 anos que um megaespetáculo deixou sua marca indelével na história das artes cênicas de Minas. Refiro-me à encenação de *Crime na Catedral*, de T. S. Eliot, um clássico da dramaturgia inglesa, que ganhou vida pela primeira vez (e que eu saiba, a única) no Brasil, em Belo Horizonte, nas dependências do Teatro do Instituto de Educação, hoje sem utilização pública. A peça foi dirigida pelo diretor italiano Giustino Marzano, convidado naquela ocasião para ocupar o cargo de diretor artístico do Teatro Universitário da UFMG.

Indicado pelo embaixador Paschoal Carlos Magno, o maior incentivador dos teatros de estudantes no país, Marzano chegou da Itália em setembro de 1957 para assumir o cargo que lhe fora oferecido pela Reitoria da UFMG. Carlos Kroeber e eu fomos recebê-lo no Rio e o conduzimos à capital mineira. O Teatro Universitário da UFMG havia sido criado, oficialmente, em 1956 e ocupava um chalé de dois andares na esquina de Gonçalves Dias com Avenida Brasil. A Reitoria criara na ocasião uma diretoria não remunerada, da qual faziam parte Carlos Kroeber, João Marschner, Domingos Muchon e eu, reservando uma vaga para um diretor artístico a ser contratado com um salário de 10.000 cruzeiros, nada atrativo para qualquer brasileiro, muito menos para

* Diretor teatral, ator. Professor universitário aposentado.

alguém que vinha da Itália para ocupar o cargo. Na verdade, a remuneração correspondia a pouco mais de três salários mínimos, na época estipulado em 3.800 cruzeiros mensais.

A preocupação maior da nossa geração naqueles tempos era a criação e manutenção definitiva de um Curso de Formação de Atores, inspirado no modelo altamente positivo da Escola de Arte Dramática, a EAD, criada em São Paulo por Alfredo Mesquita por volta de 1948. Pouco sabíamos da existência de uma Escola de Teatro no Rio de Janeiro, a Martins Pena, e a de Salvador, criada pela Universidade Federal da Bahia com o patrocínio da Fundação Rockefeller em 1956, estava dando os primeiros passos sob a direção de Martim Gonçalves. A EAD era o nosso modelo, nossa inspiração, nosso exemplo.

Marzano, entretanto, tinha outros planos para o Teatro Universitário e não demorou muito para expô-los com a retórica de quem sabe argumentar e com o entusiasmo de quem sabe convencer. Para o diretor italiano, era preciso mostrar à reitoria da UFMG que o Teatro Universitário poderia ser um canal legítimo para dar publicidade à própria Universidade e, obviamente, aos seus dirigentes, particularmente ao reitor. Com isto, o TU poderia ser melhor avaliado, melhor aquinhado com verbas de manutenção e criação, melhores instalações físicas e suas reivindicações apreciadas com mais generosidade pelo Conselho Universitário. Segundo Marzano, o melhor caminho para conseguir estes objetivos era a encenação de um grande espetáculo, um cartão de visitas para o TU e para a UFMG. Marzano não disse, mas um espetáculo desta natureza também era um cartão de visitas dele, uma prova de sua competência e capacidade criativa, uma maneira de firmar-se no cargo para o qual fora contratado.

Embora relutantes diante da proposta do diretor italiano, pois ela vinha de encontro ao que havíamos sonhado desde o início da década de 50, éramos muito jovens para resistir à aventura de uma encenação que prometia ser um marco histórico nas artes cênicas mineiras. A diretoria do TU, ainda que um tanto frustrada com a protelação do início do Curso de Formação de Atores, acabou dando seu aval à proposta de Giustino Marzano.

É possível que a escolha do texto poético de T.S. Eliot *Crime na Catedral*, escrito em 1935, tivesse sido motivada por um fato relativamente recente na década de 50: a peça de Eliot tinha sido transformada em filme em 1952 e Marzano poderia ter visto a película na Itália. O texto do poeta norte-americano de nascimento, naturalizado inglês em 1927, é exemplo perfeito do que se convencionou denominar Teatro Poético e recebeu uma tradução exemplar de Maria da Saudade Cortesão, ela mesma poetisa e tradutora de obras teatrais clássicas. A peça trata dos conflitos entre o Arcebispo de Cantuária, Thomas Becket, e o rei da Inglaterra, Henrique II, envolvendo questões de privilégios e direitos tradicionais da Igreja católica que Henrique II queria suprimir, colocando o clero sob sua autoridade real e sem a independência que a tradição medieval lhe conferia. Não conseguindo submeter o arcebispo à sua vontade, o rei mostrou-se incomodado com a existência do súdito rebelde: não faltaram vassalos fieis ao rei para assassinar Thomas Becket dentro da catedral de Cantuária.

Acostumados a preparar espetáculos sem disciplina muito rígida, durante os próximos três meses e meio, entre meados de setembro de 57 e 10 de janeiro de 58, os que constituíam o elenco do TU foram assaltados por uma nova sistemática de ensaios. Começava com uma minuciosa, extenuante e prolongada análise do texto, esmiuçando o significado de cada frase, de cada palavra, dissecando cada termo. Um mundo de sinais gráficos foi introduzido para a respiração, para cada tipo de pausa, para cada alteração de ritmo. Superobjetivos e objetivos foram pesquisados, em cada cena, ou segmento de cena. Seguíamos, naqueles ensaios, estritamente, os ensinamentos do grande ator e diretor russo Stanislavski, autor de um dos mais importantes métodos de interpretação já escritos no mundo.

Naquela sistemática, os ensaios eram verdadeiras aulas. Da exaustiva análise de texto passou-se à não menos exaustiva ação física, exigindo dos atores e atrizes um preparo corporal extraordinário. Dotado de impressionante capacidade de trabalho, Marzano ensaiava grupos de atores e alguns deles individualmente, como foi o meu caso. Os ensaios começavam às 18:30 e iam até a uma da madrugada. Às vezes, até as

duas. A produção desenhou-se como um mega-espetáculo jamais visto em Belo Horizonte e até mesmo em outros centros do país. Pelo menos vinte figurantes, de físico apolíneo, foram recrutados nas fileiras da Polícia Militar: eram apenas acessórios, soldados trajando roupas medievais que deveriam postar-se nas laterais da plateia. Não diziam nada; não faziam nada. Eram elementos decorativos da encenação.

Em princípio, a estreia estava prevista para a igreja da Pampulha, em apresentação de gala, sendo o espetáculo transferido, em seguida, para outro espaço, pois a igreja da Pampulha nem sequer estava funcionando: fora interditada pela autoridade episcopal, que não concordava com a arquitetura de Niemeyer para templos católicos. Também não se conseguiu sua liberação pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o imóvel é tombado) para abrigar a encenação de *Crime na catedral*, embora um dos ensaios, o de 13 de outubro, tenha sido feito naquela igreja. Assim, projetou-se o espetáculo para o palco do Instituto de Educação, na época em reforma: não havia cadeiras na plateia. Na frente do prédio, no pátio externo, quatro cavaleiros medievais, em seus cavalos ajaezados, deveriam criar a atmosfera do século XII. No saguão de entrada do Instituto, tocheiros da época deveriam manter acesas suas chamas. Tocheiros, diga-se de passagem, que foram confeccionados especialmente para a encenação.

Em 1958, há 55 anos, quem poderia imaginar que um espetáculo com aquele aparato, com aquele requinte, e com aqueles gastos, porque tudo isto custava dinheiro, e muito, poderia ser produzido no Brasil? Marzano fez duas contratações fundamentais: chamou para cenógrafo e figurinista o mosaicista italiano Alfredo Mucci, autor dos mosaicos que, até hoje, deslumbram os frequentadores da igreja de Nossa Senhora do Carmo, na avenida do mesmo nome, em Belo Horizonte; e contratou, para confeccionar os trajes, um costureiro, também italiano, radicado em São Paulo, de nome Giuseppe Marchitto, que montou num dos cômodos da sede do TU o seu atelier de costura.

O elenco via aquela movimentação com deslumbramento e sem entender exatamente o que estava acontecendo. A diretoria do TU, entretanto, estava atenta: de onde viriam os recursos para pagar a

produção que se anunciava gigantesca? Marzano não se preocupava com isto. As diligências junto à Reitoria garantiram cerca de 350 mil cruzeiros, uma quantia respeitável. Vê-se, pois, que os recursos disponibilizados pela Reitoria, para uma produção de um grupo universitário na qual os atores não eram pagos, em Belo Horizonte, representavam muito. O cenário de Alfredo Mucci não era sofisticado. Consistia de praticáveis que ocupavam boa parte do palco formando um plano elevado, ao qual se chegava por escada de poucos degraus. No fundo do palco, suspensa, uma cruz estilizada na sua forma. À esquerda, visto da plateia, um púlpito, mas sobre ele uma espécie de dossel, este sim, de grandes proporções, que avançava sobre as primeiras filas numa forma geométrica que sugeria uma abóbada de catedral, estrutura de madeira que exigia confecção esmerada, particularmente a parte em balanço, sem nenhum apoio adicional, que se projetava sobre a plateia. Tudo em cinza.

Marchitto, incansável, deu forma e acabamento aos figurinos de Mucci, peças medievais confeccionadas com feltros, veludos, sedas e brins para os 16 atores do espetáculo, os cerca de 20 figurantes da Polícia Militar e ainda os quatro cavalos que deveriam ser postados diante do Instituto de Educação. Mandou-se forjar tocheiros e espadas na Serralheria Serramac Ltda., cujo proprietário era casado com a jornalista Haydée Cintra. Recolheu-se na cidade todo o equipamento de iluminação teatral disponível, mesmo assim precário; sob a orientação de Marzano, trabalharam na iluminação do espetáculo Swend Kieruff, José Carlos de Almeida Cunha, Paulo Luiz Correia e José Francisco Deusdará.

Os ensaios, em ritmo esquizofrênico, prosseguiram até alta madrugada. Marzano era rígido e temperamental. Trabalhava com atores jovens e de experiência reduzida que tinham mais entusiasmo do que técnica. Não era fácil atingir o resultado que o diretor exigia. O mais provável é que ele nunca seria atingido totalmente, como de fato aconteceu. A consequência óbvia era a tensão permanente nos ensaios, progressiva, que não raro descambava para a discussão grosseira, o palavirão, que só fazia pesar ainda mais o clima. Uma certa animosidade entre os atores e Marzano foi ganhando corpo. Não raro, a diretoria do TU tinha de intervir para acalmar os temperamentos, o que não era nada fácil, dada a

prepotência com que Marzano tratava do assunto. Apagar incêndios passou a ser a missão da diretoria, com o natural desgaste que estas constantes intervenções provocavam. Mas o espetáculo se encorpava.

Num trabalho magistral, Marzano conseguiu do coro das sete mulheres de Cantuária efeitos vocais surpreendentes e belíssimos. Era o melhor que havia em todo o espetáculo. Não obstante as distorções de relacionamento, era inegável o talento do diretor italiano para extrair de um grupo amador um resultado que não era perfeito, mas causava impacto e admiração a quem o visse.

Vale lembrar o nome das atrizes que constituíam o coro das mulheres de Cantuária: Déa Abreu, Neuza Rocha, Magda Lenard, Mariangela Vargas, Maria Luiza Coutinho, Marilene Rodrigues de Melo e Terezinha Alves Pereira. Paradoxalmente, era no coro destas mulheres que residia um dos defeitos mais graves da direção de Marzano: uma prosódia estranha, com pausas alógicas que fragmentavam o ritmo da frase, o discurso narrativo, soando de maneira não apenas falsa, mas sintaticamente errada. O fato não passou despercebido a críticos mais argutos, como anotou Sylvio de Vasconcellos na sua apreciação sobre o espetáculo, publicada no *Estado de Minas*. Tal pronúncia também podia ser observada no desempenho de alguns outros atores, sendo poucos os que não se deixaram dominar pelas exigências equivocadas do diretor que, certamente, não conhecia suficientemente a língua portuguesa para perceber seu equívoco. O tempo mostraria que não era somente esta a razão daquela esquisita prosódia. Em outras encenações dirigidas por Marzano, posteriores, quando ele já devia saber melhor o português, o mesmo equívoco foi cometido, como aconteceu em *Apolo de Belac* e na encenação que dirigiu no Rio, *O soldado fanfarrão*, de Plauto, para o grupo teatral Os Duendes.

Mas independentemente do tratamento vocal inusitado e estranho que vez por outra dominava o ritmo da encenação, *Crime na Catedral* foi um espetáculo de impacto, visualmente belo e instigante, absolutamente inovador e, seguramente, aquele que mais espaço conseguiu ocupar na *mídia impressa*. *Sentia-se na encenação algo diferenciado, muito além das convenções teatrais daqueles tempos, antecipando muito do que*

ocorreria nas décadas seguintes, quando experimentações cênicas começaram a ser implantadas a partir da criação do Oficina de José Celso Martínez Correa e outros grupos experimentais.

Quem se der ao trabalho de vasculhar a imprensa da época terá a confirmação de que nunca, até os dias de hoje, uma encenação teatral ocupou mais espaço na mídia. No *O Diário*, João Etienne Filho escreveu nada menos que sete críticas sobre o espetáculo. Inúmeras reportagens e análises foram feitas. É preciso, entretanto, ressaltar o óbvio: era um espetáculo de amadores, todos muito jovens, alguns jovens demais para chegar à altura dos personagens que interpretavam, mas era inegável que se estava diante de algo nunca visto na capital mineira. E talvez também tivesse surpreendido as plateias e críticos de outros centros, como Rio e S. Paulo, se lá tivesse chegado. Naquele final de 57, início de 58, *Crime na Catedral*, pioneiro e revolucionário, ficou nas fronteiras de Belo Horizonte. Mas, há razões para afirmar que foi uma das encenações mais brilhantes do teatro já feito em Minas, um marco na história das artes cênicas mineiras. Lamentavelmente, o registro, mesmo só fotográfico, da encenação é pífio. O que resta são lembranças daqueles que lá estiveram presentes, no velho teatro do Instituto da Educação, e puderam se emocionar com o texto de Eliot e o visual da encenação.





A Filarmônica e a música do século XX

*Paulo Sérgio Malheiros dos Santos**

É extremamente louvável que a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais (OFMG), ao longo de sua brilhante carreira, venha presenteando seus ouvintes com jóias selecionadas de um precioso repertório, a maioria delas ainda inéditas em nossas salas de concerto. Nos meses de fevereiro, março e abril de 2013, por exemplo, foram programadas peças de Stravinski (*Jeu de Cartes*); Shostakóvitch (Sinfonia nº 9); Hindemith (Sinfonia: Matias, o pintor); Ravel (Rapsódia espanhola); Bartók (Concerto para piano nº 2) e Dutilleux (Concerto para violoncelo).

O presente artigo tece alguns comentários sobre essas peças e seus compositores.

1

A estreia do balé *Jeu de cartes* de Ígor Stravinski (Oranienbaum (Rússia), 17 de junho de 1882 – Nova Iorque, 6 de abril de 1971) realizou-se no Metropolitan Opera House, de Nova Iorque, em 27 de abril de 1937, sob a direção do compositor. Pela primeira vez, um bailado de

* Professor de História da Música e de piano na UEMG; doutor em Literatura pela PUC-MINAS; roteirista e apresentador do programa radiofônico *Recitais Brasileiros* da Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

Stravinski não estreava em Paris, onde somente a música fora apresentada em concerto. Na ocasião, o compositor declarou que seus bailados tinham “sua natural razão de ser musical e que, por isso, podiam ser interpretados e apreciados libertos do seu contexto coreográfico ou lírico e independentemente dele”.

As obras coreográficas de Stravinski estão entre as mais representativas do seu gênio e revelam o melhor de seu talento orquestral. Libertas de suas incertas carreiras cênicas, algumas se tornaram peças fundamentais do repertório sinfônico moderno e não se pode negar a influência decisiva que exerceram sobre a música contemporânea.

Com três grandes balés sinfônicos – *O pássaro de fogo*, *Petrushka* e *A sagração da primavera* – Stravinski se impôs, entre 1910 e 1913, como um dos criadores mais radicais do século XX, consolidando algumas de suas pesquisas inovadoras – a valorização dos instrumentos de sopro e de percussão, a justaposição de melodias, o politonalismo, a poderosa engrenagem rítmica e a simplificação sistemática da construção musical.

Ao longo de sua carreira, a insaciável curiosidade musical de Stravinski estabeleceu uma forma muito particular de comunicação com abrangente legado de gêneros e períodos históricos diversos – do canto gregoriano ao jazz, de Guillaume de Machaut a Anton Webern. Visando ao que havia de prospectivo nesse vasto acervo, o compositor soube dele extrair conseqüências musicais imprevisíveis e personalíssimas. Os bailados acompanharam as várias etapas criativas do compositor, com a multiplicidade de seus estilos e tendências estéticas. Por exemplo, em *Renard* (Raposa), de 1915, encontram-se recitativos acompanhados no estilo da Ars Nova medieval, enquanto *A História do soldado* (1918) inclui em seus números um tango, um *paso doble* e um *rag-time*. No precioso *Orfeu* (1947), a perfeição suprema da antigüidade grega associa-se à escolha dos modelos – Monteverdi (1567-1643) e Anton Webern (1883-1945). O último balé de Stravinski, *Agón* (Combate, em grego), escrito em 1957, consagra a adesão do compositor à escrita dodecafônica (visualmente traduzida em doze bailarinos) e, ao mesmo tempo, celebra o universo modal, evocado pelo ritmo de danças antigas, como a *branle*, a galharda ou a sarabanda.

Durante uma viagem aos Estados Unidos, em novembro de 1935, Stravinski recebeu de George Balanchine, novo coreógrafo do American Ballet, a encomenda de um novo bailado. Tendo total liberdade para escolher o tema, o compositor, que apreciava muito certos jogos de azar, encontrou no pôquer inspiração para *Jeu de Cartes*, cujo libreto elaborou com seu filho Teodoro e o amigo M. Malaiev. Os dançarinos representam um curinga e as seqüências dos quatro naipes. A partitura articula-se em três movimentos – três “jogadas” – mas o jogo é feito sem interrupção, de forma que a música pareça fluir de um só fôlego. As diversas combinações entre as cartas oferecem ricas possibilidades coreográficas e composicionais, com a vantagem, segundo Stravinski, de eliminar tanto os tutus, como os *pas-de-deux* e outros números do tradicional balé romântico. As habituais intrigas amorosas são substituídas por uma batalha – o Curinga vilão, que complica as partidas trapaceando e pretendendo substituir qualquer outra carta, mas no final será derrotado por um *royal flush* de copas. Tendo em vista a crise política européia, o compositor vislumbrou certo simbolismo nessa disputa entre as cartas e acrescentou à partitura uma epígrafe, retirada da fábula de La Fontaine, *O lobo e as ovelhas*: – “Como poderá haver paz, se em nossos inimigos não podemos confiar? Pois, antes de uma boa prova, no mau que se diz arrependido não se deve acreditar.”

Em dezembro de 1935, de volta a Paris, entusiasmado com o argumento, o compositor anotou sete temas, escolhendo um como a assinatura musical da peça. Elemento unificador, esse alegre “motivo dos trombones” assinala o começo de cada uma das três jogadas e reaparece na conclusão do jogo. Seguindo o princípio incerto sugerido pelo jogo das cartas, Stravinsky combina, eventualmente, ao longo de todo o bailado, várias idéias melódicas, rítmicas e harmônicas. Ocasionais soam também as citações de vários compositores, em reminiscências que vão de Beethoven a Ravel, passando por Strauss e Rossini. No entanto, não se trata de simples colagem ou de um previsível *pot-pourri* – a originalidade típica de Stravinsky permanece intacta e seu jogo sempre pode surpreender.

A primeira jogada compreende um *pas d'action*, a Dança do Curinga, uma Valsa e uma Coda. Em alguns momentos, o desenho das linhas

melódicas lembra e homenageia Tchaikovski. A segunda “mão” tece uma série de cinco variações sobre uma marcha cujo tema reaparece brevemente, antes de um final bastante desenvolvido. A quarta variação inclui o tema de *O morcego*, de Johann Strauss.

A última jogada apresenta uma valsa-minueto (com reminiscências de *La valse* de Ravel); um *presto*, correspondente ao combate entre as espadas e as copas (com o tema da abertura do *Barbeiro de Sevilha*); e a Dança final, celebrando o triunfo do naipe de copas, com uma orquestração fulgurante.

2

O êxito do Concerto para piano nº 2 de Béla Bartók (Nagyszentmiklós, Hungria, atualmente Romênia, 1881. Nova Iorque, 1945) no dia 23 de janeiro de 1933, em Frankfurt, marcou a última apresentação pública de Béla Bartók na Alemanha. O compositor estava no auge de sua carreira pianística – a obra fora elaborada nos intervalos de uma longa turnê européia e terminada na Suíça. Dos três concertos que escreveu para piano, Béla Bartók estreou os dois primeiros. O último, escrito no exílio americano, simultaneamente ao Concerto para viola, foi sua obra derradeira (os compassos finais foram orquestrados por Tibor Serly, seu discípulo predileto).

Como pianista, Bartók atuou sob a direção de célebres regentes, convidado por famosas orquestras européias e americanas. Fez seu primeiro recital aos dez anos, preparado pela mãe, competente professora de piano; depois, entre outros mestres, recebeu os ensinamentos de Istvan Thoman, aluno de Liszt. De 1907 a 1934, o compositor lecionou piano no Conservatório de Budapeste, consolidando a fama de excelente pedagogo. Dedicou a seu instrumento predileto obras didáticas de inegável valor artístico e um repertório fundamental para a música moderna.

Além da obra pianística, a produção de Béla Bartók (incontestavelmente um dos compositores mais originais, inovadores e influentes do século XX) abrange variados gêneros, incluindo obras orquestrais, música

para teatro (ópera, balé e pantomima), importantes combinações de câmara, música vocal e coral. Sua arte atingiu um ponto culminante nos seis quartetos de cordas, associados em linha direta aos quartetos da última fase de Beethoven e que fazem de Bartók o principal mestre moderno dessa modalidade camerística.

Aos dezoito anos, estudante apaixonado da obra de Liszt e seguindo o exemplo desse genial compatriota, Bartók começou a pesquisar metodicamente as manifestações musicais populares de seu país. Até o começo do século XX, a música húngara confundia-se com a música dos ciganos daquela região, como nos exemplos célebres das Rapsódias de Liszt e das Danças húngaras de Brahms. A descoberta do autêntico folclore magiar foi obra de Bartók e de seu amigo, o compositor Zoltán Kodály (1882-1967).

Bartók estendeu suas pesquisas por países como Eslováquia, Romênia, Arábia (1913), Sérvia, Croácia, Anatólia e Bulgária, chegando ao norte da África (1932) e à Turquia (1936). Seu método implicava uma ética — o respeito absoluto pelas diferentes etnias e a superioridade do humanismo sobre o nacionalismo. Guiado por um espírito científico, o compositor recolheu, classificou e analisou milhares de canções, em busca de procedimentos musicais comuns a diversas culturas camponesas. Assimilou a surpreendente riqueza rítmica do folclore (em seus compassos inusitados) e libertou-se da hegemonia do sistema tonal (pelo uso sistemático de modos e escalas seculares). Renunciando aos efeitos fáceis de exotismo superficial, Béla Bartók se serviu do folclore não apenas num sentido ornamental. Ao incorporar elementos “primitivistas” à melhor tradição erudita ocidental, contribuiu decisivamente para a renovação da linguagem musical contemporânea.

Paralelamente às pesquisas de etnomusicologia, Bartók elaborou uma síntese original de certos aspectos do cânone musical ocidental. Reconhecia-se tributário do pianismo de Liszt e, sobretudo (como declarou, em entrevista ao maestro Serge Moreux), da influência de três grandes compositores: Debussy, Beethoven e Bach.

Como Bach, Béla Bartók conscientemente cultivou conceitos matemáticos para atingir o equilíbrio entre a expressividade musical e a

realização formal. Esse rigor bachiano domina, por exemplo, o tratamento temático do primeiro movimento (*Allegro*) do Concerto nº 2 para piano. Sua arquitetura divide-se nas seções clássicas – exposição, desenvolvimento, recapitulação e coda. Os temas da exposição são de caráter principalmente rítmico (stravinskianos), o primeiro deles abrindo a partitura com a energia dos trompetes sobre o piano. Na parte da recapitulação, todos esses temas aparecem invertidos e, na coda, o tema inicial será utilizado em movimento retrógrado.

A estrutura do Concerto apresenta uma admirável simetria entre suas três partes. O Segundo movimento é um dos mais belos de toda a obra orquestral de Bartók. A inclusão de um *presto* central articula esse “noturno” em uma divisão também ternária (*adagio-presto-adagio*). Emoldurado pelos dois adágios e pelos movimentos extremos, o *Presto* serve, assim, de núcleo para todo o Concerto, que resulta em uma construção espelhada (rápido – lento/rápido/lento – rápido).

O terceiro movimento possui uma agressiva aceleração (do *allegro molto* ao *presto*) e o piano liberta-se de qualquer vestígio romântico, executando traços de vigor inusitados.

A escrita orquestral do Concerto visa, sobretudo, à variedade das cores. O colorido diferenciado é nitidamente desenhado pela alternância dos naipes — no primeiro movimento dominam os instrumentos de sopro e a percussão, enquanto as cordas se calam. No segundo, os sopros só aparecem na seção central. O terceiro movimento é o único em que toda a orquestra é valorizada.

Obra da plena maturidade de Béla Bartók, o Concerto para piano nº 2 apresenta algumas das características mais marcantes de sua linguagem: a simetria formal matematicamente calculada, a animação dançante de matriz folclórica, o contraste dinâmico dos ritmos alternados e da irregularidade métrica, a indefinição tonal e o intenso lirismo.

3

Fruto de um trabalho persistente e de qualidade excepcional, a produção de Henri Dutilleux (Angers - França, 1916) impõe-se, tanto para a crítica mais tradicionalista como para as vanguardas, entre as principais da música contemporânea. Seu catálogo, não especialmente numeroso, é composto de obras primas, cada uma meticulosamente pensada e cinzelada com refinamento. Sua recepção ocorreu lentamente — talvez por causa do temperamento independente e recluso do compositor, que sempre se negou a participar de movimentos e grupos estéticos.

Aos dezessete anos, incentivado pelo avô materno, organista e professor de música, Dutilleux ingressou no Conservatório de Paris, onde obteve os primeiros prêmios de Harmonia, Contraponto e Fuga. Em 1938, ganhou o Prêmio Roma, mas ficou poucos meses na Villa Medici. Dez anos depois, em 1948, publicou como seu *opus* 1, a Sonata para piano, após ter destruído suas composições anteriores. Em 1945, foi nomeado diretor responsável pelas Ilustrações Musicais da Radiodiffusion Française, cargo que ocupou até 1963 e que lhe permitiu um convívio enriquecedor com diversas tendências artísticas. Em 1961, lecionou Composição na École Normale de Musique (a convite de Alfred Cortot) e, depois, entre 1970 e 1984, no Conservatório de Paris.

Em 2005, aos 89 anos, Dutilleux tornou-se o terceiro compositor francês (depois de Olivier Messiaen e Pierre Boulez) a receber o cobiçado prêmio Ernst von Siemens, pelo conjunto de sua obra.

Para Dutilleux, o processo criador pode transformar-se em um ritual, uma forma de cerimônia religiosa, pois implica uma epifania — quando uma determinada idéia se revela luminosa e, por algum segredo, se impõe sobre as outras. Assim, o artista convive com o sagrado, o mistério, a magia; prioriza a emoção e cultiva a curiosidade pelo inusitado. No plano técnico, Dutilleux valoriza o trabalho artesanal, “se possível diário”, com a preocupação de inserir o pensamento musical em uma estrutura bem definida (ainda que contrária a qualquer organização pré-fabricada). O compositor ressalta “a necessidade absoluta da escolha e da economia dos meios, sempre visando ao que se pode chamar a Alegria do Som”.

A grande sensibilidade harmônica, a busca de novos recursos expressivos, e o gosto detalhista de sua orquestração fazem de Dutilleux um herdeiro direto da tradição de Dukas, Debussy e Ravel. Outras influências para sua música se referem a obras literárias ou pictóricas que lhe servem freqüentemente de fonte poética, embora o compositor se declare avesso a qualquer vestígio de “mensagem” ou “programa”. Assim, ao dar o subtítulo de “A noite estrelada” para *Timbres, Espaço e Movimento* (1978), Dutilleux não tentou “reproduzir” sonoramente a pintura homônima de van Gogh, “apenas reviver e prolongar suas ressonâncias oníricas”. No caso dos concertos, as fontes são literárias. O Concerto para violino, *L'arbre des songes* (1985), é uma meditação sobre o silêncio, o tempo e a memória, musicalmente traduzida em um estudo da percepção de estratos temporais múltiplos, conceito elaborado pelo compositor após a leitura de *À la recherche du temps perdu*, de Marcel Proust.

Quanto ao Concerto para violoncelo e orquestra, Dutilleux inspirou-se em *Les fleurs du Mal* de Charles Baudelaire. Inicialmente, a idéia surgira para um balé solicitado pelo Ministério Francês dos Assuntos Culturais. O projeto oficial fracassou, mas, fascinado pelo universo do poeta, o compositor não renunciou à sua inspiração. Quando o amigo e legendário violoncelista russo Mstislav Rostropóvitch lhe encomendou um concerto, Dutilleux o escreveu sobre o conceito baudelairiano de “evasão”. Em *As flores do Mal*, para se curar do doloroso tédio (*le spleen*) inerente à vida humana, o poeta recorre sucessivamente à Poesia, ao Amor, à contemplação da cidade, à comunhão com seus semelhantes, aos paraísos artificiais dos vícios, do vinho e até à magia negra. Todas as tentativas se mostram inúteis; as possibilidades terrestres esgotadas. Resta ao poeta a evasão, a grande viagem para um outro mundo, à procura do Desconhecido – *Tout un monde lointain*.

4

As quinze sinfonias de Shostakóvitch (São Petersburgo, 1906 – Moscou, 1975) distribuem-se de forma bastante regular na carreira do compositor e foram suas peças “públicas”, dedicadas às grandes massas. Em algumas, o conteúdo político-programático corresponde a um determinado acontecimento histórico e, sob tal aspecto, tornam-se obras “circunstanciais”.

Ao longo de uma trajetória que o transformou no músico emblemático da Rússia soviética, Shostakóvitch estabeleceu relações contraditórias com o regime — duras advertências, expurgos e condenações alternaram-se com grandes honrarias, títulos e prêmios oficiais. Tal dubiedade manifesta-se em suas sinfonias com a estratificação de dois discursos distintos — há uma voz grandiloqüente, exterior e heróica; ao lado de outra, íntima, meditativa e austera.

Shostakóvitch escreveu sua Primeira Sinfonia aos dezenove anos, coincidentemente, no mesmo ano do célebre filme de Serguêi Eisenstein, *O encouraçado Potiômkin* (1925). Com o sucesso dessas obras, o cineasta e o compositor levantavam, altaneiros, o estandarte do construtivismo russo, vanguarda artística que combatia a tradição romântica associada ao passado czarista. Nos anos de 1920, a política de abertura cultural do governo de Lênin permitiu que Shostakóvitch desenvolvesse, sem restrições, sua linguagem musical. O jovem compositor filiou-se à Associação para a Música Contemporânea, fascinado pelo atonalismo livre, pelo serialismo, pelo jazz, pelo uso sistemático de dissonâncias e pelos ritmos complexos das danças camponesas. Admirava particularmente Alban Berg, Bela Bartók e Stravinski, embora desprezasse os hábitos cosmopolitas desse ilustre compatriota.

Com a morte de Lênin, a implacável censura stalinista sinalizaria outros rumos para os artistas soviéticos. À época dos ensaios de sua Quarta Sinfonia, em 1936, Shostakovitch foi declarado “inimigo do povo”, acusado de formalismo, mau gosto e imoralidade. A ópera *Lady Macbeth do subúrbio* foi proibida e o compositor forçado a se retratar publicamente. As cinco sinfonias seguintes, compostas no período

stalinista, traduzem seu inevitável propósito — sincero ou simulado — de se submeter aos ideais de inteligibilidade e simplicidade neoclássicas preconizados pelo Comitê Central do Partido. Entretanto, mostram a consolidação de uma linguagem extremamente pessoal, pois Shostakovitch, ao reler o tradicional cânone musical ocidental, enriquece-o com ousadas aquisições contemporâneas. Atinge assim os limites extremos de um expressionismo ultrarromântico, de caráter freqüentemente heróico e de grande apelo socializante.

A Sinfonia nº 9, em mi bemol maior, op. 70, coincidindo com o final da guerra (1945), era aguardada como o coroamento vitorioso de um tríptico patriótico. Esperava-se uma apoteose comemorativa da contra-ofensiva esmagadora das tropas russas sobre o território alemão, já que a Sétima e a Oitava sinfonias evocavam, respectivamente, o cerco da cidade de Leningrado e a resistência heróica dos defensores de Moscou durante os ataques nazistas. O próprio Shostakóvitch manifestara o desejo de criar uma grande obra coral (possivelmente associada à Nona de Beethoven). Mas o compositor surpreendeu o público e provocou a ira de Stalin, ao apresentar, em novembro de 1945, a mais breve de suas sinfonias. A Nona de Shostakóvitch tem inspiração objetiva, simplicidade clássica e boas doses de sarcasmo e ironia. Sua fabulosa habilidade arquitetônica lembra a Oitava de Beethoven e a aproxima de Haydn, compositor que Shostakóvitch estivera estudando e regendo pela época de sua composição.

O primeiro andamento, *allegro*, talvez seja o mais humorístico de toda a música de Shostakóvitch, pela importância temática confiada a um rufo de caixa e aos saltos burlescos de um trombone que parece procurar uma tonalidade indefinida. O movimento inicia-se com um agitado tema nas cordas, cujo caráter espirituoso culmina com a alegre intervenção do *piccolo*. Os insistentes ritmos de marcha, tão característicos do compositor, aqui se apresentam como uma exaltação habilmente estilizada da música circense.

O *moderato* seguinte, apesar de sua reduzida dimensão, apresenta-se eloqüente, expressivo e lírico, com uma melodia de sabor oriental na clarineta e oscilações entre os modos (maior/menor). Esse lento

intermezzo parece advertir o ouvinte de que, por trás do cinismo dos outros movimentos, se esconde a dor.

Os três últimos movimentos se unem para formarem único bloco. O terceiro, *presto*, é um *scherzo*. Na primeira seção, as madeiras e as cordas movimentam-se, leves como folhas soltas ao vento. A contrastante parte central exhibe, nos metais e cordas, os ritmos cossacos tão queridos da música russa e um incisivo solo de trompete. O *largo* é um interlúdio, único movimento realmente dramático da sinfonia. Às fanfarras ásperas dos trombones e da tuba responde um nobre solo do fagote por sobre cordas abafadas. De seu sinuoso movimento descendente, surgem as saltitantes linhas de aspecto coreográfico do *allegretto* final, depois desenhadas pelas cordas. Quando, num clímax, o primeiro tema reaparece em toda a orquestra, o segundo intervém zombeteiro nas madeiras e no trompete. Pausa; e uma coda apressada termina a sinfonia de maneira abrupta, irônica e propositadamente inconclusiva. Habilmente planejada e concisa, a Sinfonia nº 9 exhibe o idioma de Shostakovitch em todo o seu esplendor, sem precisar lançar mão de longos e prolixos movimentos.

5

O francês Maurice Ravel (1875 – 1937) nasceu na fronteira espanhola, em uma pequena cidade dos Pirineus Atlânticos, à beira-mar. Quando ainda não completara um ano, sua família mudou-se para Paris. Mas o compositor (de ascendência basca pelo lado materno) manteve-se sempre ligado à região natal e ao país vizinho. A Espanha sinaliza toda a sua trajetória musical, desde a *Habanera*, composta em 1895, até a última obra, *D. Quixote e Dulcinéia*, de 1932.

Ravel herdou do pai, um engenheiro apaixonado pela mecânica, o gosto pelas novidades, pela invenção, além da disciplina para o estudo e o amor pela precisão minuciosa do trabalho artesanal bem feito (“de um relojoeiro suíço”, segundo Stravinski).

A vida do compositor transcorreu de maneira linear, sem grandes aventuras, isenta de acontecimentos passionais marcantes. Amorosamente

ligado aos pais e ao único irmão, Ravel era bastante sociável; mesmo se mostrando muito reservado quanto aos seus sentimentos e emoções, cultivou numerosas amizades, duradouras e bem escolhidas. Uma doença cerebral entristeceu seus últimos quatro anos, impedindo-o de se comunicar satisfatoriamente, de criar ou até de reconhecer a própria música, embora se mantivesse lúcido. Finalmente, uma última e desesperada tentativa de cura resultou no insucesso fatal de uma intervenção cirúrgica.

No Conservatório de Paris, Ravel estudou composição com Gabriel Fauré, que soube defendê-lo enquanto outros professores ignoraram ou interpretaram como insolência suas primeiras criações. Por três vezes, negaram-lhe o ambicionado Prêmio de Roma, regularmente concedido, por concurso, a jovens compositores franceses. Abandonadas as pretensões acadêmicas, Ravel – cuja personalidade já se revelara completa em peças como *Jeux d'eau* (1901) e o *Quarteto de cordas* (1902) — associou-se definitivamente ao grupo turbulento e agitador dos “Apaches”, defensores da música de vanguarda, de Erik Satie, Debussy e Stravinski. O próprio Ravel provocou grande polêmica ao musicar, em 1906, os textos considerados prosaicos das *Histoires naturelles*, de Jules Renard. Desde então, ao longo das três primeiras décadas do século XX, o compositor enumera uma série de obras-primas incontestáveis. A princípio dedicou-se, sobretudo, ao piano e às canções. Sua escrita pianística descende diretamente da de Liszt e cristaliza-se em jóias como a *Sonatine* (1905); os cinco contos de fadas de *Ma mère l'oye* (1910) e as *Valses nobles et sentimentales* (1911). Às vezes, atinge um espantoso virtuosismo instrumental, como nas cinco peças de *Miroirs* (1905) e no tríptico *Gaspard de la nuit* (1908). Na suite *Le tombeau de Couperin* (1917), o compositor homenageia seis amigos mortos na guerra e, simultaneamente, reverencia a música francesa do século XVIII. Com essa obra Ravel interrompe sua produção para piano solo; o instrumento, a partir de então, aparecerá em formações de câmara, com a voz, ou junto à orquestra (nos dois concertos escritos em 1931).

A orquestra tornou-se o meio mais adequado de expressão para esse gênio das sonoridades, herdeiro direto de Berlioz e Rímski-Kórsakov.

Produção restrita, sua pouca numerosa obra orquestral se impõe pela evidente perfeição. Elegendo o timbre como elemento fundamental da música contemporânea, Ravel realizou verdadeiros afrescos sonoros, de combinações instrumentais inéditas e efetivas. Aceitava com gosto os desafios (por exemplo, em *L'heure espagnole*, de 1911, ouvem-se tique-taques de relógios, campainhas de metrônomo e matracas), sem cair na extravagância ou no exotismo gratuito. Artesão plenamente dedicado ao seu trabalho, Ravel disciplina o virtuosismo de sua alquimia sonora e garante às mais audaciosas pesquisas experimentais um equilíbrio perfeito.

Para sua primeira obra-prima orquestral, a *Rapsódia espanhola*, o compositor escolhe dois pretextos queridos – a Dança e a Espanha. Pelo cultivo das antigas formas de danças, Ravel se insere em uma tradição francesa que remonta a Lully, Couperin e Rameau, caracterizada pela leveza de expressão, pela nitidez dos contornos melódicos (nesse aspecto, ele nada tem de impressionista), pelo encanto do colorido orquestral. E por seu fascínio pela Espanha, Ravel retoma e atualiza a tendência de compositores como Édouard Lalo (*Sinfonia espanhola*, de 1875) e Georges Bizet (*Carmen*, de 1877) que, no final do século XIX, procuraram na ambientação e nos ritmos ibéricos elementos renovadores para a música francesa.

A *Rapsódia espanhola* divide-se em quatro movimentos: no primeiro, Prelúdio à noite (muito moderado), um simples motivo descendente de quatro notas (fá, mi, ré, dó sustenido) repete-se de maneira hipnótica (a princípio pelas cordas, depois pelas madeiras e pelas trompas), estabelecendo a ambientação onírica desse poema noturno. Dois *intermezzi* (o primeiro, confiado às clarinetas; o segundo, aos fagotes) introduzem um toque de sensualidade e mistério. A orquestração ressalta a maravilhosa transparência das cordas (às vezes divididas), os *pizzicati* dos violoncelos, dos contrabaixos e a sonoridade cristalina da harpa e da celesta.

A Malagueña (bastante vivo) apresenta o tema nos trompetes e utiliza com maestria toda a exuberância da percussão. Uma seção central contrastante se estabelece com um motivo no corne-inglês, de comovente languidez. Antes do final, o misterioso tema de quatro notas do primeiro

movimento, sempre perturbador, reaparece, e a dança (com o ritmo marcado pelos contrabaixos) pouco a pouco se desvanece.

A *Habanera* (bastante lento e com um ritmo cansado) é a orquestração de uma peça para dois pianos, extraída de um conjunto intitulado *Sites auriculaires*, escrito entre 1895 e 1897. As madeiras preparam a entrada da melodia que, sobre o ritmo lânguido da *habanera*, apresenta seus quatro temas caminhando por diversos instrumentos, até se extinguir em misterioso silêncio.

A *Feria* (bastante animado) é o movimento mais extenso. Apresenta muitos contrastes e se inicia, alegremente, com o flautim. A seguir, a fogosa dança irrompe com seus quatro principais motivos bem delineados: o primeiro é rítmico, dominado pelo timbre vibrante do trompete e do pandeiro; um segundo é confiado à flauta e depois ao corne-inglês; o terceiro brinca com o contraste das sonoridades das clarinetas e dos fagotes; e um último, insistente, quase obsessivo, tocado pela flauta e depois pelo trompete. Após um crescendo estonteante, a dança é interrompida por uma passagem misteriosamente irônica e opaca. O corne-inglês apresenta, então, uma melodia profundamente nostálgica à qual respondem os *glissando* das cordas. Mais para o final, as quatro notas da introdução reaparecem, antes da volta apoteótica da dança, ritmada pelas vibrantes castanholas, em um turbilhão festivo de irresistível encantamento sonoro.

Dedicada a Charles de Bériot (cuja classe de piano Ravel freqüentara no Conservatório de Paris), a *Rapsódia espanhola* foi executada pela primeira vez no Teatro do Châtelet, em Paris, em 5 de março de 1908, sob regência de Édouard Colonne.

6

Filho de um humilde pintor de casas morto na Primeira Guerra, Paul Hindemith (Alemanha, 1895 – 1963) desde a infância revelou surpreendentes aptidões musicais. Tocava vários instrumentos e dedicou-se com empenho às matérias teóricas. Aos 20 anos, tornou-se o primeiro-violino da Ópera de Frankfurt e, em seguida, seu regente principal.

Músico completo em abrangentes aspectos de sua arte, Hindemith deixou obras em vários gêneros. Fundador e integrante do Quarteto Amar, durante toda a sua vida será um notável virtuose da viola. Como pedagogo, influenciou toda uma geração de compositores e publicou livros didáticos sobre os fundamentos musicais e harmonia, amplamente difundidos. Teórico apaixonado, em seu célebre tratado de composição e de sintaxe musical (*Unterweisung im Tonsatz*), procurou estabelecer uma teoria capaz de analisar satisfatoriamente tanto as múltiplas técnicas composicionais contemporâneas quanto a música do passado.

Após a Primeira Guerra, já bastante conhecido como pedagogo e teórico, Hindemith começa a se impor como compositor. Considerado, então, iconoclasta e anti-romântico, permanece, entretanto, firmemente vinculado às estruturas formais tradicionais, mesmo quando se deixa inspirar no *jazz* ou no canto popular alemão. Sua linguagem, altamente característica (e menos efetiva nas mãos de muitos imitadores), busca uma síntese entre os ideais neoclássicos e a pesquisa de novas sonoridades. Na década de 1920, torna-se partidário do movimento a favor da “música utilitária” (*Gebrauchsmusik*) e, com o objetivo prático de preencher a lacuna existente no repertório solo para alguns instrumentos da orquestra, escreve um conjunto de sonatas, cheias de vitalidade, para piano e sopros.

Com a chegada dos nazistas ao poder (1933), Hindemith radicalizou sua opção estética, pautada sobre princípios morais humanísticos. Dedicou-se à composição de uma ópera sobre a vida do pintor gótico Mathias Grünewald (1475 – 1528), que retratou os horrores, os sofrimentos e os conflitos de sua época, marcada pela Guerra dos Camponeses (1524) no sul da Alemanha. Embora o pintor fosse o personagem principal da ópera, o tema central era a vocação do artista, a revolta contra a autocracia e a defesa do liberalismo germânico. Diante da ascensão do fascismo europeu, Hindemith propunha uma reflexão sobre as relações entre o artista e a sociedade, à luz dos eventos políticos. A ópera foi considerada conceitualmente perigosa (por “perverter da maneira mais vil a música alemã”) e sua proibição na Alemanha causou acirrada batalha político-musical. Hindemith viu-se abandonado por vários colegas, intérpretes e compositores, enquanto, corajosamente, o

maestro Wilhelm Furtwängler (da Filarmônica e da Ópera de Berlim) tomava sua defesa.

A estréia só aconteceu em 1938, na Suíça, com grande repercussão.

Hindemith abandona a Alemanha. Em uma estada na Turquia, organiza um plano estatal de ensino musical e, em 1940, instala-se nos Estados Unidos, como professor da Universidade de Yale. Volta à Europa em 1953, para lecionar na Universidade de Zurique. Depois de recusar o cargo de diretor da Hochschule de Berlim e até sua morte, continua o intenso trabalho de regente, professor e teórico, sem nunca deixar de compor.

Enquanto compunha a ópera sobre Mathias Grünewald, o compositor escolheu, para criar uma sinfonia de mesmo título, três cenas correspondentes ao célebre tríptico do altar-mor da igreja de Santo Antônio de Isenheim, em Colmar (Alsácia), obra significativa do exaltado e comovente misticismo do pintor. A sinfonia estreou no dia 12 de março de 1934, (antes, portanto, da interdição da ópera) em Berlim, sob a batuta de Furtwängler. Sua linguagem privilegia as tradições do canto gregoriano e do *Volklied* (o canto popular alemão).

Os movimentos trazem títulos correspondentes aos painéis do retábulo.

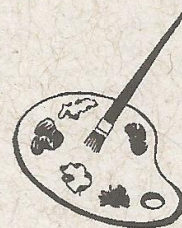
O primeiro movimento, “Concerto de anjos”, retrata a Natividade, com anjos instrumentistas adorando o Menino e sua Mãe. Um sorridente e luminoso anjo louro toca viola da gamba e a atmosfera é de radiante felicidade. Na lenta introdução, os trombones citam o coral popular “Três anjos cantam uma doce melodia”, antecedendo o *allegro* de sonata em que predominam ritmos dançantes.

O segundo quadro, “Descida ao túmulo”, mostra Cristo tombando pesadamente da cruz, tendo aos pés as figuras angustiadas das duas Marias e de dois discípulos. Verdadeira marcha fúnebre, na qual um oboé e depois uma flauta, sobre surdos *pizzicati* lamentam e choram com infinita tristeza.

O terceiro movimento, “A tentação de Santo Antônio” é o mais longo e também o mais agitado, como o quadro que o inspirou. Após o recitativo introdutório, o tema das cordas apresenta onze das doze notas da escala

cromática. Em um pesadelo, Matias se vê sob as feições de Santo Antônio, atormentado por pássaros fantásticos, répteis e demônios. No céu, Deus é representado no momento em que envia o anjo para salvá-lo. A parte central corresponde ao encontro de Antônio com o santo eremita que vem lhe trazer apoio moral. O pintor, após tantos tormentos psicológicos, enfim é salvo. E a obra termina com a vitória do Bem sobre o Mal – a progressão das cordas será finalmente dominada pelas madeiras, com o hino-coral *Lauda, Sion, Salvatorem* de São Tomás de Aquino. Segue-se, com toda a potência dos metais, o *Alleluia* conclusivo, coroação gloriosa da obra em louvor aos grandes valores humanos.





Do ouro ao café em sugestivo painel artístico

*Carlos Perktold**

Os espanhóis colonizadores da América enfrentaram dificuldades com os astecas e os maias, que sempre defenderam suas terras, seus valores e seu nacionalismo, apesar dessa palavra e conceito não fazerem parte do mundo na ocasião. Com a força das armas européias, todo o esforço deles foi inútil, mas transformou aquela atitude em uma herança cultural transmitida às gerações seguintes. Séculos depois, a América espanhola tem uma tradição cultural de grandes intelectuais e pintores muralistas que deixam a América portuguesa acanhada, tamanha é a grandiosidade daqueles. Desnecessário citar nomes de pintores, sobretudo mexicanos, cubanos, colombianos, amplamente conhecidos, mas é importante registrarmos que a América espanhola tem cinco prêmios Nobel de literatura e seus pintores são mais admirados pelos colecionadores do mundo afora que os nossos.

Na América portuguesa a reação dos nativos foi menos vigorosa e, por isso, recebemos herança diferente daqueles nativos do norte. Nossos índios não tinham incorporado valores autóctones, que os fizessem defender a sua terra com luta e tenacidade. Talvez seja essa uma das causas da distância em qualidade das artes plásticas e da literatura entre

* Crítico de arte, é integrante da Associação Brasileira e da Associação Internacional dos Críticos de Arte (ABCA- AICA).

as duas Américas. Claro que no Brasil tivemos Pedro Américo, Eliseu Visconti, Portinari, Clovis Grassiano, Di Cavalcanti, Burle Marx, todos pintores de pequenas superfícies e também grandes muralistas. Valorizar, portanto, pintora brasileira como Yara Tupynambá, capaz de fazer o que os mexicanos fizeram tão bem, é mais que um dever nosso, é obrigação civil.

Em Minas, em particular, não há pintor que tenha tido a preocupação de deixar registrada em painéis de grandes dimensões a história do Brasil, e de nosso estado em particular, como a de nossa mestra em gravura, pintura e painéis, nascida em Montes Claros. São dezenas e dezenas de painéis espalhados pelo *campus* da UFMG, em prédios particulares e públicos, todos contando a nossa história, fauna e flora e ocupando espaço, como deve ser todo painel e toda escultura.

No prédio da Assembléia Legislativa havia um restaurante, desativado em 1996, para dar lugar a novos gabinetes de deputados estaduais. Aquele espaço, durante 23 anos, foi decorado por um dos maiores painéis já executados por Yara. Ele é grandioso na forma, no conteúdo e no tamanho. Sua beleza é marcante pela simplicidade das cores, predominantemente azul, amarelo, branco. No tamanho de 17 x 2,48 m, totalizando 42 metros quadrados, é uma obra de inquestionável fôlego, até mesmo do ponto de vista de sua difícil execução. A perspectiva é deslumbrante se vista de perto ou de longe.

Yara foi aluna de Guignard e aprendeu com o velho mestre a técnica do desenho: quando a figura ou qualquer objeto é desenhado ou pintado em tamanho grande, significa que ele está, em perspectiva, perto; se está desenhado ou pintado em tamanho pequeno, está longe. Além disso, a artista sabe o que faz quando deixa o branco predominar nas passagens de uma cena histórica para outra, criando ou um silêncio com o branco, na sua composição, como se essa cor fosse uma pausa musical, ou ainda uma respiração para o leitor ou expectador que o lê. Se antes o mural era dividido e colocado no restaurante, em duas paredes, agora se tornou uma única peça, facilitando sua leitura e visão.

O mural *Da descoberta do Brasil ao ciclo mineiro do café* – seu título – começa com a chegada das frágeis caravelas portuguesas e seus bravos

guerreiros que enfrentaram um mar desconhecido e nas quais a possibilidade de voltar a Lisboa era remota. Passado o primeiro século da descoberta, a colonização começa a crescer, e isso é perceptível para qualquer leigo em pintura. Há a chegada do gado, descendo o Rio São Francisco, “primeira porta para o conhecimento do território mineiro”, como esclarece a artista no catálogo explicativo. Ser colonizador naqueles séculos iniciais era tarefa de gente corajosa e destemida, capaz de enfrentar exuberante floresta cheia de animais, insetos e doenças desconhecidos, além de nativos interioranos não tão dóceis quanto aqueles encontrados na costa marítima.

Por isso, devemos reverenciar os bandeirantes paulistas que iniciaram as entradas por este território que, durante duzentos anos, ficou esquecido. Os primeiros colonizadores permaneceram na costa brasileira, explorando o que lhes pareceu mais perto e fácil para embarcar rumo a Portugal.

Com a descoberta do ouro e das pedras preciosas cresceu o interesse por Minas Gerais. Em poucos anos Mariana, Ouro Preto e Sabará eram cidades populosas, com gente interessada em enriquecer garimpando ouro e, como ocorre onde há dinheiro fácil, surgiram os conflitos. O primeiro foi impor a escravidão aos índios locais no duro trabalho de carregar cascalhos. A maioria deles recusou. Além disso, surgiu o embate entre os paulistas, que chegaram primeiro e eram os donos dos garimpos, de acordo com a legislação vigente, e os reinóis, nativos que se revoltaram com a presença de paulistas e fizeram surgir a Guerra dos Emboabas. É na vitória dos reinóis, nessa guerra que se encerra de forma definitiva em São João del-Rei, que surge Minas Gerais. Toda essa trajetória histórica é representada no painel por figuras de portugueses, bandeirantes e índios trabalhando, instrumentos de garimpos, grupiaras e lanças indígenas, todas identificadas de longe no painel de Yara. Ele é um resumo denso e conciso de um período de mais de dois séculos da história do Brasil.

Sua segunda parte inclui a construção e urbanização de definitivas vilas com a aplicação de novas técnicas construtivas. Com a Arcádia Mineira, primeira manifestação literária em Minas, projetaram-se o poeta Tomás Antônio Gonzaga e seus colegas inconfidentes. Gonzaga louvava sua amada Marília em seus poemas e outros árcades começaram a falar

em pátria. Em seguida, há a revolta dos mineiros contra a derrama, pesada cobrança de impostos em ouro, sendo então retratadas as reuniões dos inconfidentes. Com a Inconfidência, surge a figura grandiosa de Tiradentes fixada no painel. Ele não aparece enforcado ou esquartejado. No painel e no imaginário da artista, Joaquim José da Silva Xavier é um bravo cavaleiro, altivo, corajoso e pronto para liderar qualquer rebelião que favorecesse a pátria.

Há, por fim, o início de uma nova era, o ciclo do café no final do século 19 e início do 20, marca econômica da Zona da Mata. O café torna-se então o novo ouro de Minas, fechando o painel.

Graças à iniciativa e à sensibilidade do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, esse painel foi colocado no Espaço Cultural Gustavo Capanema. Não poderia haver lugar mais apropriado, tanto pela localização na passagem obrigatória de funcionários e visitantes, quanto pelo espaço e a distância em que ele pode ser admirado. Quem o vê ali, como se fosse um grande quadro pendurado na parede, não tem idéia da dificuldade que foi executá-lo. Ninguém imagina o trabalho que deu restaurá-lo e colocá-lo no lugar em que se encontra. Toda essa trajetória exige financiamento, técnicos e restauradores experientes, além da presença da própria artista para orientar a equipe naquilo que havia sido criado, dividido e agora recuperado. De Pernambuco veio uma equipe de restauradores, acrescida do pessoal especializado do CECOR, todos liderados pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Cruz Souza, diretor da Escola de Belas Artes e coordenador do Laboratório de Ciência e Conservação, todos da UFMG.

O leitor poderá se certificar de todas as assertivas aqui feitas visitando o mural no prédio da Assembléia Legislativa. É peça que ficará na história de Minas com a mesma força de inconfidente determinado ou de valente garimpeiro que aqui ficou e constituiu família ou, ainda, de um fazendeiro plantador de café que sabe da dificuldade que é transformar uma fruta vermelha na tinta preta que alcançou projeção mundial.

Síndrome da dúvida compressiva

*Cunha de Leiradella**

O casal caminhava, devagar, pela calçada. A mulher, de calça *jeans* desbotada e blusa xadrez solta na cintura e uma bolsa de pano a tiracolo, e o homem, de paletó esporte e óculos de aros grossos e um livro debaixo do braço. Escurecia e o trânsito estava lento, e eles caminhavam em silêncio. De repente, a mulher parou e ajeitou a alça da bolsa no ombro.

– Já tava até aqui daquele táxi.

O homem não respondeu. Um carro saiu da fila e fez a volta, e subiu a outra pista na contramão. A mulher olhou os carros quase parados e cuspiu com força na calçada.

– Se tem troço que me torra é andar de carro deste jeito. Carro foi feito pra correr. Foi feito pra andar assim não.

Abanou a cabeça com força e começou andando.

– Salvador, tá que tá um sufoco mesmo.

O homem apontou a bolsa balançando e batendo nas pernas da mulher.

– Quer que leve?

– Precisa não. Tou é danada mesmo.

Continuaram andando. Na porta de um bar, rapazes e moças, os capacetes pendurados nos guidãos das motos, conversavam e riam alto.

O homem acendeu um cigarro e continuou andando. Puxou uma tragada profunda e apontou os carros, quase parados.

* Escritor, vários livros publicados. Reside em Póvoa de Lanhoso (Portugal).

– Parece até no Rio.

A mulher não respondeu. Acendeu um cigarro e começou andando.

– Vamos sábado em Maré?

O homem não respondeu e a mulher olhou-o durante algum tempo e puxou uma tragada profunda.

– Quer ir não?

O homem continuou calado e a mulher parou e tirou a areia dos chinelos, e ajustou a alça da bolsa no ombro. O homem ajustou o livro debaixo do braço e a mulher passou-lhe um braço em volta da cintura.

– Você vai gostar de Maré, você vai ver.

Voltou-se e apontou o mar.

– Tá vendo lá, depois do farol? Maré é lá.

O homem não respondeu. Puxou outra tragada profunda e jogou o cigarro no chão. A mulher apertou o braço na cintura do homem e encostou o corpo no dele.

– Maré é a ilha mais porreta que tem Salvador. Você vai gostar, você vai ver.

– A gente não ia pra Arembepe?

A mulher olhou o homem e sorriu.

– Agora, sei não.

Riu e apertou mais o braço em volta da cintura do homem.

– Olhe, nem lhe conto. Tem um amigo meu, Paulinho, Paulinho tem casa em Maré. Você conhece Paulinho não, ele agora tá em São Paulo, mas Paulinho é porreta, amigão mesmo. De verdade. Só pra você ver, quando Aninha começou com Zeca, Zeca, aquele que tava ali no Quintela, sabe onde eles foram se entocar? Em Maré, em casa de Paulinho. Aninha falou comigo, eu falei com Paulinho, Paulinho pegou, me deu a chave, e nem perguntou. Paulinho é porreta. Cabeça feita mesmo.

Fez uma pausa e jogou o cigarro no chão.

– Vamos sábado? Bem? A chave tá comigo.

O homem encolheu os ombros e a mulher olhou-o.

– Quer ir não?

O homem não respondeu e a mulher afastou-se e colocou-se na frente dele.

– Que saco. Fale.

O homem tirou os óculos e limpou-os, e voltou a colocá-los.

– Você não tá querendo ir?

A mulher sorriu.

– Só por causa de Fiinha. Jorginho tá querendo...

Calou-se e pegou a mão do homem, e apertou-a com força.

– Vai ser legal paca, você vai ver.

O homem não respondeu e começaram andando. A mulher olhando o mar, do outro lado da mureta, e o homem olhando os carros, buzinando.

– Vixe. Parece até no Rio.

A mulher parou e voltou-se para o homem.

– Falar no Rio, que que você resolveu lá na agência, hem?

– Nada. Já não disse a você?

– Naquela hora eu tava era sem jeito mesmo.

O homem não respondeu. Ajeitou o livro debaixo do braço e começou andando.

A mulher puxou-o pela mão.

– Mas vai resolver. Vai não?

– Vamos ver.

Calaram-se e começaram andando. A mulher largou a mão do homem e ajeitou a alça da bolsa no ombro.

– Teresa falou, lembra de Teresa?

O homem acenou com a cabeça e a mulher sorriu e voltou a pegar a mão dele.

– Teresa diz que apresenta você a um monte de gente, se você quiser. E Dito, lembra de Dito?

O homem voltou a acenar com a cabeça e a mulher continuou.

– Dito também falou. E olhe que Dito conhece todo mundo que trabalha em propaganda, viu?

Fez uma pausa e olhou o homem.

– Quer que eu fale com Teresa e com Dito? Hem?

O homem soltou a mão e acendeu um cigarro.

– Amanhã a gente vê.

Calaram-se. Estavam a meio do caminho, entre o Farol da Barra e o Barravento, e o homem parou e debruçou-se na mureta, olhando o mar. A mulher aproximou-se e passou um braço nas costas dele.

– Que que tá olhando?

O homem não respondeu e a mulher debruçou-se também. Batida pela luz dos postes da calçada, a água rebrilhava. A mulher encostou-se no homem e apontou as ondas, marolando, devagar, até à praia.

– O mar também é porreta. Mas eu gosto, mesmo, é da lua. Endireitou o corpo e apontou a lua, quase na linha do horizonte.

– Parece até que tá olhando pra mim. Quando tou na fossa, então...

Calou-se e olhou o homem.

– Gosta de olhar a lua, não?

O homem não respondeu e começaram andando. A mulher acendeu um cigarro e ajeitou a alça da bolsa no ombro.

– Por que que você falou aquilo, ontem, lá no Juvená, hem?

– Aquilo, o quê?

– Aquele negócio de querer ficar em Salvador.

O homem não respondeu e a mulher puxou uma tragada profunda e soprou o fumo com força.

– Era verdade mesmo? Bem?

O homem puxou uma tragada e jogou o cigarro no chão. A mulher ajeitou a alça da bolsa no ombro e olhou-o durante alguns instantes.

– Só que, do jeito que você falou, sei não. Parece até que você tá muito mais a fim de se picar do Rio, do que ficar em Salvador.

Fez uma pausa e olhou o homem.

– Era isso, não?

O homem não respondeu e a mulher pegou a mão dele e apertou-a.

– Era isso não?

O homem continuou sem responder e a mulher parou e olhou-o.

– Se arrumar tudo lá na agência, você fica em Salvador?

O homem continuou calado, os olhos vagando no horizonte, por cima da mureta. A mulher olhou-o durante algum tempo e, de repente, puxou a mão dele com força.

– Saco. Fale. Parece até que tá com medo.

O homem tirou a mão e começou andando. A mulher ficou parada, olhando as costas dele, mas o homem não se voltou. A mulher xingou um palavrão e correu. Na frente deles, o letreiro do Barravento piscava, iluminando a areia da praia. De mãos dadas, um casal andava, devagar, junto da água. O homem acendeu um cigarro. A mulher puxou uma tragada profunda e jogou o cigarro por cima da mureta.

– Amanhã tou com prova.

– Vai dormir em casa?

– Precisa preocupar não. De inglês eu entendo.

Calaram-se. Uma moto passou, a moça colada nas costas do rapaz e os cabelos esvoaçando. O rapaz gritou e acenou para a mulher.

– Oi.

A mulher sorriu e agitou os braços,

– Oi.

O homem olhou a moto ziguezagueando por entre os carros e a mulher riu.

– É Zeca. Namorado de Aninha. Aquele que tava no Quintela, lembra não?

O homem não respondeu e a mulher riu outra vez.

– Zeca é fora de série. Mal Aninha vira costas, ó, manda ver. Zeca é porreta. Cabeça feita mesmo...

O homem parou e olhou a esplanada do Barravento. A mulher continuou andando e parou junto de uma mesa vaga.

– Vai de caipirovsca não? Tou sequinha, sequinha.

O homem não respondeu, mas aproximou-se da mesa. Sentaram. A mulher pendurou a bolsa nas costas de uma cadeira e tirou a areia dos chinelos. O homem colocou o livro em cima da mesa e puxou uma tragada. Apesar da hora a maior parte das mesas estava lotada. A mulher passou as mãos no rosto e abanou a cabeça com força.

– Salvador tá que tá um saco mesmo.

O homem não respondeu e chamou um garçom.

– Duas caipirovschas.

O garçom anotou o pedido e afastou-se. A mulher olhou as mesas à volta.

– Saco mesmo...

O homem não respondeu e a mulher acendeu um cigarro e puxou algumas tragadas. O garçom trouxe as bebidas e ambos beberam, em silêncio. O ar cheirava a maresia e o vento trazia gotas de espuma até à mesa. O homem olhou a mulher. A mulher olhava o mar. O homem puxou uma tragada profunda e olhou a rua, os carros ainda andando devagar. A mulher pegou o copo e bebeu dois goles, colocou o copo em cima da mesa e ficou olhando para o homem.

– E se você não arrumar nada lá na agência, hem?

O homem não respondeu e a mulher debruçou-se na mesa e pegou a mão dele.

– Vai procurar outra. Vai não?

O homem continuou sem responder e a mulher tirou a mão e puxou uma tragada profunda, e jogou o cigarro no chão.

– Bem?

O homem continuou calado e olhou a esplanada. A mulher olhou a rua. Ficou assim algum tempo e, de repente, cobriu o rosto com as mãos. O homem pegou o copo e bebeu um gole. A mulher tirou as mãos do rosto e espalmou-as em cima da mesa.

– Tá um saco mesmo.

O homem bebeu outro gole e olhou a mulher. A mulher abanou a cabeça com força.

– Tou gostando daqui não.

Olhou o homem fixamente, durante alguns instantes, e passou as mãos no rosto.

– Parece que a gente tá presa, já pensou?

Voltou a passar as mãos no rosto e abanou a cabeça com força.

– Suporto sufoco não.

O homem colocou o copo em cima da mesa e olhou a mulher.

– Quer ir?

– Ir pra onde? Pro hotel? Quero não.

Deus estudado em novo livro

*Pinheiro Junior**

Depois de vários livros sobre economia e política, o jornalista, escritor e professor da Universidade Estadual da Paraíba, José Carlos de Assis se propõe a construir “uma ponte entre materialismo e espiritualidade”. E o faz com uma investigação pedagógica, baseada em testemunhos históricos, filosóficos e científicos, apresentada no livro *A razão de Deus*

Debatido desde as mais remotas manifestações da inteligência humana, o tema é dos mais ousados e desafiador. Bem diferente de ensaios jornalísticos anteriores do autor, como por exemplo “A crise da globalização”, chegou a antecipar a atual erosão capitalista.

Seu novo livro *A razão de Deus* destina-se igualmente ao debate até com mais polêmica e paixão. Principalmente porque *A razão de Deus* expressa claramente a sublimação de uma inesperada tragédia. Tão pungente e espantosa se afigura a tragédia em sua íntima espiritualidade, vamos dizer “quântica”, que a morte como óbvio mistério da vida, o sofrimento como sinal e consequência deste fim e o desapego como remédio para neutralizar fatalidades sem volta, toda essa iminente perda de fôlego – estende um fio de sutil emoção através do livro, Mesmo quando o autor se envereda numa recidiva econômica ao dissertar sobre as implicações múltiplas da atual realidade político-financeira de um mundo pretensamente em marcha para a nova “Idade da Cooperação”.

* Jornalista, escritor, vários livros publicados. Reside no Rio de Janeiro.

Desde o início o leitor é convidado a tomar uma fascinante posição:
– Ponha-se no lugar de Deus!

Tamanha responsabilidade, ainda que meramente retórica ou simplesmente utópica, impõe incríveis enfrentamentos que podem, paradoxalmente, soar como uma prazerosa lisonja à compreensão do leitor. Como, por exemplo, ter que satisfazer necessidades básicas de seres criados “à sua imagem e semelhança”, estando você no hipotético lugar de Deus. Assim – pergunta o autor – você se conformaria em aceitar a divisão de povos e mais povos em diferentes religiões e em milhões ou bilhões de seitas tão contraditórias? Você – “como Deus” – se sentiria honrado com tantos rituais, liturgias, orações e oferendas para ter que cuidar pessoalmente do destino individual dos atuais 7 bilhões de seres humanos?

São indagações que levam em conta a inquestionável modéstia divina, um atributo oposto a louvores, lisonjas e glórias vãs. São também indagações que se justapõem à propalada bondade infinita de Deus, de índole máxima e basicamente cristã. Que acabaria manipulada na busca do consolo espiritual tão desejado por todos, tão necessário e tão difícil, embora oferecido por tantas e por vezes contraditórias interpretações religiosas.

O leitor é maciçamente submetido a uma sucessão de proposições e desafios históricos direcionados à compreensão do cosmos e da vida, em toda maravilhosa complexidade desses fatores essenciais que intrigam os pensadores desde a aurora da Civilização. Desta forma, o convite a tão complexa compreensão acaba se resumindo na escolha de três caminhos clássicos:

1. O caminho do conhecimento;
2. O caminho da devoção;
3. E o caminho da ação.

O terceiro seria o mais fácil dos caminhos. Porque ao longo dele, apenas agindo, “você evitará as perguntas mais complexas e simplesmente procurará fazer o que lhe parecer bom para si mesmo e para os outros”. Embora concluindo que, qualquer que seja seu caminho, “ele o libertará

se perseguido com afinco”, o autor entra pelo mais complexo e por vezes tortuoso caminho do conhecimento. Mas deixa claro que não pretende ater-se à metafísica, à filosofia, à teologia ou à ciência. E como não consegue escapar de nenhuma dessas especialidades, o autor é levado a referir-se a uma predominância para situar seu livro. Se é que os pensamentos, argumentos e fatos ali reunidos poderiam ser circunscritos a uma especialidade.

Como não podem, o autor cita a área mais intrigante e o talvez mais misterioso cientificamente trato de física quântica; física ou mecânica quântica é aquela que trata da intimidade – ou seria alma? – da matéria. Cuidando a mecânica energética exatamente dos fenômenos que ocorrem entre o universo infinitesimal dos átomos e subátomos. É aí, nessa intimidade, vamos dizer espiritual, que a metafísica e a metapsíquica buscariam a tão procurada “partícula divina” com a qual a ciência explicaria irrevogavelmente a existência de Deus.

Na penúltima página o autor reforça o rótulo mágico que apõe ao seu livro com uma conclusão de transcendência poética: na física quântica há inúmeros fenômenos descritos, mas não explicados, inclusive a luz.

E inclusive Deus.

Assim o inexplicável é sempre explicado com testemunhos às vezes contraditórios e contraditados. Como acontece com a mais conhecida das afirmações de Einstein de que “Deus não joga dados”, enquanto pesquisas recentes poderão, ao contrário, mostrar que “Deus joga dados, sim!”. Ou como as renovadas posições do mais celebrado cosmólogo da atualidade, o matemático Stephen Hawking, citado “para que o leitor entenda metafisicamente a mente de Deus no processo da criação”. Com essa ótica e sem querer antecipar a complexidade por vezes escorregadia de *A razão de Deus*, observamos que J. C. Assis não foge às suas origens como antigo repórter ao investigar causas e descrever conclusões próprias ou de cientistas pesquisados. J. C. Assis revela, como fundamento de suas pesquisas, que “a existência de Deus não pode ser provada cientificamente, mas é uma exigência da razão”.

A exigência da razão provaria, como ponto de referência do livro, a existência de Deus, e se manifestaria em três momentos supremos da

realidade do universo conhecido ou inferido cientificamente, momentos nos quais, pelo menos como tese central, a presença de um Criador consciente se fez necessária:

1. A criação do universo;
2. A criação da vida e posterior diversificação (evolução?) das espécies;
3. A aquisição de inteligência criativa no homem ou da linguagem.

O autor deixa claro que a razão de Deus foi inspirada ou sublimada em consequência de inenarráveis e sofridas emoções. Pesquisa no Google indica a existência de algo como uma onda de desestímulo à vida, veiculando métodos e práticas de autoextermínio. Os anjos desse “desencanto quântico” exploram um sinistro *glamour* de inexplicável filosofia atrativa para predispostos à depressão, envolvendo mentes oprimidas por fatores vários que sempre preocuparam a psiquiatria, a psicologia e a metapsicologia. As vítimas são descritas como jovens notadamente brilhantes com desenvolvimento intelectual bem acima da média, mas permanentemente insatisfeitos com o que a vida lhes pode oferecer como justificativa existencial. Embora não apareçam no livro referências ao fenômeno que se aguçou com as facilidades da internet, é evidente que angustiantes problemas pessoais tenham provocado as preocupações e instigações espirituais do autor. José Carlos mesmo, depois de advertir que “não é sábio, nem virtuoso”, esclarece nas linhas finais de *A razão de Deus*: “O desaparecimento de uma filha, em circunstâncias trágicas e inesperadas, me ensinou a compreender do fundo da alma a necessidade do conceito budista de desapego como caminho para nos consolarmos da perda trágica de um relacionamento com uma pessoa amada”.

Essa experiência pessoal e intransferível, mesmo para uma obra de investigação filosófica e literária com ritmo de empolgante reportagem, confere amarga riqueza e ineditismo ao livro. Amargo também é o contexto ao conectar de passagem a tragédia do autor com a experiência de morte vivida por Charles Darwin. Ele – o evolucionista criador tão contestado e nunca completamente comprovado em sua magnífica teoria

das espécies em evolução – teria se convertido de ateu em agnóstico, em razão da morte prematura de uma filha.

Assis sobrepõe, com deliberada anarquia, autores e livros que exerceram grande influência sobre o seu pensamento, considerando “uma desonestidade intelectual não mencioná-los nominalmente”. A começar por Bertrand Russel (*Analysis of Matter*) e Albert Einstein (*Mein Weltbild*) termina ele a vasta bibliografia de duas páginas sem parágrafos, com Robert Monroe (*Journeys out of the Body*).

Sem comprometer o integral interesse de *A razão de Deus*, cito o parágrafo final do livro:

– “Quando iniciei a elaboração deste livro, pensei principalmente nas minhas filhas, como forma de compensá-las por não lhes ter dado formação religiosa convencional: infelizmente, Ana partiu antes de lê-lo”.

É sintomático que o prefaciador Francisco Antônio Doria – físico-matemático e membro da Academia Brasileira de Filosofia – se autoproclame um ateu. Diz ele que “só algo como o ateísmo faria sentido” neste mundo. Mas garante que a hipótese que J. C. Assis “expõe do Criador natural, simultaneamente determinístico e probabilístico, portanto o quântico, se não convence, certamente convida à reflexão!”



Notas sobre *Drummond* e o elefante *Geraldão*

Gabriel Kwak*

Durante quase 30 anos, uma amizade sincera uniu Carlos Drummond de Andrade e o escritor e jornalista Fernando Jorge, associado histórico da UBE. Fernando sempre visitava Drummond quando ia ao Rio de Janeiro e registrava num diário as conversas que manteve com o poeta de Itabira ao longo de todos esses anos, tal qual fez Eckermann em relação a Goethe.

O resultado desses dedos de prosa chega agora às livrarias na forma do imperdível livro *Drummond e o elefante Geraldão*, de Fernando Jorge, um lançamento da Editora Novo Século, no ano que assinalou os 110 anos de nascimento do poeta de “E agora, José?”

O autor conheceu Drummond quando este era funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no Rio de Janeiro, apresentado pelo diretor do órgão, Rodrigo Mello Franco de Andrade. Autor de mais de 30 obras, Fernando Jorge escreveu meticulosas biografias de Getúlio Vargas (em dois tomos), Olavo Bilac, Aleijadinho, Santos Dumont e Paulo Setúbal, títulos que o colocaram na vanguarda do gênero no Brasil.

Com o virtuosismo estilístico em que Fernando Jorge é proverbial, no torneado da frase límpida, é digno de nota como reconstitui com fidelidade não só os diálogos curiosíssimos, mas os gestos e as expressões

* Jornalista, escritor e diretor da União Brasileira de Escritores.

fisionômicas de Drummond. Reconhecidamente retraído, introspectivo e discreto, Drummond sentia-se à vontade com Fernando Jorge para se abrir em confidências e revelações, vê-se logo. Ambos recitavam suas poesias preferidas um para o outro. Drummond não raro mostrava-se emotivo. Queixava-se a Fernando do assédio dos fãs e rememorou dezenas de episódios curiosíssimos de sua vida, como seu rompimento com Oswald de Andrade, sua polêmica com o líder comunista Luís Carlos Prestes e uma sessão espírita de que participou na companhia de Vinicius de Moraes e Fernando Sabino (em que o trio tentou invocar o espírito de Mário de Andrade, vejam só...).

Drummond também confessou ao interlocutor seu desprezo pela Academia Brasileira de Letras e não escondeu o mau juízo que fazia dos políticos brasileiros.

O confidente Fernando Jorge também tinha suas liberdades com Drummond, ousadia permitida pela intimidade de que desfrutava. Exemplo disso é quando perguntou qual era o Drummond mais sincero: o poeta ou o prosador, porque como “poeta você viola as leis da sintaxe e como prosador as respeita, não se atreve a ser um gramaticida?”.

Carlos Drummond de Andrade também revelou ao amigo que ambicionava escrever um romance:

– Adoraria ser o autor de um romance fantástico, com a história de um elefante voraz, insaciável, que devora todos os dias, na hora do almoço, um boi, ou uma baleia, ou um hipopótamo. Até já escolhi o nome desse bicho: Geraldão. Devido ao seu apetite, fica do tamanho daquele morro de Ouro Preto, o Itacolomi, cuja altura é de 1.797 metros. Geraldão ambicionava namorar a elefanta Claudete e não conseguia, por causa do seu tamanho. E além disso, ao fazer cocô, emporcalhava tudo...

Noutro desses dias memoráveis, Drummond definiu a natureza do mineiro:

– Emílio Magalhães, homem de espírito jovial, meu professor na época da minha adolescência, ensinou-me que é da natureza do mineiro não dizer o que faz, nem o que vai fazer. E fingir que não sabe aquilo que sabe, falar pouco e escutar muito, passar por ingênuo e ser esperto, vender queijo barato na feira e ter boa quantidade de dinheiro no banco.

E prosseguiu definindo saborosamente a sabedoria mineira:

– Um bom mineiro não laça boi com embira, não dá rasteira no vento, não pisa no escuro, não anda no molhado, não estica conversa com estranho. Só acredita na fumaça quando vê o fogo e só se arrisca quando tem certeza de ganhar.

E gostava de recordar quadrinhas humorísticas mineiras como esta:

*O seio de siá Janoca,
Eu atesto porque vi,
É que nem leite coalhado,
Não sei como não o comi.*

Não raro, Maria Julieta, filha do poeta, se fazia presente a esses encontros, até para servir à dupla um “engorda padre”, item cativante da doçaria mineira, preparado com ovos, manteiga, mandioca ralada, coco, cravo e canela.

Também causa espécie a preferência de Drummond pelo programa de TV *Os Trapalhões*, que procurava não perder de vista.

Três anos antes do seu passamento, Carlos Drummond de Andrade defendeu perante seu confidente que a Academia Brasileira de Letras prestigiasse e acolhesse o ensaísta Fábio Lucas, que para o poeta possuía “uma das mais sólidas culturas do Brasil”. E concluiu:

– Veja agora a injustiça, esse homem que tem brilhado até no exterior, em palestras e cursos de literatura, não pertence à ABL.

O livro é valorizado pelas divertidas caricaturas de Álvaro, Nássara e Henfil, entre outros proeminentes do traço. Estampa, inclusive, um desenho cometido pelo próprio Drummond, em que se autorretrata.

Drummond e o elefante Geraldão é livro que tocou a retina do meu entusiasmo: tudo, neste lançamento fulminante do polígrafo Fernando Jorge, é interessante. Paralisa a atenção desde o primeiro parágrafo.



A figura multifacetada de João Franzen de Lima

*Antonio Pedro L. Pellegrino**

Das muitas definições sobre o povo de Minas, talvez uma das melhores seja a de Aníbal Machado, para quem o mineiro, “como Ulisses, amarra-se ao mastro da prudência ao atravessar a zona das sereias; passado o perigo, dá-se ao gosto de evocar as visões perturbadoras da travessia”, em verdadeiras “orgias secretas no campo subjetivo¹. Prossegue o escritor mineiro afirmando que, entre os homens públicos de Minas Gerais, são poucos os casos de perda de compostura, já que se trata de gente que ama “o equilíbrio, a proporção”², e teme o ridículo.

João Evangelista Franzen de Lima é, definitivamente, enquadrado nesta definição. Nascido no ano de 1896, em Ouro Preto, filho de Bernardino de Lima e Esther Franzen de Lima, era o mais velho de 27 filhos. Isto mesmo: vinte e sete filhos – não há erro de digitação. É bem verdade que, dos 27, alguns morreram após o parto ou não chegaram sequer a nascer. Pouco importa. Ter a iniciativa de colocar no mundo tamanha quantidade de filhos já é, por si só, digno de nota.

O pai Bernardino formou-se em Direito na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em São Paulo, Bernardino de Lima, então estudante de Direito, conheceu Esther Franzen de Lima por ocasião

* Advogado, reside no Rio de Janeiro.

¹ Esboço de Retrato. In: *João Ternura*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2004, 10ª ed., p. 19.

² Esboço de Retrato. In: *João Ternura*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2004, 10ª ed., p. 21.

de um concerto promovido pela maçonaria, algo um tanto quanto inusitado, já que Bernardino era católico fervoroso. O casal mudou-se para Minas Gerais, onde cometeriam a já mencionada façanha de ter 27 filhos.

Estabelecida a família em Belo Horizonte, João Franzen estudou durante cinco anos no externato do Ginásio Mineiro. O rigor do ginásio era tamanho, o que o nome dos alunos faltosos era publicado no *Minas Gerais*, que fazia com que o tio Augusto de Lima o provocasse, dizendo que via o seu nome no *Minas Gerais* com uma certa frequência³, conforme recorda o próprio João Franzen no seu livro *O Tempo e a Vida*.

Casou-se com Maria Carolina Monteiro Machado, filha de Virgílio Machado e Marieta Monteiro Machado e irmã de mineiros ilustres como Aníbal e Cristiano Machado. O casal teve cinco filhos.

Formado em Direito pela Universidade de Minas Gerais – atualmente Universidade Federal de Minas Gerais – exerceu em 1923 a Promotoria Pública de Queluz de Minas, hoje Conselheiro Lafaiete. Contudo viu-se, um ano mais tarde, na obrigação de voltar a Belo Horizonte para assumir o escritório de advocacia de seu pai, Bernardino, que acabara de falecer.

Exercendo a advocacia João Franzen não poderia, entretanto, fugir do magistério, uma imposição pessoal e familiar. Na sua família, não eram poucos os advogados com intensa vida acadêmica, do que são exemplo o seu próprio pai, o seu tio Augusto e o seu irmão Mário Franzen de Lima, este último, inclusive, um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, onde ocupou a cadeira de nº 32, entregue, hoje, ao acadêmico Almir de Oliveira. Assim, por convite de Estêvão Pinto, submeteu-se, em 1929, ao concurso à livre docência de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, com a tese “A Investigação da Paternidade no Direito Civil Brasileiro”, a qual, posteriormente, virou livro, editado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas. Avaliado por respeitável comissão examinadora, foi aprovado com louvor, sendo convocado para lecionar em 1933, por motivo da renúncia do professor Afonso Pena Júnior, que se mudara para o Rio de Janeiro.

³ *O Tempo e a Vida*, João Franzen de Lima. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 31.

Civilista de renome, João Franzen de Lima publicou, além do já mencionado *A Investigação da Paternidade no Direito Civil Brasileiro*, o livro *Curso de Direito Civil*, que clama, aliás, por atualização, a fim de que as novas gerações – nas quais eu me incluo – possam dele se utilizar.

A sua bondade e simpatia não impediam de protestar diante de injustiças. Exemplo disto foi sua posição diante da acusação contra o seu irmão, Mário Franzen de Lima, incriminado de plágio pela obra *Hermenêutica Tradicional e o Direito Científico*, publicado, posteriormente, pela Editora Forense sob o título *Da Interpretação Jurídica*. João Franzen escreveu, para livrar o irmão da pecha de plagiário, um livro intitulado *Para usurpar uma cathedra*, defendendo a obra do irmão, originalmente escrita como tese de concurso para provimento da cátedra de Introdução ao Direito da Faculdade de Direito de Minas Gerais.

Na política João Franzen de Lima passou por diversos cargos, tendo sido (em duas legislaturas), vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte, secretário estadual de Finanças de Júlio de Carvalho e secretário estadual do Interior e Justiça de Magalhães Pinto.

Interessante observar que, muito embora o professor fosse um prócer udenista, Bernardino Machado de Lima, um de seus filhos, fez parte do movimento socialista “Esquerda Democrática”, lançado por Domingos Velasco. Rui Machado de Lima – outro filho de João Franzen – contudo, era da UDN⁴ o que fazia com que, na casa de João Franzen, as discussões políticas aumentassem sobremaneira, em uma reedição, *mutatis mutandis*, do que acontecera com os irmãos Bernardino e Augusto de Lima, o primeiro, civilista e o segundo, hermista.⁵

Em novembro de 1946, João Franzen perdeu para Milton Campos, na Convenção Estadual da UDN, a indicação para candidato a governador de Minas.⁶ Em 1947, contudo, tornou-se prefeito de Belo Horizonte, nomeado, justamente, por Milton Campos, eleito governador do estado. À frente da prefeitura, enfrentou graves problemas como, por exemplo, o

⁴ José Bento Teixeira de Salles. *Passageiro do tempo*. Belo Horizonte: Edição do autor, 2010, p. 222.

⁵ Vera Filizzola. *O mais Belo Horizonte das Gerais*, Belo Horizonte, 1997, p. 86.

⁶ José Bento Teixeira de Salles. *Passageiro do tempo*. Belo Horizonte: Edição do autor, 2010, p. 225.

custo de vida e o desemprego. Na Pampulha, instituiu uma horta, com a ajuda do secretário da Agricultura, Americo René Giannetti, passando a produzir e a vender produtos a preços acessíveis, levando vários estabelecimentos comerciais a adotarem o “preço da Prefeitura”,⁷ sob pena de perderem espaço no mercado. Por sugestão de Armando Ziller e do Pe. Aguinaldo Leal, a escola e o posto de saúde da Colônia Afonso Pena, que constituía a comunidade carente mais pobre da Capital, passaram para a prefeitura.

Ainda na década de 40, assumiu a direção do jornal católico *O Diário*. Inspirado nas lições de Jacques Maritain, o matutino mineiro reunia pessoas do porte de Edgar Mata Machado, João Etienne Filho e Guilhermino César.

Com a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, o jornal tornou-se um centro de resistência, recusando-se a “fazer auto-censura sugerida pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e a “admitir mutilação da notícia ou comentário”⁸. Subscrito o *Manifesto dos Mineiros* por João Franzen, o governo pediu a sua cabeça a Dom Antônio dos Santos Cabral, que, em um gesto de grandeza, recusou a solicitação governamental, deixando a questão para ser decidida na assembleia geral da sociedade mantenedora do jornal – Boa Imprensa S.A. – que, então, apreciaria o término do mandato e a eleição de um novo diretor.

João Franzen teve destacada atuação contra a ditadura do Estado Novo. Atacava Benedito Valadares em defesa da lei e da justiça. Em consequência sofreu perseguição da polícia, tendo sido demitido do cargo de advogado do Banco de Crédito Real.⁹

A militância contra a ditadura getulista encontrou o seu apogeu com a assinatura do *Manifesto dos Mineiros*. Datado de 24 de outubro de 1942, o manifesto foi, originalmente, pensado e subscrito por Virgílio e Afonso Arinos de Mello Franco, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Dario de Almeida Magalhães, Pedro Aleixo, Odilon Braga e Milton Campos. Posteriormente, ganhou a adesão de 8 entre 9 expoentes da intelectualidade mineira.

⁷ João Franzen de Lima, *O Tempo e a Vida*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 23.

⁸ João Franzen de Lima, *O Tempo e a Vida*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 125.

⁹ Vera Filizzola. *O mais Belo Horizonte das Gerais*. Belo Horizonte, 1997, p.78.

Assinaram a carta nomes de grande vulto como Magalhães Pinto, Augusto de Lima Jr. – primo e amigo íntimo de João Franzen ao longo de toda a vida – Caio Mário da Silva Pereira, que viria a ocupar a cadeira de nº 21 da Academia Mineira de Letras, Adauto Lúcio Cardoso e Antônio Carlos Vieira Christo.

Digo que 9 entre 8 representantes da fina flor da intelectualidade mineira assinaram o manifesto, pois, nele, faltaram nomes como o de Estêvão Pinto. João Franzen, em discurso proferido em 1949, recordou que foi “o encarregado de apresentar a Estêvão Pinto o *Manifesto dos Mineiros* para receber a sua assinatura”. Prossegue o professor, dizendo que encontrou o mestre no Instituto dos Advogados. Após entregar-lhe o documento, Estêvão Pinto “ingressou na sala e, com aqueles modos característicos, trepidante, decisivo, sentou-se a meu lado na mesa da presidência. Restituiu-me o manifesto, dizendo: Não posso assiná-lo; estou inteiramente de acordo com os princípios que defende e com as medidas que propugna, mas há referências justificadoras do movimento revolucionário de 1930 e fui contra ele; fui contra, porque desde os meus tempos de estudante sempre entendi e preguei que, nas democracias, não cabem as revoluções armadas. Nas democracias as revoluções só se fazem nas urnas, só o voto é a arma das democracias.”. Após a propagação do manifesto por todos os rincões do Brasil, as perseguições se avolumaram. João Franzen, como já se disse, foi objeto de um pedido de degola do governo, que queria destituí-lo da diretoria do *O Diário*. Período marcante de sua vida foi a presidência da Sociedade Pestalozzi Minas Gerais. Em 25 de março de 1962, João Franzen foi convidado pela professora Helena Antipoff para assumir a presidência da Sociedade Pestalozzi, que mantinha a Fazenda do Rosário. O mandato era, inicialmente, de 2 anos, mas João Franzen ficou à frente da instituição por 20 anos. Em 1964, conseguiu, junto ao secretário da Educação, Aureliano Chaves, firmar um convênio entre a secretaria e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais para a manutenção do Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário. Tal convênio, nas palavras do professor, “possibilitou a normalização e o desenvolvimento da escola dos excepcionais da Fazenda do Rosário”.

Não bastassem os cargos e as funções exercidas por João Franzen e sua intensa atividade política, não se sabe como, conseguiu ir além: exerceu, em 1943, a presidência do Instituto dos Advogados de Minas Gerais; ocupou a cadeira de nº 31 na Academia Mineira de Letras Jurídicas – cujo patrono é o seu pai, Bernardino de Lima, e, finalmente, empossou-se na cadeira nº 13 da Academia Mineira de Letras, hoje ocupada pelo acadêmico Paulo Tarso Flecha de Lima. O ilustre advogado, o mestre, o homem público faleceu em 1994, aos 97 anos, cercado da admiração e respeito dos mineiros.



De uma árvore

*Yeda Prates Bernis**

De uma árvore
murmúrios de folhas
canto a capela
glorifica a natureza
e espalha, com leveza,
o que revela
seu mais puro amor:
resplandecência e esplendor.

* Poetisa, com vários livros publicados. Da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 6.

Remedeio

*Gérson Cunha**

Embora ainda moço amasse a vida,
Para mim, hoje em dia, ela consiste
Num caminho sem flores, muito triste;
Mal-assombrado beco sem saída.

Aliás, o “espelho meu” bem elucidada:
Velho imortal, Caronte e que me assiste,
Mesmo que, por enquanto, não me aliste
Naquela sua barca apodrecida.

O cúmulo dos anos, mais que d’antes,
Faria muito pouco da ilusão,
Avultando esses ais horripilantes.

Quando as bênçãos da fé sobrestarão,
Através destes versos abjurantes,
Quis somente abrandar o coração...

* Professor, escritor, tem vários livros publicados.

Encerra

Petrônio Souza Gonçalves

Nascem na Serra do Espinhaço,
As contas de minha costela...
Mineral e ancestral,
Com o brilho do ouro
Em cheiro vales de macelas.
Minha história não é rompante.
É a mansidão no desejo de buscar e encontrar,
De separar e lapidar,
De dar um brilho claro
Ao que era raro
E estava esquecido,
Escondido,
Na inutilidade de ser e de existir.
Eu busco o fundo,
o que se traz por dentro,
Depois do véu do pensamento.

* Jornalista, escritor.

Os sinos são testemunhas

*Ozório Couto**

Se todas tivessem
o charme do nome
que vem de Mariana,
seria flor de primavera,
fruto do outono,
calor de verão,
aconchego de inverno.

Muito mais cantoria
a Nossa Senhora,
nas Minas do Ouro
do Ribeirão do Carmo,
no quadrilátero
da fertilidade incomum,
mineiriana,
surgiria das nuvens
carregadas de surpresas
mininimeiramente.

Conjunto de brilho
e de cores com ipês
no rosa e de cedro,
metal tubulares
da basílica-Athayde,

* Poeta, escritor, jornalista e editor; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

dante o olhar cerrado
de anjos e Deus-pai,
pedrarias mais sabão,
e responsabilidade
da história no veio
da Rua Direita.

O horizonte é belo e capital.

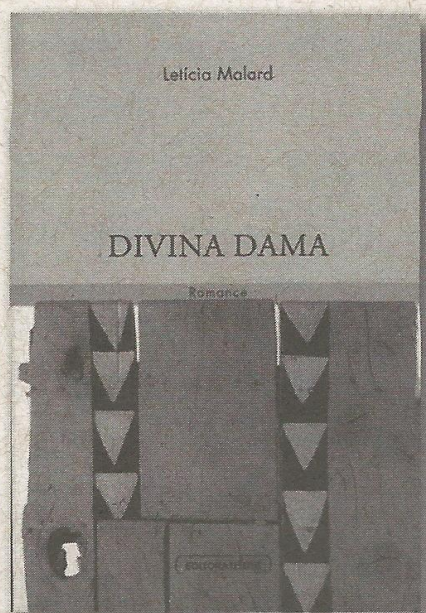
A Maria Fumaça transcende
nos trilhos o velho Ouro Preto,
a sensação do peso da terra
e a gratidão no manto
sagrado da Santana.

A poeira paira no tempo
inconfidente dos conjurados
e contrapõe a justiça dos homens.

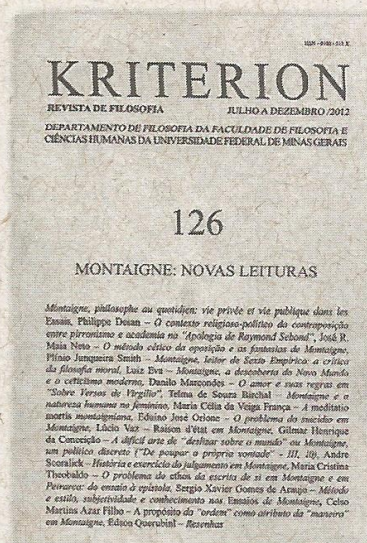
Assim, passariam todos,
de José Joaquim da Rocha
a dom Silvério e Viçoso,
o santo particular
de muita gente,
dos cafundós dos vales,
entre montanhas minerais,

a reboque da encruzilhada
dos saraus de Cláudio
Manoel da Costa,
que despontou na poesia
de Alphonsus o discurso
do amor eterno de Roque
Camêlo e Merania
nas cercanias da devoção.

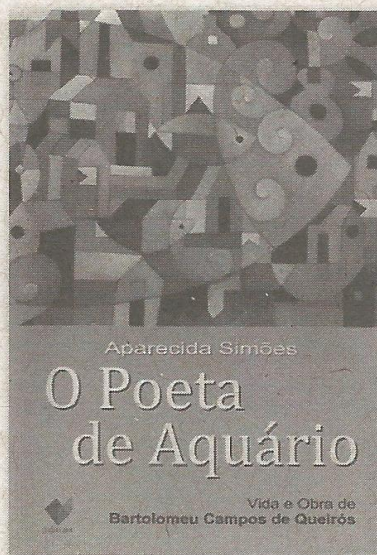
Edições Mineiras



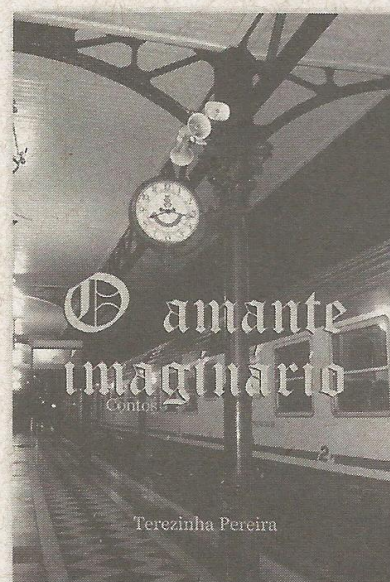
Ensaísta e crítica literária publica o romance *Divina Dama*, que aborda, com sensibilidade e competência, o tema dos desajustamentos em uma favela fictícia – Letícia Malard. Ed. UFMG, 212 págs. 2013.



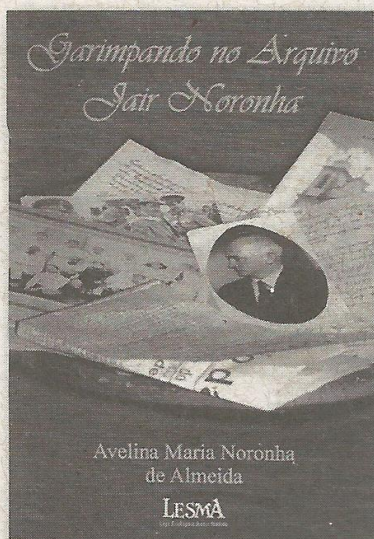
Revista de Filosofia da UFMG, de estúpenda tradição literária, lança o número (126) dedicado a estudos sobre “Montaigne – Novas leituras”, abrangendo diversificados artigos de 18 autores, inclusive o do Prof. Philippe Desan, da Universidade de Chicago. 618 págs. – Julho a dezembro/2012, nº 126.



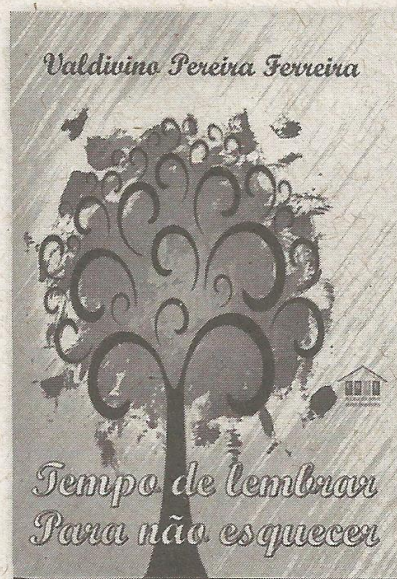
“Escrito com amor e lucidez, inteligência e sensibilidade” (Yeda Prates Bernis), o livro registra dados sobre a vida e a obra do falecido escritor Bartolomeu Campos de Queirós, numa visão humana e literária do saudoso acadêmico. Aparecida Simões. Ed. UFV (Universidade Federal de Viçosa), 188 págs., 2012.



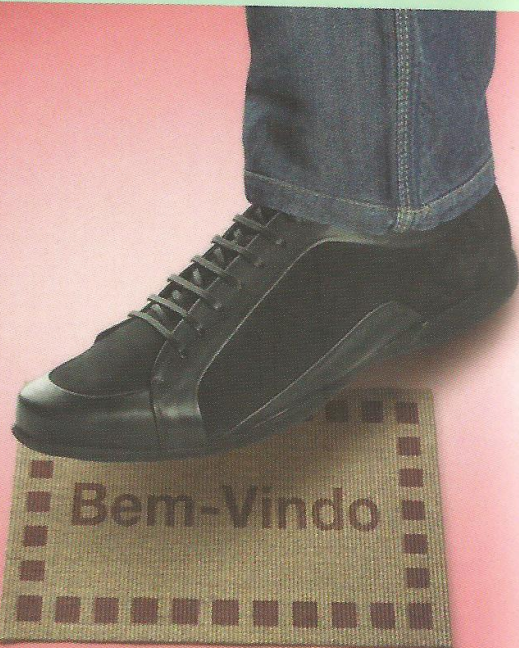
O amante imaginário – Em 16 contos o livro apresenta histórias e personagens diversos, narrando verdades e mentiras da vida. A autora demonstra sensibilidade em narrativas entrecortadas por leves traços de ironia. Terezinha Pereira. 3ª Editora, 96 págs., 2012.



Garimpando no Arquivo Jair Noronha – Professora e historiadora de Conselheiro Lafaiete baseou-se em artigos de sua autoria no *Correio de Minas* para narrar mito da história de sua terra natal, valendo-se também dos arquivos de seu pai, Prof. Jair Noronha. Avelina Maria Noronha de Almeida: Ed. Lesma, 351 págs. 2012.



Tempo de lembrança – Registros simples do cotidiano da vida de uma família do interior de Minas, feitos em termos discretos, mas de carinhosa afeição – Valdivino Pereira Ferreira. Edição da Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 57 págs., 2013.



TODAS AS PORTAS DA ASSEMBLEIA ESTÃO ABERTAS PARA VOCÊ.

Participar da vida política é direito de todo cidadão. Por isso, a Assembleia facilita o acesso para você chegar à Casa do Povo.

Você pode acompanhar o trabalho dos parlamentares, consultar os projetos e as notícias e apresentar sugestões.

Acesse a Assembleia pela internet, TV ou telefone. Ou venha aqui pessoalmente. Fique à vontade, a Assembleia é a sua Casa.

Acesse: www.almg.gov.br

Assista: TV Assembleia – em BH, canal 35 UHF

Fale: Centro de Atendimento ao Cidadão – (31) 2108 7800

Venha: Rua Rodrigues Caldas, nº 30 – Santo Agostinho – Belo Horizonte. Atendimento das 7h30 às 20h.



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**
Poder e Voz do Cidadão